

RENATO LUIZ GONÇALVES

**A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) EM
CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: UMA ANÁLISE DO
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2012**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G635a
2012

Gonçalves, Renato Luiz, 1981-

A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares / Renato Luiz Gonçalves. – Viçosa, MG, 2012.

xii, 136f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 131-136

1. Comissão Pastoral da Terra. 2. Reforma agrária - Campos dos Goytacazes (RJ). 3. Assentamento Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes, RJ). I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 333.318153

RENATO LUIZ GONÇALVES

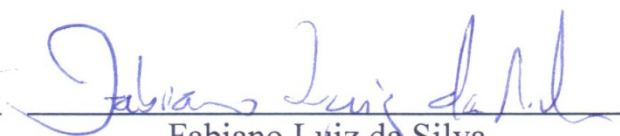
**A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ: UMA ANÁLISE DO
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 09 de Julho de 2012.



Marcelo Leles Romarco de Oliveira



Fabiano Luiz da Silva



José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

Dedico esse trabalho à minha amada esposa Grazielle e ao nosso anjinho que passou por aqui. Ficou pouquinho tempo, mas nos falou muito de amor e verdadeira vida...

AGRADECIMENTOS

Muitos estiveram envolvidos de alguma forma nesta minha caminhada de mestrado, graças a Deus, amigos não me faltaram durante todo esse tempo e em meu coração todos sempre são lembrados com muito carinho...

De uma forma especial eu quero e preciso agradecer aqueles que estiveram muito perto, diretamente atuantes nesse meu processo de pesquisa.

Primeiramente agradeço ao meu orientador... Ambrósio, eu te agradeço tanto pelas orientações técnicas, teóricas e metodológicas extremamente importantes, quanto pelo seu belíssimo exemplo de equilíbrio entre vida profissional e vida familiar. Com você eu aprendi muito sobre a Reforma Agrária, mas também aprendi muito ou pelo menos aprendi que preciso aprender muito mais sobre a Reforma da Vida. Obrigado, sinceramente! Sei que meus passos, apesar de pequenos e lentos, eram bem menores antes das oportunidades que tive ao seu lado neste tempo de mestrado.

Agradeço à minha irmã três vezes... Nathália Thaís, menina que eu vi crescer, obrigado por tudo! Obrigado pelas broncas, pelos elogios e principalmente pelos muitos lembretes a essa minha cabeça nas nuvens. Obrigado por não medir esforços em me ajudar... Amigos são dádivas! Ô se são!

Agradeço à minha flor... Grazielle, minha amada esposa, obrigado por ter aceitado viver essa aventura comigo! Obrigado por me amar incondicionalmente! Obrigado por me permitir ser eu mesmo e poder sentir um perfume de carinho naqueles momentos mais difíceis, naquelas noites sem fim... Sem você, eu não teria chegado até aqui!

Enfim, agradeço...

Aos meus colegas do mestrado, por todo companheirismo e por todas as gargalhadas...

Aos professores e funcionários do DER, especialmente Sheila, Ana Louise e Carminha por todo o incentivo que me deram...

À Rita Nobre, por me acolher tão generosamente em sua casa para que eu pudesse fazer a pesquisa de campo.

Ao amigo Prof. Fábio Coelho, por ter me apresentado ao pessoal da CPT de Campos e pelo seu exemplo de empenho e dedicação ao próximo...

Aos agentes da CPT de Campos, pela disponibilidade em responder todas as minhas perguntas. Obrigado pela sinceridade e confiança! Aprendi muito com o testemunho de vocês...

Por ultimo e longe de ser menos importante, agradeço ao Bom Deus! De Ti, por Ti e para Ti são todas as coisas! Sondas meu coração e me conheces... Sabes da minha pequenez e nunca desiste de mim... nunca! E por isso eu também nunca vou desistir de seguir meus sonhos, ou melhor, nossos sonhos... Obrigado Senhor!

BIOGRAFIA

Renato Luiz Gonçalves casado com Grazielle dos Santos da Conceição Gonçalves, filho de Marcos José Gonçalves e Margarida Luiz Gonçalves, nasceu em Dezembro de 1981 em Sete Lagoas, Minas Gerais. Concluiu o Ensino Fundamental na Escola Técnica de Sete Lagoas e o Ensino Médio no Colégio João Herculino no mesmo município.

Em 2004 ingressou no curso de Administração na Universidade Federal de Viçosa. Graduou-se em janeiro de 2009 e em dezembro deste ano foi admitido no Programa de Mestrado em Extensão Rural como bolsista da FAPEMIG.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	VII
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE FIGURAS	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
1. ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS	6
1.1 – O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E SEUS CONTRASTES SOCIOECONÔMICOS	6
1.2 – O ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES.....	12
1.3 – METODOLOGIA	18
2. A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	21
2.1 – RELIGIÃO E POLÍTICA	21
2.2 – IGREJA CATÓLICA E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	23
2.3 – A IGREJA CATÓLICA E SUA ATUAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO	27
2.4 – A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)	33
2.4.1 – <i>Estrutura Organizativa da Comissão Pastoral da Terra.....</i>	<i>43</i>
3. A REALIDADE AGRÁRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	47
3.1 – A ATIVIDADE CANAVIEIRA NO NORTE FLUMINENSE	47
3.1.1 – <i>A modernização da agroindústria açucareira e suas conseqüências para o município de Campos.....</i>	<i>49</i>
3.1.2 – <i>As mudanças no setor sucroalcooleiro e no mundo do trabalho em Campos dos Goytacazes.....</i>	<i>53</i>
3.1.3 – <i>A situação atual do setor canavieiro de Campos.....</i>	<i>57</i>
3.2 – O CONFLITO FUNDIÁRIO NO NORTE FLUMINENSE.....	60
3.2.1 – <i>Histórico do MST-RJ e sua atuação em Campos dos Goytacazes.....</i>	<i>66</i>
3.2.2 – <i>A criação do Assentamento Zumbi dos Palmares e seu amplo significado para a reforma agrária em Campos dos Goytacazes</i>	<i>72</i>
3.3 – O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	79
4. A ATUAÇÃO DA CPT EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	85
4.1 – A FIXAÇÃO DA CPT EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	85

4.2 – AGENTES DA CPT E AS FONTES DE RECURSOS PARA A ATUAÇÃO EM CAMPOS	91
4.3 – A RELAÇÃO ENTRE CPT E MST EM CAMPOS	96
4.4 – A CPT NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES	101
4.4.1 – <i>A Escolinha de Agroecologia da CPT</i>	113
4.4.2 – <i>A Feirinha da UENF</i>	120
4.4.3 – <i>Outras atividades da CPT “para/junto/com” os assentados do Zumbi dos Palmares e algumas reflexões</i>	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

LISTA DE SIGLAS

AC - Ação Católica
CEB - Comunidade Eclesial de Base
CEP - Conselho Episcopal de Pastoral
CES - Centro de Estudos em Sustentabilidade
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERAR - Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
ECC - Encontro de Casais com Cristo
EMATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural
FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica
FALERJ - Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FMC - Faculdade de Medicina de Campos
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana
ICS DR - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFF – Instituto Federal Fluminense
INCRA- Instituto Nacional de Colonização á Reforma Agrária
JAC - Juventude Agrária Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB - Movimento de Educação de Base
MER - Movimento de Evangelização Rural
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAF - Núcleo Agrícola Fluminense
ONG - Organização Não Governamental

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIB- Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT- Partido dos Trabalhadores
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
SINDIPETRO - Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TFP - Tradição, Família e Propriedade
UCAM - Instituto Universitário Candido Mendes
UDR - União Democrática Ruralista
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFV - Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente por situação de domicílio; Estado do Rio de Janeiro, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 1940-2010.....	9
Tabela 2 - Comparação entre três cidades que tiveram a cana-de-açúcar como lavoura temporária no ano de 2004 e 2012.	59
Tabela 3 - Assentamentos de Reforma Agrária em Campos dos Goytacazes	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões do Estado do Rio de Janeiro	6
Figura 2 - Municípios da Região Norte Fluminense	7
Figura 3 - População residente por situação de domicílio em Campos dos Goytacazes, 1940-2010	10
Figura 4 - Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.	13
Figura 5 - Mapa do Assentamento Zumbi dos Palmares e seu parcelamento em lotes.	14
Figura 6 - Estrutura e decisões da CPT	44
Figura 7 - Encontro Ecumênico comemorativo dos 15 anos da CPT no Assentamento Zumbi dos Palmares	82
Figura 8 – Presença de Dom Roberto F. F. Paz na Caminhada da Terra, São João da Barra, RJ.....	83
Figura 9 - Acampamento Zumbi dos Palmares, parceria entre MST e CPT.....	99
Figura 10 - Cartaz do Comitê de Combate a Erradicação do Trabalho Escravo. Parceria CPT-ES/RJ e MST/RJ.....	100
Figura 11 - Reunião do Superintendente do INCRA-RJ com os assentados do Zumbi dos Palmares	111
Figura 12 - Unidade Agroecológica no Assentamento Zumbi dos Palmares	118
Figura 13 - Feirinha da UENF, montagem da estrutura.....	121
Figura 14 - Feirinha da UENF, movimentação no intervalo de aulas.....	121

RESUMO

GONÇALVES, Renato Luiz, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2012. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Coorientadoras: Sheila Maria Doula e Ana Louise de Carvalho Fiúza.

A partir dos anos 50 do século XX a Igreja Católica passou a se posicionar de forma mais contundente sobre a questão agrária no Brasil. Esse posicionamento, no entanto, variou ao longo do tempo, indo de uma posição contrária à Reforma Agrária, em sintonia com as concepções do Estado antes e durante a Ditadura Militar, até uma a posição a favor da Reforma Agrária a partir da década de 1970 que culminou na criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) como um serviço específico para atender demandas dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos na luta pela terra. Este trabalho analisa a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no processo de reforma agrária em Campos dos Goytacazes, sobretudo, as atividades desenvolvidas para os assentados no município e região, especialmente no Assentamento Zumbi dos Palmares, maior assentamento do estado do Rio de Janeiro. Verificou-se que diante da falta de apoio da hierarquia católica da cidade, a CPT tem sido uma parceira constante do MST, sendo juntos organizadores das ocupações de terras improdutivas e grandes responsáveis pela formação sociopolítica dos sem terra do norte fluminense. Essa estreiteza de laços também pôde ser percebida na concepção das atividades desenvolvidas com os atuais assentados. A escolinha e a feira de agroecologia idealizadas pela CPT reproduzem uma visão anticapitalista própria do MST, e não atuam diretamente nas demandas mais urgentes dos assentados: cooperação entre assentados, assistência técnica e infraestrutura para escoamento de produção. Existe um descompasso entre a atuação da CPT e as demandas dos Assentados do Zumbi dos Palmares. Essa realidade não se resume ao município de Campos dos Goytacazes e pode ser compreendida no que Martins (1999) denominou de anomia dos movimentos sociais no Brasil.

ABSTRACT

GONÇALVES, Renato Luiz, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2012. **The action of Pastoral Land Commission (PLC) in Campos dos Goytacazes, RJ: An analysis of the Settlement Zumbi dos Palmares.** Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Co-Advisers: Sheila Maria Doula and Ana Louise de Carvalho Fiúza.

By 1950 the Catholic Church that is a strong influence in the socialization process in the Brazilian rural area, began to have a more scathing position about the agrarian issue in the country. This position, however, varied during the time turning into a contrast position to the Agrarian Reform, agreeing with the conceptions of the State to a position for the Agrarian Reform from the 1970's that resulted in the creation of LPC (Land Pastoral Commission) as a specific service to attend demands from rural workers involved in conflicts for the land. This work analyses the situation of the Land Pastoral Commission (LPC) in the agrarian reform in Campos de Goytacases, especially, the activities made for the settlements in the city and region. It was verified that up the lack of aid of the city's church hierarchy, the LPC has been a big partner of MST, both been organizers of the occupation of unproductive land and they are responsible for the sociopolitical formation of landless in the northern Rio. This narrowness of laces can also be realized in the conception of the activities developed with the actual settlements. The school and agro ecology fair idealized from missionary principles of LPC shows an anti-capitalist view that that belongs to MST and do not act directly on the most urgent demands of the settlers: settlers cooperation, technical assistance and infrastructure for production flow. There is a mismatch between the LPC projects and the settlements demand of Zumbi dos Palmares. This reality is not confined to the city of Campos dos Goytacazes reflecting what Martins said to be the anomie of social movements in Brazil.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil, como aponta Medeiros (2002), tem assumido diferentes significados ao longo do tempo, quer seja pelas forças sociais e políticas relacionadas, quer seja pelas mudanças de concepções sofridas pelos atores envolvidos com a questão.

A partir dos anos 50 do século XX a hierarquia da Igreja Católica, representada por alguns bispos, passou a se posicionar de forma mais contundente sobre a questão agrária no Brasil. No entanto, esse posicionamento variou ao longo do tempo, indo de uma posição contrária à reforma agrária, em sintonia com as concepções do Estado antes e durante a Ditadura Militar, até uma posição a favor da reforma agrária a partir dos anos 70 que culminou na criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) como um serviço específico para atender demandas dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos na luta pela terra, principalmente no norte no país.

A Igreja Católica tem grande importância no processo de socialização no Brasil, sobretudo no meio rural, onde a estrutura paroquial se mostrou bastante eficaz. Por meio da Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o catolicismo fomentou a organização de vários movimentos sociais, dentre eles o Movimento Sindical que deu origem aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, bem como a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se apresenta, atualmente, como o movimento de maior projeção na mídia no que se refere à luta pela terra no país.

Deve-se, no entanto, atentar para o fato de que nos anos 60 não havia uma posição única dos membros da Igreja Católica e era possível encontrar apoiadores da Reforma Agrária contrariamente às orientações do Estado. Nos dias atuais também não se pode afirmar que há um consenso por parte das lideranças católicas a respeito da questão agrária no país, ainda que as diretrizes da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil) sejam a favor da Reforma Agrária.

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 a partir da aprovação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e é atualmente a organização da Igreja Católica que mais atua no meio rural brasileiro. Apesar de seu caráter ecumênico, ou seja, a participação direta de membros de outras Igrejas Cristãs, a CPT está

intimamente ligada à cúpula da Igreja Católica do Brasil. Para manter um controle maior sobre as ações da Pastora da Terra, a CNBB exige que a esta entidade seja nacionalmente presidida por um bispo católico.

A CPT está presente em todo o Brasil e atua com voluntários na maioria do seu corpo de agentes pastorais, sustentando seus trabalhos com recursos advindos diretamente da Igreja Católica ou advindos do Governo Federal. Os trabalhos da CPT que, segundo Poletto (1997), são serviços às causas dos trabalhadores rurais, variam da formação sociopolítica até a assistência técnica aos trabalhadores rurais, inclusive nos Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

A partir da década de 1990, a política de criação de assentamentos rurais no Brasil ganhou maior impulso, pela pressão dos movimentos sociais, principalmente o MST, e refletiu em maiores esforços governamentais na implementação da reforma agrária. Como salienta Araujo (2005), os assentamentos resultam das demandas dos trabalhadores por terra e por reforma agrária e que a isso o Estado se vê obrigado a atender, embora só o faça em parte, pois ao desapropriar as terras e fazer a emissão da posse nem sempre assume as políticas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos. Dessa forma, muitos são os trabalhadores que retornam às lutas por políticas públicas para assegurar a construção do assentamento.

Atualmente, podem-se encontrar duas concepções distintas quanto aos entraves que impedem o governo de avançar no processo de reforma agrária. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas medidas de reforma agrária, houve avanços no processo e a metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária vem sendo cumpridas desde sua criação, em 2003. Para os movimentos sociais, as propostas em torno da reforma agrária têm caminhado a passos lentos desde 2003, um ritmo que está praticamente limitado à meta de assentar 100 mil famílias/ano (CPT, 2008).

No entanto, os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, e a postura de suas lideranças, têm sido criticados por autores como Martins (2004) e Navarro (2008). Eles lançam mão de argumentos que vão desde o descompasso entre demandas dos trabalhadores e os discursos dos mediadores na luta pela terra,

como MST e CPT, até a recente falta de demanda social para uma reforma agrária no Brasil. Contudo, apontam para uma crise dos movimentos sociais do campo.

Neste sentido, Menezes Neto (2007) afirma que a partir dos anos 2000, a presença da Igreja Católica, que é considerada “berço” para o movimento de luta pela terra, tem se restringido às missas e celebrações do que propriamente às ações políticas nos assentamentos de reforma agrária em todo o país. O autor destaca que,

as lideranças e os assentados mais engajados nas lutas do MST reconhecem que apenas uma pequena parcela da Igreja Católica são solidários com as lutas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MENEZES NETO, 2007, p. 340).

De fato, as recentes pesquisas encontradas sobre a Comissão Pastoral da Terra evidenciam a grande influência dessa organização religiosa nos movimentos sociais no campo. No entanto, não foram identificados trabalhos acadêmicos que tratam especificamente da atuação da CPT em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Em contrapartida, no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, no qual a atividade canavieira é a grande responsável pela estruturação agrária, a Comissão Pastoral da Terra antecedeu o MST no trabalho junto aos cortadores de cana, sobretudo com formação sociopolítica desse grupo de trabalhadores. Juntos, lideranças da CPT e do MST mobilizaram também moradores das periferias da cidade e organizaram a primeira grande ocupação de terras no norte fluminense. Tratava de terras do conjunto de fazendas da falida Usina São João que mais tarde se tornou um dos maiores assentamentos do estado do Rio de Janeiro, o Zumbi dos Palmares.

O Zumbi dos Palmares, que está dividido em 5 núcleos, na sua totalidade abrange uma extensão de terras que gira em torno de 10 mil hectares e atualmente abriga mais de 500 famílias distintas de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro.

A CPT, que se fixou em Campos sem autorização do então bispo da diocese, tem nos assentados de reforma agrária o seu público privilegiado de assistência e acompanhamento. Apesar da escassez de recursos financeiros e do

pouco interesse do público em geral, a equipe da CPT de Campos dos Goytacazes tem mantido algumas atividades como escolinha e feira de agroecologia.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi analisar a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes e como objetivos específicos, buscou-se:

- a. Analisar o envolvimento da CPT com o processo de Reforma Agrária em Campos;
- b. Analisar o processo de criação das práticas da Equipe da CPT de Campos para os Assentamentos Rurais;
- c. Identificar e analisar as práticas da Equipe da CPT de Campos dos Goytacazes desenvolvidas no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos além da Introdução: Primeiramente, busca-se fazer uma contextualização da área de estudos que se tratou do município de Campos dos Goytacazes e os aspectos metodológicos da pesquisa. Tem-se uma breve descrição dos contrastes socioeconômicos percebidos em Campos e uma caracterização geral da população urbana e rural deste município e procura-se focar na realidade do Assentamento Zumbi dos Palmares, onde a CPT tem sido mais atuante. Também se busca descrever a metodologia utilizada na presente pesquisa.

No segundo capítulo, tem-se um levantamento histórico da relação dos setores da Igreja Católica Apostólica Romana com a questão agrária no Brasil. Procurou-se mostrar que desde o ano de 1950 a hierarquia da Igreja tem se posicionado de forma mais contundente no que tange ao tema da reforma agrária. As CEBs, ao apropriar-se da Teologia da Libertação, se tornaram espaços de amadurecimento de vários movimentos sociais. Em relação à população rural e reforma agrária, a atuação da Igreja tem seu apogeu com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975, que surge como um serviço específico para atender as demandas dos trabalhadores expropriados da terra em diversas regiões do país. Nessa parte também foram apresentados alguns conceitos científicos que nortearam as análises da pesquisa.

No terceiro capítulo é feita uma contextualização da realidade agrária de Campos dos Goytacazes, município onde foi realizada esta pesquisa. Objetivou-se mostrar como a indústria sucroalcooleira foi, por excelência, a estruturadora agrária e grande influência nas relações sociais e de trabalho não só em Campos, como em todo norte fluminense. Considerando o processo de reforma agrária, buscou apresentar a atuação do MST bem como a criação do Assentamento Zumbi dos Palmares, ambos ligados diretamente à atuação da Comissão Pastoral da Terra no município de Campos.

Por fim, o capítulo 4 traz os resultados da pesquisa de campo que foi realizada junto aos agentes da CPT, assentados e outros atores envolvidos no processo de reforma agrária em Campos dos Goytacazes. Foram feitas análises que percorreram a relação da Igreja Católica com a reforma agrária em Campos até as atividades mais específicas para os assentamentos que têm sido realizadas pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra no município.

1. ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 – O município de Campos dos Goytacazes e seus contrastes socioeconômicos

O município de Campos dos Goytacazes é um dos principais centros políticos do estado do Rio de Janeiro desde o período colonial, quando foi referência tanto econômica como política para o Brasil. Faz parte na região Norte do Estado do Rio de Janeiro juntamente com oito municípios: São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé. Essa mesorregião abriga uma população de 849.515 habitantes, sendo que 463.731 residem em Campos, o que corresponde a 54,56% do contingente populacional do norte Fluminense. É a 7ª cidade mais populosa do estado e apresenta uma densidade demográfica de 100,6 hab./km², representando, assim, a maior população localizada fora da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Campos dos Goytacazes é o principal centro urbano do Norte Fluminense e possui uma extensão territorial de 4.026,7 km², 41,56% da área total da região norte e se constitui no maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro, pouco menor que o Distrito Federal. Ao Norte, faz divisa com o Estado do Espírito Santo, estando a aproximadamente 290 km da capital do Rio de Janeiro.

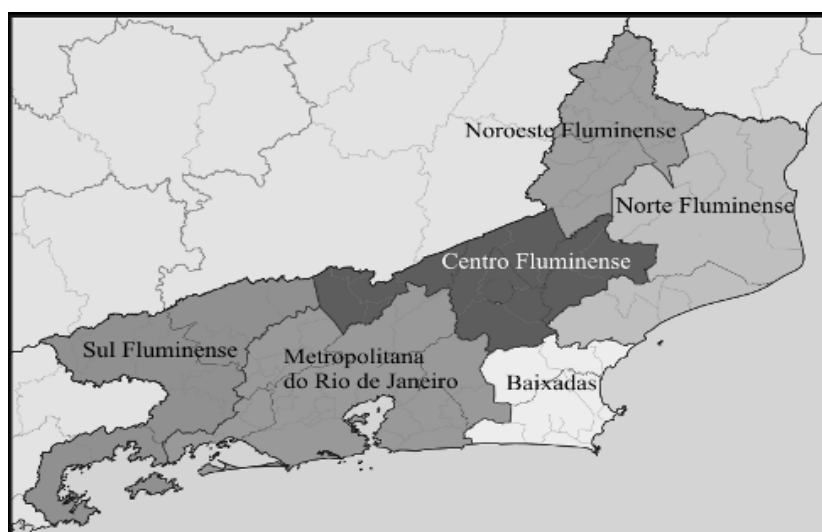


Figura 1 - Regiões do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: IBGE *apud* Aquino (2008)

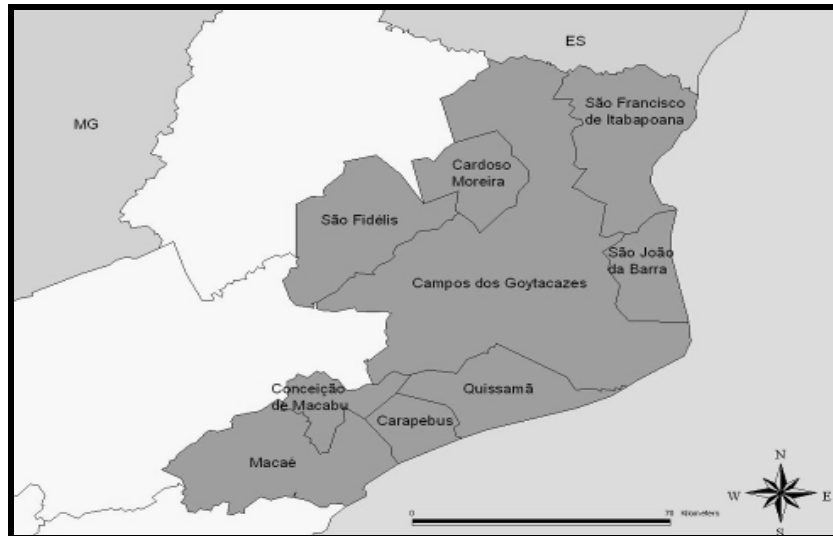


Figura 2 - Municípios da Região Norte Fluminense

Fonte: IBGE *apud* Silva (2006)

Campos dos Goytacazes é referência na área universitária por abrigar instituições como UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), IFF (Instituto Federal Fluminense), ICSDR (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional), UFF (Universidade Federal Fluminense), FMC (Faculdade de Medicina de Campos), Estácio de Sá, UCAM (Instituto Universitário Candido Mendes), dentre outras faculdades privadas.

Entre as cidades com os maiores índices de PIB do Brasil estão duas cidades do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes e Macaé que participam com aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto nacional e 16,2% do PIB estadual do Rio de Janeiro. Atualmente, a principal atividade produtiva da cidade de Campos é a indústria extrativa de petróleo e faz com que o PIB Industrial do município seja 3ª maior do País, perdendo somente para São Paulo e Rio de Janeiro (AQUINO, 2008).

A história de Campos é rica em importantes acontecimentos políticos. Em 1883, Dom Pedro II inaugurou, em Campos, o primeiro serviço público municipal de iluminação, tornando-a primeira cidade do Brasil e da América Latina a receber iluminação pública elétrica, através de uma termelétrica a vapor. O município foi um dos primeiros do Brasil a embarcar voluntários para a guerra do Paraguai, em 28 de janeiro de 1865, pelo vapor Ceres e também na cidade de Campos dos Goytacazes que foi organizado o 1ª Sindicato de Trabalhadores Rurais do País. Mas apesar desses e outros notáveis avanços, a cidade carrega algumas contradições socioeconômicas.

Por muitas décadas a economia norte fluminense foi caracterizada pela baixa diversificação produtiva por depender, essencialmente, da cana-de-açúcar. Os processos de expansão e crise do setor sucroalcooleiro influenciaram diretamente os ciclos econômicos da cidade de Campos, mas apesar das grandes dificuldades na atividade canavieira, principalmente nos anos 1970 e 1980, a produção de cana-de-açúcar ainda domina a atividade agrícola da região ao ocupar 81% da área agrícola e 71% dos estabelecimentos rurais (CARVALHO, 2005).

A atividade canavieira expressiva em Campos dos Goytacazes atraiu um grande número de migrantes, principalmente do Nordeste e da região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, para o trabalho sazonal no corte da cana-de-açúcar, que ainda é feito de forma manual em algumas propriedades. O problema é que, em muitos casos, quando estes trabalhadores chegavam às usinas e fazendas de cana-de-açúcar do município, se deparavam com a super-exploração do trabalho, e baixos salários. Além disso, Campos dos Goytacazes foi palco nos últimos anos de denúncias de trabalho análogo ao escravo na atividade canavieira.

Retornando aos aspectos populacionais, Campos dos Goytacazes apresentou um acentuado processo de urbanização entre os anos de 1970 e 1996, quando a população residente no perímetro urbano aumentou de 55,1% em 1970 para 85,6% em 1996. Diferente do Estado do Rio de Janeiro que experimentou um elevado crescimento urbano entre 1970 e 1980, o crescimento da população urbana de Campos deu-se de forma mais intensa entre os anos de 1980 e 1991 como se pode perceber na tabela a seguir.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO				REGIÃO NORTE FLUMINENSE				CAMPOS DOS GOYTACAZES			
Ano	Total	Urbana	Rural	Ano	Total	Urbana	Rural	Ano	Total	Urbana	Rural
1940	3.611.998	2.212.211	1.399.787	1940	344.053	92.199	251.854	1940	180.677	63.782	116.895
1950	4.674.645	3.392.591	1.282.054	1950	365.809	109.969	255.840	1950	200.327	79.790	120.537
1960	6.649.646	5.252.631	1.397.015	1960	431.424	174.247	257.177	1960	246.865	124.768	122.097
1970	8.994.802	7.906.146	1.088.656	1970	471.038	240.452	230.586	1970	285.440	167.330	118.110
1980	11.291.520	10.368.191	923.329	1980	514.644	300.555	214.089	1980	320.868	195.391	125.477
1991	12.807.706	12.199.641	608.065	1991	611.576	484.346	127.230	1991	376.290	317.981	58.309
2000	14.391.282	13.821.466	569.816	2000	698.783	594.713	104.070	2000	406.985	364.177	42.808
2010	15.989.929	15.464.239	525.690	2010	849.515	748.680	100.835	2010	463.731	418.725	45.006

Tabela 1 - População Residente por situação de domicílio; Estado do Rio de Janeiro, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 1940-2010

Fonte: IBGE (2012) e IBGE Censos Demográficos - 1940-2000 *apud* Anuário Estatístico de Campos dos Goytacazes (2006)

Ainda sobre os resultados apresentados na tabela 1, pode-se perceber que a população rural de Campos dos Goytacazes diminuiu, principalmente, a partir dos anos 1980, ao mesmo tempo em que houve um crescimento da população urbana. Este período foi exatamente o mesmo em que diversas usinas sucroalcooleiras locais faliram e foram desativadas. Com isso, pode-se inferir que a falência das usinas em Campos foi um dos fatores que contribuiu para o aceleração e intensificação da migração rural-urbano na região como observou Aquino (2008).

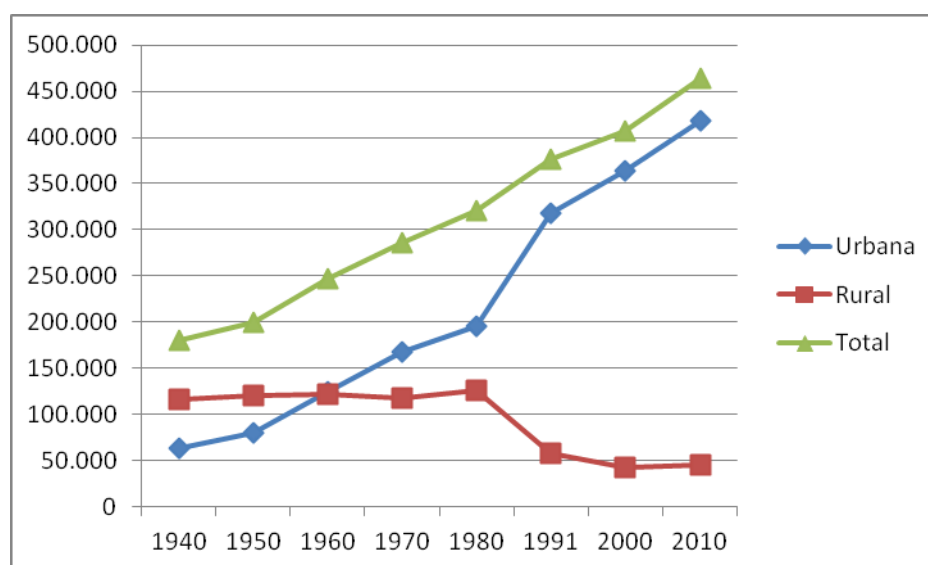


Figura 3 - População residente por situação de domicílio em Campos dos Goytacazes, 1940-2010

Fonte: Dados - Anuário Perfil/2005 de Campos dos Goytacazes (2006) e IBGE (2012)

A figura 3 também demonstra uma diminuição na população rural de Campos dos Goytacazes, no entanto, o município continua abrigando o maior contingente deste segmento no Estado, o que expressa a relevância da agricultura para a cidade. É importante observar também, pelos dados do IBGE, que entre os anos de 2000 e 2010 a população rural cresceu em Campos, ainda que em menor proporção ao crescimento urbano.

Como ressaltou Aquino (2008), o movimento migratório urbano-rural, ou seja, o retorno de pessoas para o campo, pode ser explicado, em sua grande parte, pela consolidação dos diversos assentamentos de reforma agrária depois da década de 1990, sobretudo, com a chegada do MST na região. Tais assentamentos são compostos por um grande número de pessoas advindas da periferia da cidade

de Campos dos Goytacazes, entre elas algumas que anteriormente tiveram uma experiência agrícola e outras que nunca “lidaram com a terra”.

Apesar das atividades agropecuárias serem muito importantes para o município, deve-se salientar que atualmente Campos dos Goytacazes destaca-se especialmente, no âmbito nacional e internacional, pela sua bacia de petróleo, Bacia de Campos¹, que é responsável por aproximadamente 80% da produção nacional. Isso possibilitou a Campos transformar-se em um dos maiores recebedores de *royalties* e participações especiais do país (PESSANHA, 2004).

A sede dos empreendimentos da Bacia de Campos está localizada na cidade de Macaé, mas ainda assim, o impacto dos *royalties* tornou-se notadamente importante para o município de Campos, principalmente por causa das coordenadas geográficas do seu litoral e do aumento da produção da Petrobrás. Pessanha (2004) ainda ressalta que a Lei do Petróleo N.º 9.478/97 possibilitou a entrada de novas empresas na disputa pelas descobertas de jazidas deste recurso na região.

Somada a esses fatores, a metodologia de cálculo para remuneração dos *royalties* foi alterada e fez com que o município de Campos dos Goytacazes, desde 1999, se tornasse o líder nacional nessa receita. Em 1995, Campos dos Goytacazes possuía um orçamento médio per capita anual de R\$ 98,00 (37 milhões de reais para uma população de 376 mil habitantes), no ano de 2011, o orçamento tornou-se 50 vezes maior que de 1995, contando com cerca de R\$ 4.086,00 por habitante (R\$ 1,9 bilhões em 2011 para uma população aproximada de 465 mil habitantes) (PESSANHA, 2004) (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2012).

Hoje, a arrecadação de *royalties* em Campos ultrapassa a marca de 1 bilhão de reais e representa mais de 71% de todo o orçamento municipal. Apesar disso, Campos dos Goytacazes ocupa a 54ª posição no ranking do IDH Municipal no estado e a 1.818ª colocação dentre os municípios do Brasil. Estes dados comprovam que apesar da considerável disponibilidade de recursos financeiros, a desigualdade provocada pela má distribuição de renda nesta cidade é muito

¹ A Bacia de Campos é uma bacia sedimentar e maior província petrolífera do Brasil. Situada na costa norte do estado do Rio de Janeiro, estendendo-se até o sul do estado do Espírito Santo. Possui aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Em terra, além do município de Campos dos Goytacazes, ela ainda ocorre nos municípios de Macaé, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, além da região sul do Estado do Espírito Santo (IBP, 2012).

acentuada. “*Os empregos e renda gerados pela atividade petrolífera não estão alterando qualitativamente o quadro de desigualdades, tanto sociais quanto espaciais*”. (CRUZ, 2005, p. 51).

Segundo Stellet & Borba (2008), pode se perceber no município de Campos dos Goytacazes elementos de uma economia periférica convivendo com elementos de uma economia dinâmica. Para os autores, é como se o petróleo funcionasse como uma “monocultura” ao passo que proporciona ao município uma grande arrecadação de recursos financeiros, mas ao mesmo tempo, causa um “imaginário” em nível governamental de que esses recursos advindos dos *royalties* permanecerão por um bom tempo, o que dificulta o pensamento e a criação de outras formas de desenvolvimento econômico.

1.2 – O Assentamento Zumbi dos Palmares

O Assentamento Zumbi dos Palmares está entre os 10 assentamentos localizados no município de Campos e é fruto da ocupação ocorrida em 12 de abril de 1997 nas terras da extinta Usina Sucroalcooleira São João. Tal ocupação foi realizada por trabalhadores reunidos e organizados pelo MST juntamente com agentes da CPT, tendo recebido a imissão de posse em 27 de novembro do mesmo ano. Nele residem 506 famílias.

A maior parte das terras do assentamento está localizada no município de Campos dos Goytacazes, estando uma parte delas localizada no município de São Francisco do Itabapoana, também no estado do Rio de Janeiro.

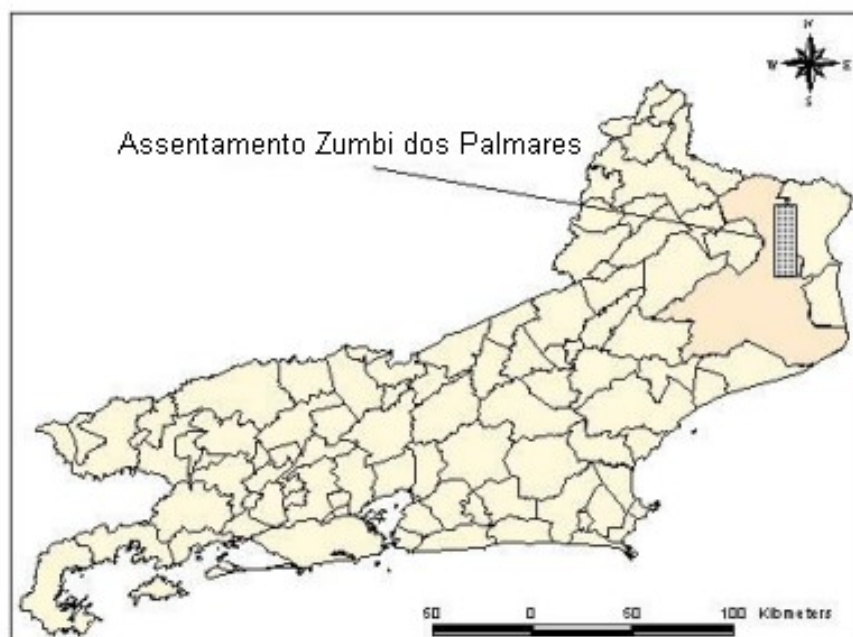


Figura 4 - Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares.

Fonte: Aquino *et al* (2006)

O Zumbi, como é chamado o assentamento pela maioria dos moradores de Campos, abrange uma área de aproximadamente 8.000 hectares compreendendo as fazendas que faziam parte do conjunto da antiga Usina sucro-alcooleira São João: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana. Fisicamente esta área se estende desde a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, à leste da cidade de Campos de Goytacazes até próximo ao distrito de Floresta em São Francisco do Itabapoana como se pode perceber na figura 4. (FAO/INCRA, 1999).



Figura 5 - Mapa do Assentamento Zumbi dos Palmares e seu parcelamento em lotes.
Fonte: Zinga & Pedlowski (2003)

Em outubro de 1997, o INCRA desapropriou as terras da Usina São João e em novembro desse mesmo ano as famílias acampadas foram cadastradas, bem como os ex-funcionários da Usina e as famílias já cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana. (FAO/INCRA, 1999). Em assembleia realizada em janeiro de 1998, ficou decidido a divisão dos grupos para ocupação da área conforme a figura 5 apresentada anteriormente.

O assentamento foi dividido em cinco núcleos. O primeiro núcleo é denominado Zumbi I, outrora conhecido como Porto dos Bondes; o segundo núcleo é o Zumbi II (Jacarandá); o terceiro núcleo é o Zumbi III (São Gregório); o quarto núcleo é o Zumbi IV (Campelo); e o quinto núcleo é o Zumbi V (Cajueiro). No total existem no assentamento 506 lotes distribuídos pelo INCRA. A média do tamanho dos lotes é de 10 hectares (FAO/INCRA, 1999).

A chegada dos assentados para o assentamento foi realizada de diversas formas. Cerca da metade dos assentados (46%) chegou na área por meio do recrutamento feito pelo MST e CPT nos bairros e comunidades periféricas dos municípios de Campos e São Francisco de Itabapoana. Aproximadamente 38% dos assentados chegaram por meio do sistema de cadastramento do INCRA, enquanto 7% foram recrutados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana (ZINGA, 2002).

A organização interna do assentamento Zumbi dos Palmares compreende, além da divisão geográfica por núcleos, a existência de pelo menos uma associação em cada núcleo, e uma cooperativa no núcleo 4. O núcleo 1 possui duas associações distintas, por causa de desentendimento dos membros da primeira associação. Segundo estudo realizado por Zinga (2004), o tamanho médio das famílias era de 4 pessoas, sendo que 55% delas possuíam em média 2 pessoas entre 0 e 15 anos de idade e 92% tinham em média de 2 pessoas entre 16 e 60 anos.

De acordo com Zinga (2002), a origem dessa organização interna do assentamento deu-se em 1997 com uma participação mínima dos indivíduos que viriam ser os futuros assentados. A adesão massiva ocorreu em 1999, depois de estar consolidada a distribuição dos lotes. O surgimento das organizações de base dentro do assentamento Zumbi dos Palmares deu-se pelo interesse em obter crédito financeiro oferecido pelo INCRA. Assim, o INCRA foi o principal

responsável pela adesão dos assentados aos grupos organizados por haver condicionado a concessão de crédito aos filiados das associações e cooperativa (ZINGA, 2002).

O que se percebe atualmente no assentamento é que as associações se encontram extremamente fragilizadas e com pouquíssima participação efetiva dos assentados membros. Existem muitos atritos entre membros e os presidentes, e também atritos entre os presidentes e movimentos como MST e CPT, bem como prestadoras dos serviços de ATEs e até mesmo a EMATER de Campos dos Goytacazes.

A realidade no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes apresenta uma peculiaridade, pois cerca de 53% dos assentados são provenientes da região urbana de Campos dos Goytacazes, e muitos assentados desempenhavam atividades informais no setor do comércio e serviços, e muitos eram ex-empregados de antigas usinas falidas (ZINGA, 2004).

Apesar de a maioria de assentados não ser identificada como sendo oriunda da região rural, Zinga (2004) constatou que cerca de 85% dos assentados declararam o exercício de alguma atividade relacionada com a agricultura ou pecuária antes de se tornarem assentados. Este fato indica que parte dos assentados já se identificava com o trabalho rural antes de serem assentados, por terem uma experiência prévia no campo, tornando ínfima a quantidade de assentados que nunca tinha tido contato anterior com trabalhos agrícolas.

Devido à heterogeneidade existente entre os assentados no conhecimento das atividades agropecuárias, várias entidades do organismo público e organismos não governamentais, como a Comissão Pastoral da Terra, têm ministrado minicursos e realizado treinamentos com o principal objetivo de estimular os assentados a obter melhores rendimentos nas atividades realizadas nos lotes. Neste sentido, cerca de 45% de assentados manifestou ter participado em algum minicurso de capacitação, para o auxílio nas atividades no lote (PEDLOWSKI, 2007).

Desde a formação do assentamento Zumbi dos Palmares, a questão da assistência técnica aos assentados, uma atividade, em tese, planejada e estabelecida pelo INCRA, através do Plano do Desenvolvimento do Assentamento (PDA), tem sido feita de forma deficiente por causa da insuficiência da

disponibilidade de técnicos capazes de atender a todas as demandas existentes entre os assentados.

Um fato importante é o desencontro entre o tipo de assistência técnica que é eventualmente oferecida aos assentados, e aquilo de que realmente os assentados necessitam. Os problemas enfrentados pelos assentados são estruturais e organizativos e são agravados pela falta de assistência técnica. Estes problemas vão desde a baixa qualidade dos solos e passam pela falta de água para irrigação, chegando na falta de condições organizativas que possam garantir escoamento da produção originada pelos lotes.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os assentados conduzem um processo produtivo nos lotes. A maior parte planta culturas que visam ao cumprimento dos projetos realizados pelo INCRA, como forma de viabilizar o pagamento do crédito PRONAF. Muitos assentados plantam a cana através de contratos de venda estabelecidos antecipadamente com as usinas, cujos usineiros pagam antecipadamente a produção de cana. Com este esquema, o assentado garante um custeio mínimo do lote. Outras culturas que sofrem influência com a agroindústria na região são o maracujá e o abacaxi, cujo plantio se dá principalmente nos Núcleos 4 e 5.

Por outro lado, a olericultura e o cultivo de feijão encontram uma precariedade na sua prática, pela falta de irrigação, visto que são culturas mais exigentes em termos de água. A pecuária é uma das atividades que aos poucos vai ganhando preferência entre os assentados no Zumbi dos Palmares, com várias famílias possuindo pelo menos uma vaca leiteira, o que possibilita a obtenção de renda diária através da venda de leite e queijo.

Segundo Zinga (2002), no período inicial de instalação dos lotes, os assentados encontravam dificuldades para comercializar sua produção, em função de três fatores principais: (1) incapacidade de inserção no mercado; (2) falta de vias de acesso para o interior do assentamento e falta de transporte para escoar a produção, e (3) pouca afluência dos atravessadores ao assentamento, em função da precariedade das vias de acesso, proporcionando uma grande desvantagem para o assentado na venda de seus produtos, devido ao fato de ter havido muita oferta de produtos por parte dos agricultores, e pouquíssima demanda por parte dos atravessadores. Os atravessadores, que já são conhecidos por rebaixarem os

preços de compra de produtos, aproveitavam-se desta situação, para impor valores ainda mais baixos aos produtores pela falta de concorrentes.

O que pode se perceber é que essa realidade não mudou muito e as necessidades dos assentados continuam sendo basicamente as mesmas. Uma melhoria foi a construção das vias de acesso, facilitando um maior fluxo de atravessadores interessados na compra da produção do assentamento como ressalta Pedlowski (2007). Este fenômeno deu certa vantagem para os assentados que comercializam seus produtos no lote, por lhes permitirem melhores condições para negociar o preço de venda com os atravessadores, ainda que a troca continue sendo bastante desigual (PEDLOWSKI, 2010).

Outros detalhes sobre o processo de criação do Assentamento Zumbi dos Palmares bem como a realidade agrária de Campos dos Goytacazes são descritos e analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

1.3 – Metodologia

A presente pesquisa se configura como um estudo de caso, pois buscou analisar a Comissão Pastoral da Terra e suas práticas específicas em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária em Campos dos Goytacazes, tendo como o foco de estudo o Assentamento Zumbi dos Palmares.

As equipes da CPT trabalham de forma diferenciada em cada região do país, seguindo um dos três eixos de atuação propostos: direito, água e terra. A escolha pela equipe da CPT de Campos se deu por que o trabalho em Assentamentos daquela região é uma das prioridades dessa Equipe CPT que enfatiza o eixo de ação Terra, diferentemente, por exemplo, da CPT na região da Zona da Mata mineira, que enfatiza em seu trabalho o eixo água e atua mais fortemente no apoio ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O estudo de caso é uma pesquisa de natureza empírica que investiga um determinado fenômeno dentro de um contexto real de vida, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto em que ele se insere não são claramente definidas. Trata-se de uma análise aprofundada de um caso, para que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

A atuação da equipe da CPT de Campos foi analisada, tendo como foco, as atividades desenvolvidas no assentamento Zumbi dos Palmares que, como foi

mencionado anteriormente, fica localizado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, na região norte do estado do Rio de Janeiro. Lá estão assentadas 506 famílias divididas em cinco setores (Zumbi 1, Zumbi 2, Zumbi 3, Zumbi 4 e Zumbi 5).

Para realização deste estudo foi utilizada a entrevista, que segundo Gil (2002) é uma técnica que envolve duas pessoas no qual uma formula as questões a outra responde numa relação “face a face”. Durante duas semanas do mês de Setembro de 2011 foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os 7 agentes da Equipe CPT de Campos que participam diretamente do planejamento e execução das atividades da organização.

Com os assentados foram feitas entrevistas com 7 assentados envolvidos no projeto da Feira de Agroecologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), 5 outros assentados do Zumbi dos Palmares que não participam das atividades da CPT, dentre esses 2 presidentes de associações de assentados. Durante a Escolinha de Agroecologia pode-se entrevistar 1 assentado de outro assentamento, 1 pré-assentado e 2 agricultores de pequena produção da região.

Também foram entrevistados 2 professores da UENF (parceiros da CPT em alguns trabalhos), 1 padre Redentorista (da única organização católica que apoia os trabalhos da CPT em Campos desde sua criação), 2 técnicos da COOPERAR (prestadora do Serviço de ATES no Zumbi dos Palmares), 1 técnico da EMATER/Campos.

Com essa etapa, que teve ao todo 29 entrevistados, pôde-se identificar as práticas da CPT e como se dá sua execução pelos agentes pastorais no Assentamento Zumbi dos Palmares. Também se verificou como essas práticas são criadas pela Pastoral da Terra e como são recebidas pelos assentados.

Como a reforma agrária em Campos dos Goytacazes é um tema que ainda gera muitos conflitos, decidiu-se omitir os nomes dos entrevistados que serão identificados pelo seu estado ou função, por exemplos: Assentado 1, Agente CPT 1, Professor da UENF. Quando os entrevistados fizeram referência a outras pessoas, optou-se por colocar iniciais que não têm relação com os nomes referidos, como por exemplos: M.I., G.A. Isso acontece principalmente na terceira

parte desse trabalho, na qual os resultados da pesquisa de campo foram apresentados.

Somada à técnica de entrevistas, foi desenvolvida neste trabalho uma pesquisa documental e bibliográfica. Para Gil (2002) a pesquisa documental é a utilização de materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com a pesquisa. Trata-se de fontes variáveis como cartas, relatórios, memorandos, etc. Já a pesquisa bibliográfica utiliza de documentos que já foram analisados e estão impressos para um determinado público como livros, revistas, jornais, etc.

Foram analisados para fins da presente pesquisa os relatórios anuais da Equipe CPT de Campos dos últimos cinco anos, carta final do 3º congresso nacional da CPT, bem como documentos da Igreja que apresentam diretrizes norteadoras das práticas da CPT.

2. A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 – Religião e Política

Ao estabelecer relações entre religião e política para entender a constituição da sociedade moderna, Weber (1987) considerou que o capitalismo foi estimulado por mudanças suscitadas pela doutrina calvinista, da predestinação e valorização do êxito material como garantias da graça divina. Para Mariz (2003), a religião interessou a Weber na medida em que favorecia a formação de atitudes e disposições para aceitar, rejeitar ou inventar estilos de vida. A religião seria um elemento, historicamente, fundamental na formação da conduta humana nas diferentes sociedades, possibilitando conhecer os motivos de um conjunto de ações sociais.

A religião, segundo Geertz (1989), deve ser tratada como um sistema cultural. Para ele, os símbolos religiosos fornecem uma sintonia entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica. Então define a religião como:

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 104)

No que concerne às atividades religiosas, Geertz (1989) ainda menciona que elas induzem a duas espécies de disposições: ânimo e motivação, sendo os motivos as inclinações para executar determinados tipos de atos ou ter determinados tipos de sentimentos. Nas concepções de Geertz e Weber, a religião é sociologicamente importante porque modela a ordem social como: o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a feição pessoal e um sentido de beleza. A importância da religião também está na capacidade de servir, tanto para um indivíduo como para um grupo, de maneira que

os conceitos religiosos espalham-se para além de seus contextos especificamente metafísicos, no sentido de fornecer um arcabouço de

ideias gerais em termos dos quais pode ser dada uma forma significativa a uma parte da experiência – intelectual, emocional, moral (GEERTZ, 1989, p. 140)

Neste sentido, pode-se retomar o pensamento Novaes (1997, p. 10), em sua afirmação de que no Brasil, a religião católica tem fornecido, historicamente, “parte significativa do cimento que sustenta a estrutura e dá legitimidade às desigualdades sociais e formas de dominação” ao mesmo tempo em que “elementos contraditórios e de resistência que permeiam o sistema de dominação tradicional” são expressos por meio do catolicismo. Um exemplo disso é a ambiguidade expressa pelo catolicismo com relação à questão agrária no Brasil, que tem apresentado argumentos religiosos tanto a favor como contra a reforma agrária ao longo da história.

O modo como se firma a identidade católica no país envolve mecanismos bastante peculiares que traduzem uma roupagem singularmente plural, como se houvesse várias religiões dentro de uma religião, explica Sanchis (1992). O catolicismo também apresenta uma capacidade de adaptação e ajustamento às novas situações como salienta Brandão (2004) ao se tratar da Igreja Católica:

quando observada de perto, vemos como ela se abre e se permite diversificar, de modo a oferecer, em seu interior, quase todos os estilos de crença e de prática da fé existentes também fora do catolicismo (BRANDÃO, 2004, p. 282)

Em se tratando da relação entre religião e política, pode-se destacar que a linguagem religiosa tem contribuído para a assimilação e enquadramento de novas concepções e práticas políticas no Brasil, como observa Novaes (1997). Para Bourdieu (1998) quando a Igreja exerce sua função específica, que é a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica, acaba contribuindo também para o reforço simbólico da ordem política. Isso se deve à imposição e à inculcação, por parte da Igreja, dos esquemas de pensamento, percepções e ações que tendem a conferir “legitimação suprema” às estruturas políticas, assim contribuindo diretamente para a manutenção da ordem política. Contudo, isto não indica que as tensões e os conflitos entre o poder político e o poder religioso não existam.

Em sua análise sobre a Igreja Católica no Brasil, Mainwaring (1989, p. 26) reforça o pensamento de Bourdieu (1998), ao afirmar que a Igreja “como uma instituição importante, também exerce influência sobre a transformação política. Ela afeta a formação da consciência das várias classes sociais, mobiliza algumas forças políticas ou as critica”. Sendo assim, pode-se perceber que há evidências da contribuição da instituição Igreja Católica tanto na manutenção da ordem política, como também da ordem simbólica, que influencia a política, forma a consciência da sociedade, apoiando ou criticando a ordem política.

2.2 – Igreja Católica e a Teologia da Libertação

Deve se atentar para o fato de que a religião católica ultrapassa, muitas vezes, os limites institucionais e formais da Igreja e das suas organizações, até porque existem diversos setores dentro da própria Igreja Católica que se divergem em determinados assuntos. Isso faz com que organizações consideradas católicas, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra, se torne um objeto de análise ainda mais complexo, tendo em vista que suas práticas não se originam exclusivamente nas diretrizes advindas das lideranças católicas formalizadas.

No Brasil, a ICAR se organiza geograficamente, a saber: Regionais, Arquidioceses ou Dioceses, Paróquias e por fim Comunidades Eclesiais. Em suas lideranças se encontram os Bispos, Padres, Religiosos e Leigos. Os trabalhos da Igreja (celebrações, catequese, ação social, encontros de evangelização, etc.) são realizados em sua maioria por Pastorais ligadas diretamente à coordenação paroquial, mas também podem ser organizadas pelos chamados Movimentos de Igreja² (Encontro de Casais com Cristo (ECC), Cursilho, Renovação Carismática, Neocatecumenato, Focolares, Opus Dei, etc.) e também pelos grupos chamados de Novas Comunidades³ (Canção Nova, Shalom, etc.). Esses trabalhos estão

² Movimentos de Igreja ou Movimentos eclesiais são agrupamentos de fiéis da Igreja Católica organizados de acordo com as dioceses ou independentemente, previstos no Código de Direito Canônico. Os movimentos eclesiais podem ou não ter estatuto próprio. Existem de vários modos e caracterizam-se por agirem com mais liberdade do que as associações de fiéis (privadas ou públicas) tanto no agir pastoral quanto na participação de novos membros (AZEVEDO FILHO, 2008).

³ As Novas Comunidades ou Comunidades Novas baseiam-se em novas inspirações adaptadas dos institutos de vida consagrada da Igreja Católica, tendo como grande diferencial a vida comunitária ser formada por sacerdotes e leigos, homens e mulheres em uma mesma comunidade devidamente

submetidos às dioceses ou diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que é uma espécie de “colegiado” dos bispos para propiciar maior unidade entre as dioceses no país.

Para Mitidiero Junior (2008), pode-se compreender a Igreja Católica no Brasil em três setores fundamentais, que ora concordam, ora discordam entre si diante de determinados temas, como é caso da reforma agrária. Estes setores ou essas “Igrejas” seriam:

1) A Igreja Conservadora, que é avessa a qualquer tipo de transformação social e porta-voz da passividade. Essa Igreja apoiou as ditaduras militares e a condução pelas elites do capitalismo que se estabeleceu no país. Essa Igreja tinha como lema “a ordem, o progresso e a fé”, não importando as condições sociais em que grande parte das sociedades se situava. Organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e revigoraram um movimento ultraconservador e direitista dos católicos chamado “Tradição, Família e Propriedade” (TFP). No Brasil, os principais representantes desse segmento foram os bispos Dom Sigaud de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes e o cardeal Barros Câmara do Rio de Janeiro.

2) A Igreja Progressista, que criticava abertamente os resultados perversos do capitalismo e as posições e privilégios da Igreja Conservadora, também criticava a ideia de revolução proletária e de sociedade comunista. Ao mesmo tempo em que condenava os efeitos do modo de produção dominante, defendia a “Aliança para o Progresso” e a proposição do “Estado do Bem Estar Social” (Welfare State), acatando a ideologia dos Estados Unidos. O maior representante dessa corrente foi bispo de Olinda Dom Hélder Câmara, que mesclava, contraditoriamente, denúncias à injustiças sociais causadas pelo desenvolvimento do capitalismo com proposição de teses desenvolvimentistas.

3) A Igreja Libertadora representa uma crítica radical à atuação e à hierarquia da Igreja Católica e também à chamada “Teologia do Desenvolvimento” dos teólogos progressistas e, principalmente, ao modo capitalista de produção visto como pecado, como uma afronta à obra de Deus. Esse segmento elaborou uma teologia própria, a Teologia da Libertação, e fez

dividida, mas trabalhando juntos em prol da evangelização ou projetos de promoção humana (AZEVEDO FILHO, 2008).

aproximações entre religião e ciência, entre marxismo e política (socialismo), o que os levou a produzir um discurso político-religioso com objetivo de intervir na realidade. Os principais representantes desse setor da Igreja foram os teólogos Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Joseph Comblim, entre outros.

Neste sentido, Teixeira (2005) salienta que no bloco mais amplo do catolicismo, atualmente há grupos que incentivam uma presença pública mais definida da Igreja na sociedade, por meio de projetos pastorais voltados para o social, como o Grito dos Excluídos, o Mutirão Nacional contra a Fome e a Exclusão, o Plebiscito da Dívida Externa e demais iniciativas relacionadas às Pastorais Sociais e às Campanhas da Fraternidade⁴. Mas essa presença no espaço público é diferente da que foi exercida nos anos 70 e 80, quando a CNBB evidenciava o “rosto de uma igreja comprometida com o povo e os pobres” (TEIXEIRA, 2005, p. 19). Para o autor, essa situação foi se modificando a medida que o processo chamado de “restauração romana”, de centralização e uniformidade, foi se afirmando de forma mais geral, provocando maiores dificuldades, incompreensões e barreiras na atuação crítica da Igreja Católica no Brasil.

A “restauração romana” foi a interferência da cúpula religiosa de Roma no debate que acontecia sobre as supostas “duas Igrejas” que se fazia presente no país, a do povo e a oficial. Em 1980, o Papa e o Vaticano tomaram medidas para limitar as mudanças da Igreja brasileira através de uma carta apostólica endereçada aos bispos. Na carta, João Paulo II afirmava que a Igreja não deveria se envolver em questões sociais em detrimento de sua missão religiosa e indicava limitações a Igreja Popular (MAINWARING, 1989).

Nesse processo de restauração se encontra a repressão à Teologia da Libertação, que é uma corrente teológica que engloba teologias cristãs desenvolvidas nas periferias pobres a partir dos anos 70 do século XX, baseadas

⁴ A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, sempre no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. A campanha é coordenada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) (CNBB, 2012).

na opção preferencial pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação. A Teologia da Libertação desenvolveu-se inicialmente na América Latina impulsionada pela Conferência de Medellín⁵ e nos anos 70 e 80 constituiu o discurso religioso e político que serviu como pilar para o surgimento de movimentos e pastorais religiosas gerados pela Igreja Católica, inclusive e sobretudo a Comissão Pastoral da Terra. (BOFF & BOFF, 1985).

Segundo relato de Boff (1998) a perseguição da Cúpula Romana à Teologia da Libertação tinha o seguinte argumento proferido pelo Cardeal Ratzinger, atual Papa Bento XVI, num encontro de teólogos alemães: “O marxismo morreu como ideologia, morreu como força política organizadora dos Estados, mas ele sobrevive na Teologia da Libertação, que funciona como cavalo de Tróia para penetrar no meio dos pobres. Devemos redobrar a vigilância sobre essa teologia”.

Segundo Boff & Boff (1985), até certo ponto as ações de bloqueio do Vaticano obtiveram êxito, já que perseguiram e “calaram” muitos cléricos adeptos dessa teologia e proibiram o ensino dela nos seminários religiosos, sem contar com a difamação pública, que identificava a Teologia da Libertação como uma falsa teologia, “inventada” pelos comunistas.

Para Dom Balduino⁶ (2011), apesar de terem sido severamente criticados pelo alto clero romano, os ideais da Teologia da Libertação têm crescido no mundo leigo e se consolidam cada vez mais, por terem uma visão social, científica e histórica superior a outras teologias. Para ele houve uma mudança na Teologia da Libertação, com maior valorização da espiritualidade e se passou a respeitar mais as liturgias populares.

A Teologia da Libertação, na interpretação de Dom Balduino (2011), continua viva, mas muito malvista pela cúpula da Igreja e sem nenhum apoio oficial, por isso os seminários têm medo de ensiná-la. Para ele, o único lugar onde

⁵ A 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizou-se em Medellín, na Colômbia em 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja na América Latina. A temática proposta foi “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II” (BOFF & BOFF, 1985).

⁶ Dom Tomás Balduino é Bispo emérito de Goiás e assessor da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Dom Balduino já foi presidente da CPT e é um dos Bispos mais envolvidos com a luta pela terra no Brasil e se tornou, assim, um nome de grande peso na Igreja Católica, sobretudo na CPT.

a Teologia da Libertação cresce é junto ao laicato⁷, porque esses não estão subordinados ao comando imediato da hierarquia católica.

Neste sentido, Comblin (2002) postula um condicionamento pendular entre Teologia da Libertação e o surgimento e enfraquecimento dos movimentos sociais da atualidade. Nos anos 1960 e 1970 aparecem movimentos sociais fortes, mas a partir da década de 1980 eles começam a desmoronar. Dessa forma, o terreno da Teologia da Libertação era, principalmente, os movimentos sociais que ao perderem força, metas, práticas e estratégias desestimularam novas gerações e o avanço da teologia. Para o autor, a Teologia da Libertação ainda existe, mas não atrapalha mais a ordem católica, porque a Cúpula de Roma hoje tem o controle de tudo.

Ao analisar a relação dos agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil, Gaiger (1987) concluiu que as práticas e os discursos políticos eram vistos como uma continuidade natural do discurso e das práticas religiosas, de modo que produziam uma interpretação muito forte entre os dois campos: quando se promovia uma manifestação de caráter político, ela era precedida de um ato religioso; em se tratando de um acontecimento religioso, ele era seguido de uma manifestação política. Segundo Azevedo (2004), nos dias atuais, essa a relação entre política e religião se dá nessa continuidade natural como foi no auge da Teologia da Libertação. Para ele, o motivo para tal, dentre outros, está no moderno deslocamento da experiência religiosa para o indivíduo, sem a mediação das instituições, dentro da lógica da valorização da subjetividade.

2.3 – A Igreja Católica e sua atuação no meio rural brasileiro

Em se tratando da evolução da questão agrária no Brasil, Guimarães (2006) destaca que não se pode compreendê-la em sua emergência sem analisar a influência dos posicionamentos e atuação da Igreja Católica.

No plano da cultura política brasileira, na historização da questão agrária, na revelação dos laços seminais entre a cultura agrária da Igreja brasileira e os movimentos sociais no campo e até mesmo na compreensão de seus impasses contemporâneos –

⁷ Laicato é o termo usado para se referir aos católicos que não padres, bispos ou religiosos de alguma Congregação católica.

revela a centralidade do cristianismo comunitarista brasileiro na formação de nossa questão agrária moderna (GUIMARÃES, 2006, p. 199).

Ao longo do século XX, os posicionamentos da Igreja Católica diante da questão agrária no Brasil se institucionalizaram a partir da Carta Pastoral intitulada “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Agrária” que foi publicada ao final da 1ª Semana Ruralista promovida pela Diocese de Campanha (MG) em Setembro de 1950. Esse evento reuniu mais de 500 pessoas entre fazendeiros, padres, e professores rurais. A Carta Pastoral assinada pelo bispo Dom Inocêncio Engelke trouxe a descrição da situação de pobreza a que os camponeses estavam submetidos e uma incitação a Igreja para que ela liderasse um movimento que pudesse melhorar a vida dos trabalhadores rurais, pois, do contrário, eles poderiam ser “vítimas de revolucionários” (BALDUÍNO, 2011).

Apesar de ser considerado um marco na história do envolvimento da ICAR com a questão agrária no país, deve-se ressaltar que o teor da carta de Dom Inocêncio é bem diferente das cartas que foram publicadas por outros bispos a partir de 1970 e que apresentavam a temática da reforma agrária. Dom Inocêncio tem uma preocupação anticomunista, não questionou a propriedade privada da terra, mas apresentava a situação de miséria da população rural.

Continuando sua reflexão acerca da questão agrária brasileira, a ICAR aprofundou o debate desse tema em 1954, na II Assembleia Geral da CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), realizada em Aparecida, São Paulo. A posição da Igreja Católica foi então divulgada em um documento que defendia a reforma agrária como uma proposta moderada, gradativa e palatável aos setores dominantes. Defendia, por exemplo, que a responsabilidade pela reforma agrária deveria ser tanto do setor privado quanto do público e os setores latifundiários deveriam participar da reforma agrária tanto quanto o Estado (MENEZES NETO, 2009).

Em relação à CNBB, fundada por Dom Helder Câmara em 1952, a maior parte dos bispos congregados nesta conferência eram da ala conservadora da Igreja. Mas mesmo assim, a fundação da CNBB significou uma vitória dos bispos do Nordeste, que estavam mais preocupados com as questões sociais do que os bispos do Sul do país. Dessa forma, a CNBB passou a representar, na alta

hierarquia da ICAR do Brasil, um órgão que proporcionava uma abertura institucional à iniciativas mais transformadora, ainda que esse não tenha sido um objetivo consciente por parte dos bispos da Conferência Nacional (SOUZA, 1982).

Inteirada dos projetos governamentais para o meio rural, a CNBB convocou uma reunião extraordinária em 1961 para debater a reforma agrária, na qual defendia a modernização e o desenvolvimento do campo. Segundo Dom Balduino (2011), a CNBB pediu o empenho da Ação Católica Rural⁸ e principalmente da Juventude Agrária Católica (JAC) para que se engajassem nos problemas do homem do campo. Defendia, ainda, a sindicalização rural e o uso dos rádios transmissores na divulgação das ações da JAC para apoiar a sindicalização rural, numa forma de se contrapor às Ligas Camponesas⁹ e ao comunismo.

Menezes Neto (2009) salienta que neste período pré-64, as Ligas Camponesas estavam bastante atuantes no nordeste brasileiro, e a Revolução Cubana deixava setores do clero temerosos e havia uma disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e pelos comunistas. Num sentido contrário das posições da cúpula da Igreja, as Ligas tiveram na religião cristã um elemento impulsionador das lutas e das ações concretas em que comunistas,

⁸ Embora tenha sido nas décadas de 1960 e 1970 que o setor da Igreja Católica conhecido como Libertador ou Igreja Libertadora emergiu na sociedade, essa postura tinha suas raízes ao longo do século XX, com várias manifestações de grupos católicos. A Ação Católica (AC) fundada na década de 1920 foi o primeiro passo da Igreja Progressista. Foi na Ação Católica que nasceu, de forma não muito elaborada, a ideia de evangelização com base nas condições sociais e no lugar de morada dos cristãos. Esse grupo acreditava “que a criação do reino de Deus na história supunha a superação do capitalismo, advindo daí uma opção pelo socialismo extracomunista, que deveria ser concretizada a partir de uma revolução personalista cristã. Na década de 1930, estudantes universitários fundaram a Juventude Universitária Católica (JUC), e os jovens filhos de operários fundaram a Juventude Operária Católica (JOC). Nos anos de 1950, se consolidaram a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC) (DAMASCENO, 1990).

⁹ As primeiras Ligas Camponesas surgiram no Brasil, em 1945, logo após a redemocratização do país depois do governo de Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país. Em 1948, no entanto, com a proscrição do PCB houve o desmoronamento das organizações de trabalhadores no Brasil. Entre 1948 e 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e raríssimas as que ainda conservavam o nome de Liga. Em janeiro de 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, a SAPP, localizada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, houve o ressurgimento das Ligas Camponesas no Nordeste. A partir do seu ressurgimento, as Ligas deixaram de ser organizações e passaram a ser um movimento agrário, que contagiou um grande contingente de trabalhadores rurais e também urbanos. Com o Golpe Militar de 1964, o movimento foi desarticulado, pois seu principal líder, Francisco Julião, foi preso e exilado (AZEVEDO, 1992).

católicos e evangélicos de esquerda, distante das discussões hierárquicas da Igreja Católica, aproximaram-se no apoio à reforma agrária e as lutas dos assalariados e camponeses, conforme análises de Novaes (1997) e Menezes Neto (2009).

Neste período, a Igreja fortaleceu o apoio a sindicalização rural institucionalizada pelo Estado. A sindicalização passou a ser a arma da Igreja Católica no combate aos comunistas e as Ligas Camponesas. Para Novaes (1997), a Igreja rompeu com o tipo de atuação que até então desenvolvia no meio rural. Se antes se preocupava com a postura de latifundiários, nos anos 60 passou a apoiar organizações sindicais para conquistar espaço público e ideológico na busca por não perder sua influência sobre a classe camponesa.

No ano de 1961 também foi iniciado o MEB (Movimento de Educação de Base) pela CNBB, que neste contexto apresentava uma postura institucional mais aberta. Esse movimento de educação popular financiado pelo governo federal tinha o objetivo de alfabetizar principalmente moradores das áreas rurais por meio de transmissões de rádio. Os programas, transmitidos à noite, eram assessorados por grupos de pedagogos e por alguns clérigos de caráter progressista. A participação da igreja voltou-se para a organização de grupos nas comunidades, distribuição de cartilhas e eleição de monitores que acompanhariam esses grupos no decorrer dos programas (MEB, 2012).

O objetivo inicial desse movimento era a alfabetização, mas, gradativamente o MEB, ao constatar a crítica situação social que o seu público-alvo vivia, passou a incentivar a autopromoção da população rural, orientando para que as comunidades lutassem pelos seus direitos. Em 1963, o MEB distribuiu a cartilha “Viver é Lutar”, mudando o foco de alfabetização para conscientização política. Nessa cartilha foi apresentada a vida miserável dos pobres e a exigência de uma tomada de atitude revolucionária diante dessa realidade (KADT, 2003).

Outro movimento católico que levou a Igreja a se aproximar dos problemas do campo brasileiro, que surgiu até mesmo antes do MEB, foi o Movimento de Evangelização Rural (MER) que pode ser considerada uma continuidade da JAC (Juventude Agrária Católica) no final da década de 1950. Tinha como função evangelizar moradores e trabalhadores rurais. Nesse processo de evangelização, constatou-se a extrema miséria e exploração a que esses sujeitos

estavam submetidos e, da mesma forma que o MEB, o MER passou a incentivar a autopromoção desses sujeitos.

A CNBB temia o comunismo e isso fez com que setores conservadores da Igreja apoiassem o Golpe Militar por meio de uma declaração oficial lançada em maio de 1964, saudando os militares vitoriosos no dia 31 de março daquele mesmo ano. A Igreja Católica se posicionava, então, ao lado do Estado considerando a defesa da reforma agrária pelos trabalhadores rurais uma proposta “comunista” que colocava em risco o “direito de propriedade”.

Em 1964, os militares aprovaram um estatuto legal fundamental para a reforma agrária, o “Estatuto da Terra”. Este estatuto foi a primeira legislação que estabeleceu uma sistemática de intervenção e de desapropriação e previu a indicação de “áreas prioritárias de reforma agrária”, mas que não se tornaram realidade durante o período militar. Ao mesmo tempo, o Estado passou a investir em “programas de desenvolvimento na Amazônia”, “frentes agrícolas no Centro-Oeste” e na “modernização da agricultura”, tendo como consequência destas políticas, uma grande migração para a Amazônia e Centro-Oeste, o que propiciou diversos conflitos entre trabalhadores rurais e latifundiários, sobretudo, nas regiões citadas (MENEZES NETO, 2009).

Ao analisar os posicionamentos da Igreja Católica com relação ao Estado e à Questão Agrária no Brasil, Martins (1985) destaca dois momentos marcantes: um primeiro de expectativa, em que a Igreja apoia o Estado logo após o Golpe Militar, tendo ambos as mesmas concepções e posições em relação à questão agrária; um segundo momento, no início dos anos 70, em que o conflito entre Igreja e Estado foi ficando cada vez mais agudo, tendo como centro o problema da terra, incluindo as das populações indígenas.

Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas (...) A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos *Ouvi os clamores de meu povo* e também o documento de Goiânia, *O Grito das Igrejas* (MARTINS, 1985, p. 118).

A partir de 1968, parte da Igreja começou, gradativamente, a se afastar dos militares e, impulsionada pela Conferência de Medellín, passou a criticá-los por meio de documentos da CNBB, assumindo assim a defesa de diversas lutas populares, entre elas a reforma agrária. Este novo posicionamento da Igreja Católica se torna relevante, pois ela não só passou a apoiar a reforma agrária e a luta pela terra como também se tornou parte desta luta. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), se fizeram um local onde as lutas sociais germinavam, formando novas lideranças e ações práticas na luta pela terra (BALDUÍNO, 2011).

Segundo Macedo (1986), as CEBs, das quais o MEB e o MER também serviram de inspiração, consistiam na formação de grupos de vizinhança e parentesco, especialmente no meio rural, que se reuniam e se organizavam em comunidades. A autora acrescenta que estas comunidades se juntavam em torno dos temas religiosos, mas gradativamente incorporavam ideias relativas à emancipação social, reflexão da realidade e formação da consciência crítica dos pobres e oprimidos como meios necessários para uma mudança social.

A Teologia da Libertação era o fundamento político-religioso de ação das CEBs que se estruturavam sobre uma pedagogia de conscientização social por intermédio da fé e consistia no uso de um método educativo chamado "ver-julgar-agir". Tal método compreendia uma análise, seguida de uma discussão em pequenos grupos com a população local sobre seus problemas mais graves, fomentando a ação para superar os mesmos. Neste contexto, religiosos e leigos aprofundavam a compreensão de determinado problema sob o ângulo da fé, relacionando questões éticas e práticas de fundamentos religiosos a explicações políticas e sociológicas (MACEDO, 1986).

Essas comunidades desenvolveram-se principalmente nas áreas rurais por dois motivos segundo Frei Betto (1981): primeiro, porque o homem do campo encontrava na Igreja o seu principal referencial ideológico; segundo, porque a Igreja vê no homem do campo um referencial de comunidade, que dificilmente podia se encontrar nas áreas urbanas.

O surgimento da Igreja Libertadora tem sua gênese nas CEBs por esses grupos ressaltarem o aspecto comunitário da Igreja. Segundo Mitidiero Junior (2008), foi a partir da celebração comunitária da fé é que o povo começou a

ganhar forças para reivindicar os seus direitos. Por isso, muitos dos movimentos sociais, sindicatos combativos, organizações de proteção aos direitos possuem as CEBs em suas gêneses.

A abertura concedida pela CNBB à formação de pastorais e outros movimentos teve como objetivo frear o desenvolvimento do pensamento comunista nos bolsões de pobreza, como esclarece Mitidiero Junior (2008). O Movimento de Educação de Base, o Movimento de Evangelização Rural e as Comunidades Eclesiais de Bases não defendiam o sistema político comunista e, muitas vezes, buscavam se opor ao crescimento ideológico esquerdista. O incentivo dado pela hierarquia da Igreja à formação de sindicatos rurais, da mesma forma, objetivava impedir que as organizações de trabalhadores rurais se tornassem movimentos sociais revolucionários nos moldes da revolução cubana (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Todas essas experiências fundadas pela Igreja Católica inspiraram a formação de pastorais ao longo da década de 1970. O apoio aos trabalhadores do campo por parte de bispos católicos cresceu a partir de 1973 e impulsionou a CNBB a fortalecer o seu posicionamento frente à realidade agrária do Brasil naquele momento. Assim, em 1975, foi realizado em Goiânia, um Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. Neste encontro foi aprovado um documento que apoiava a criação de uma “Comissão de Terras” ecumênica ligada a CNBB.

A Igreja Católica não era a única organização religiosa de matriz cristã que atuava junto aos trabalhadores rurais e seus agentes pastorais já apresentavam uma prática ecumênica no campo, sobretudo com a Pastoral Social da Igreja de Confissão Luterana do Brasil e com a Igreja Metodista.

2.4 – A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), objeto da presente pesquisa, integra o corpo de organizações da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no Brasil. No entanto, a CPT tem um caráter ecumênico, ou seja, não se limita à Igreja Católica e tem em sua coordenação, em âmbito nacional ou regional, membros de outras igrejas cristãs como Igreja Luterana, Igreja Metodista, Igreja Anglicana e outras.

Apesar de o caráter ecumênico fazer com que a CPT se considere mais do que uma pastoral ou organização católica, ela tem uma ligação direta e é aparada pela instância máxima da ICAR do Brasil, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Uma das exigências pra que a CPT ocupe um lugar dentro da CNBB é que a presidência nacional da Pastoral da Terra seja uma liderança católica (POLETTO, 1997).

Para a criação da ecumênica “Comissão de Terras”, os bispos que a idealizaram precisavam do reconhecimento institucional da Igreja Católica. A CNBB foi o elo para a aprovação eclesial de um novo órgão pastoral que nascia. Do Encontro Pastoral da Amazônia Legal em junho de 1975 até outubro do mesmo ano, ocorreu um intenso jogo político com discussões, pedidos e propostas frente à hierarquia da Igreja¹⁰ para garantir a efetivação da CPT (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Para os formuladores da Pastoral da Terra, o reconhecimento dado pela CNBB constituiu-se a primeira vitória desse grupo de religiosos e leigos mesmo antes de atuarem nas áreas rurais. Ser parte da CNBB significou estar até certo ponto livre da dura repressão militar e para Poletto (1997), a criação da CPT como organismo oficioso da CNBB significou

a abertura de um processo de aprofundamento do compromisso da Igreja com a sorte dos deserdados da terra; mesmo sem ter certeza quanto ao futuro dessa pastoral, assume-se o que ela significa de convite e de desafio para reavivar a própria missão da Igreja; assume-se também o que ela traz de incômodo, de novo, confiando ao Espírito, que sopra onde quer a tarefa de confirmá-la ou não (POLETTO, 1997, p. 35).

No entanto, Poletto (1997) afirma que o nascimento da CPT não é um fato isolado, nem provem da intuição de algum bispo ou um agente mais iluminado. Para o autor, a criação da Pastoral da Terra se situa num conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais que permitiram a emersão dessa organização.

¹⁰ Nesse momento o presidente da CNBB era Dom Luciano de Almeida Mendes, que era bispo de São Paulo e mais tarde foi transferido para a arquidiocese de Mariana. Apesar de não ser citado constantemente, é tido como um dos colaboradores pela criação da Pastoral da Terra, segundo um agente da CPT de Campos. Alguns padres da arquidiocese de Mariana, afirmam que a transferência do Dom Luciano para uma cidade do interior de Minas Gerais, teve o objetivo de “calar” o bispo que começou a incomodar a cúpula romana pela sua simpatia a certos ideais da Teologia da Libertação.

Naquele contexto, duas realidades podem ser destacadas: a submissão de muitos trabalhadores rurais em diversas regiões do país e o tempo eclesial de remodelação da missão da Igreja advindo do Concílio Vaticano II, das conferências de Medellín e Puebla e do aparecimento da Teologia da Libertação.

Segundo Martins & Perani (1992), o caráter teológico e eclesiológico da CPT exigiu que ela fosse uma pastoral que tivesse sentido pastoral, que encarasse os problemas do campo como uma questão de fé e justiça no seu aspecto social e bíblico. Conforme os autores, a palavra pastoral surgiu da imagem do Bom Pastor, que cuida do seu rebanho e da ovelha que está longe do redil. Sendo assim significa para Comissão Pastoral da Terra, além do fundamento missionário, a obrigação do atendimento às necessidades dos membros das comunidades rurais atendidas.

A fala de Dom Tomás Balduino pode esclarecer essa posição da CPT:

Ela é uma pastoral. É uma instituição no sentido pastoral, inclusive, pastoral é o conceito básico para defini-la. Como pastoral, ela tem uma conotação profundamente religiosa ligada na instituição que é uma instituição eclesial e com feições próprias específicas. Então ela parte da fé, ela se liga à palavra de Deus, se liga muito aos trabalhadores no elemento de fé, no elemento religioso, que neles é muito visível e muito palpável, tão forte quanto em nós agentes de pastoral. Seja católico seja não católico, o elemento que une se situa no universo bíblico, da bíblia continuada hoje. Como dizia um lavrador: “tem o antigo testamento, tem o novo testamento e tem o novíssimo que somos nós”. E, outra coisa, com relação ao conjunto da Igreja, é marginal, a pastoral é fronteira, é onde se estica ou onde pode se esticar mais o pastoral, esse universo um pouco nebuloso, nebuloso porque os conteúdos não são bem precisos, por exemplo, como são a pastoral de liturgia, de catequese, de casamento; agora pastoral da terra e das águas. E, sobretudo, envolve uma sobrevivência com um povo de luta e essa indefinição muitas vezes é: sou eu que sou protagonista ou é ele que é agente de pastoral? (...) tem muito bispo que acha que não deve ser assim, que não deve ser assim, que não compete a eles, que cabe ao governo fazer a reforma agrária. Agora a gente tem muito claro que é uma presença samaritana, sobretudo hoje em se fortaleceu o agronegócio, o latifúndio, eles estão cada vez mais donos do judiciário, do legislativo. Então, essa é um tipo de pastoral que, muitas vezes, não é bem entendida porque ela é profundamente social e política. A gente tem um embasamento teológico de sustentação disso, não há dúvida, e achamos até que se equivocam os bispos que acham que a missão da Igreja é só religiosa; ela tem uma missão profética e de caráter político, porque a realidade foi sempre política, mas uma política conservadora, que garante os privilégios, que garante mais verbas para as escolas católicas (...), mas uma posição profética que é contraditória ao poder estabelecido, isso para eles é que é política (DOM BALDUÍNO *apud* MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 157)

Defendendo a reforma agrária, articulando as Pastorais Rurais e encontros de trabalhadores e assessores, publicando cartilhas e denunciando a violência no campo, a CPT firmou-se como uma instituição de apoio aos movimentos sociais do campo. Desta forma, tanto pela legitimação hierárquica como pelos trabalhos “de base”, desenvolvidos pelos agentes da CPT, a Igreja Católica, que apresentava nesse momento uma face mais progressista, tornou-se uma instituição que passou a apoiar as lutas dos trabalhadores do campo e a reforma agrária durante o período militar (MENEZES NETO, 2009).

Segundo Ivo Poletto a CPT foi criada como

um serviço à causa dos camponeses e trabalhadores rurais, serviço de apoio às lutas, aos seus direitos, vendo neles o esforço humano de construção de uma sociedade nova, superando o capitalismo. À luz da fé em Jesus Cristo, vê nestas lutas a construção do Reino de Deus (...) (POLETTO, 1985, p. 17)

Antes da gênese da CPT, a atuação da Igreja no campo, por meio de grupos e instituições, encontrava-se nas ações da JAC, MEB e na Pastoral Rural. Quando a Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, a JAC e o MEB encontravam-se desarticulados em consequência de divisões internas e da forte repressão política aos seus militantes e apoiadores. A Pastoral Rural caminhava mais como apoio evangelizador do que como político aos trabalhadores rurais que passavam por uma série de dificuldades (POLETTO, 1997).

Para Poletto (1997), diante desses grupos de caráter pastoral e missionário, foi o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), fundado em 1972, o órgão que mais influenciou na formação da CPT. O CIMI surgiu com dois objetivos claros: garantir a alteridade dos povos indígenas e fornecer subsídios para que os próprios indígenas formassem grupos e movimentos que protagonizassem sua luta contra os diversos tipos de opressão das quais eram vítimas. Caracterizava-se, também, pela ação no campo jurídico com a intenção de garantir os direitos dos índios, principalmente o direito a terra, e pela sua vinculação à instituição eclesial via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O protagonismo dos sujeitos sociais, a luta pela terra e direitos, e mesmo o aval dado pela CNBB, foram elementos incentivadores para a formação de uma comissão que atuasse “junto/para/pelos/com” os trabalhadores rurais. Dom Balduino, uma referência

nacional da CPT e também um dos fundadores do CIMI, afirmou que a CPT é “filha” do CIMI (POLETTTO, 1997).

Ainda com relação aos outros movimentos e pastorais rurais existentes antes da criação da Comissão Pastoral da Terra, Poletto (1997) afirma que a CPT se distingue por ter sido criada num contexto eclesial e político diferente. Para ele, os movimentos como MER e MEB, e a própria Ação Católica surgiram no seio das Igrejas tradicionais e se desenvolveram no Sul e Nordeste, tendo como fundamento o mandato da hierarquia nacional concedida aos leigos para que evangelizassem o seu meio social. Por outro lado, a CPT nasceu da prática das Igrejas envolvidas pela violência, que atingia as comunidades de índios e dos posseiros da Amazônia. Em termos eclesiais, isso significava o compromisso de uma Igreja local com um grupo social vítima de violências.

A luta da CPT pela reforma agrária no Brasil, segundo Poletto (1985), teria como estratégia a aplicação da “letra e o espírito” do Estatuto da Terra. Ele ainda afirma que a criação desse organismo da CNBB não foi amparada por um consenso geral, pelo contrário, havia grandes questionamentos dentro de vários setores da Igreja no encontro de criação da CPT, sobretudo o setor conservador. Poletto (1985) explica que foi muito difícil evitar que alguns membros da hierarquia católica, ainda aliados ao Regime Militar, levassem os problemas dos camponeses ao general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, “no sentido de que ele era uma pessoa de boa vontade e garantiria a solução dos problemas” (POLETTTO, 1985, p. 133).

A posição política, teológica e eclesial da CPT, segundo Mitidiero Junior (2008), também foi vítima de acusações de representantes da Igreja Conservadora, quase nos mesmos moldes das acusações feitas aos teólogos da libertação. No início das ações da pastoral da Terra, os bispos Dom Geraldo Sigaud, da diocese de Diamantina, e Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes, despontaram como os opositores às iniciativas da CPT. Os dois bispos acusaram de comunistas e pediram a intervenção do governo junto à Santa Sé em Roma para que expulsassem da Igreja Católica Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáglia.

Diante dessas e outras acusações, mesmo que infundadas, a atuação da CPT foi sendo prejudicada, pois parte da sociedade e, principalmente, a Igreja Hierárquica passou a vê-la com desconfiança. Dessa forma, a CNBB, no final da

década de 1980, tentou limitar a autonomia dada a Comissão Pastoral da Terra, e para ter maior controle sobre ela, exigiu que a presidência e a vice-presidência dessa comissão fossem de bispos católicos. Antes dessa exigência, o pastor Werner Fuchs¹¹ da Igreja Evangélica de Confissão Luterana era o vice-presidente da CPT, mas com a imposição da CNBB, Fuchs deixou a vice-presidência.

Segundo Poletto & Canuto (2002), essa intervenção da CNBB, embora considerasse a CPT uma pastoral autônoma, não limitou a atuação da comissão. Ocorreu certo trauma nas relações ecumênicas, mas na prática, a CPT continuou ecumênica e por causa disso teve consequências, como relata João Pedro Stédile, importante liderança do MST:

A CPT teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina. Por que isso foi importante para o surgimento do MST? Porque se ela não fosse ecumênica e se não tivesse essa visão maior teriam surgido vários movimentos. A luta teria se fragmentado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, não tivesse integrado a CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos (FERNANDES & STÉDILE, 1999, p. 20).

A CPT começou a se fazer presente nas áreas de conflito, com os agentes pastorais tornando-se parte da própria comunidade como afirma Novaes (1985). A autora destaca que, por meio de rituais (celebrações, vigílias, caminhadas) e de práticas comunitárias (roçados, acampamentos, etc.), a Igreja passou a fornecer uma linguagem para diversos movimentos de trabalhadores rurais. Novaes (1985) afirma que a criação da Comissão Pastoral da Terra deu um impulso determinante para a ação da Igreja no meio rural. A CPT expandiu-se rapidamente, convergindo com ações de outros agentes pastorais rurais no restante do país e, apenas quatro anos depois, já existiam quinze regionais organizadas.

Originado na Amazônia, o trabalho da CPT convergiu com outras atrações pastorais de alguns padres e bispos em outras regiões do país, como foi o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão e Goiás. Rapidamente se expandiu por todo o Brasil e em 1979 já eram 15 as suas regionais. (MEDEIROS, 1989, p. 113-114).

¹¹ O pastor Werner Fuchs foi quem começou o trabalho de organização das famílias do meio rural atingidas pela construção da hidroelétrica de Itaipu, organização que mais tarde culminou na formação do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Em 1980, a partir de reflexões trazidas pela atuação da CPT, sobretudo acerca dos conflitos no meio rural brasileiro e as migrações no país, a CNBB lançou o documento “Igreja e problemas da terra”, informando suas concepções sobre a questão agrária naquele contexto. O documento trouxe uma reflexão do então assessor da Assembleia dos Bispos, José de Souza Martins que distinguia "terra de trabalho" e "terra de negócio", e vinculou a legitimidade da posse da terra mais ao trabalho do que ao capital. A importância de outras formas de relacionamento com a terra, como a das populações indígenas, também foi tratada em tal documento da CNBB (MARTINS, 2004).

Segundo Medeiros (1993), com o documento “Igreja e problemas da terra”, a Igreja Católica, por meio da CNBB, sua instância máxima no Brasil, passou a defender a reforma agrária acompanhada de uma política agrícola adequada e outras medidas complementares tanto para a crise política, econômica e social do país, como para a fome. A Igreja se posicionou ao lado de outras forças sociais acreditando que a redistribuição fundiária aumentaria a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno e que a desconcentração da propriedade, assim como a descentralização da renda e do poder seriam fundamentais para o desenvolvimento da democracia.

Dando seguimento a essa postura da Igreja, aconteceu a primeira articulação regional dos agentes CPT, trabalhadores rurais e outras organizações da luta pela terra no Paraná, em 1982. Neste mesmo ano, em Goiânia, houve uma articulação em nível nacional que contou principalmente com a presença de agentes pastorais. Este encontro gerou a proposta de criação de uma comissão de sem-terra dentro da CPT, mas prevaleceu a proposta de criação de uma entidade autônoma (STÉDILE, 1996).

Em janeiro de 1984 aconteceu em Santa Catarina, o Encontro preparatório para o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. Ali foram aprovadas, segundo Menezes Neto (2009), diversas linhas de ação, se fez a escolha do nome “Trabalhadores Sem Terra” e definiu-se que seria um movimento de luta de massas em posição contrária à CONTAG e seu “legalismo”. Neste Encontro, os Sem Terra ainda usavam as palavras de ordem da CPT, como “Terra para quem nela trabalha” e “terra não se ganha, terra se conquista” (POLETTI, 1985). Para Stédile (1996), sem a CPT, os camponeses teriam se organizado, mas não

desembocaria na criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), o que traz destaque para a Comissão Pastoral da Terra na sua mediação junto aos trabalhadores rurais no Brasil.

Sobre o MST e CPT, Goes (1997) afirma que no sul do Brasil, em determinadas cidades, a relação entre essas duas organizações acabou por gerar certa disputa de poder. O autor afirma que alguns agentes da CPT ficaram como que “perdidos” diante da atuação e militância de alguns líderes do MST. Em outras regiões, no entanto, as lideranças do MST continuam cultivando uma relação estreita com a CPT, como é o caso de Campos dos Goytacazes, RJ.

Ainda se tratando da vinculação da CPT aos movimentos dos trabalhadores rurais e a questão agrária no Brasil, para Medeiros (1993), a CPT foi criada com a intenção de não ter o "seu" projeto de reforma agrária e a aderir ao "projeto agrário popular" presente nas lutas pela terra. A CPT teria como tarefa a colaboração no desenvolvimento político dos trabalhadores através da análise de situações, de conjunturas, e a crítica da ideologia dominante.

Neste sentido, Martins (1999) afirma que agências e grupos de mediação, como a CPT, mesmo com um discurso bem intencionado, muitas vezes convertem a luta pela terra em luta pela reforma agrária. O trabalhador rural, que muitas vezes tem na terra o seu meio de sobrevivência, não teria uma consciência acerca da estrutura agrária brasileira e suas implicações práticas, enquanto que agências de mediação

têm uma concepção difusa do processo histórico sobre o qual incide a sua prática. Não é uma concepção fundada diretamente em sua rica experiência nem é concepção fundada em boa teoria. Antes, é concepção que resulta de mediações ideológicas utilizadas como suporte de uma intervenção em que o protagonista real não tem condições históricas de se interpretar diretamente (MARTINS, 1999, p. 111).

Vale salientar que a Comissão Pastoral da Terra também pode ser analisada como uma agência de mediação e nesse sentido Novaes (1994) afirma que todas as formas de mediação pressupõem estar entre, fazer a ponte. Para ela, fazer mediação é traduzir, e/ou introduzir falas. Assim, as mediações devem ser pensadas como ações que retiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais, permitindo, assim,

que questões em nível local possam ser tratadas como algo mais amplo, que envolve interesses mais globais (MEDEIROS & ESTERCI, 1994).

Complementando essa conceituação, Ros (2008) entende mediação como um conjunto de ações nas quais o agente mediador articula outros, os mediados, a universos relativamente inacessíveis; nesse caso, o mediador assume esse papel por ter a capacidade e o saber técnico para interagir em diferentes domínios sociais e de lidar com vários códigos e valores adaptando-os e traduzindo-os para promover a comunicação entre grupos. No entanto, o autor alerta que a ação do mediador extrapola a função de ligar mundos diferenciados; na realidade, ele constrói e, portanto, tenta impor as representações dos mundos sociais que pretende interligar e o campo de relações que viabiliza esse modo específico de interligação.

Neste sentido, há uma confluência com a concepção de mediação para Martins (1999). Para ele existe um “descolamento próprio de uma reivindicação mediada por interesses e concepções de uma categoria social” que é diferente da categoria ou das categorias em nome das quais essa reivindicação é feita (MARTINS, 1999, p. 268). Esse desencontro é o que o autor vai chamar de tendência à anomia no caso dos movimentos populares no campo. Para ele, as mudanças na relação de um Estado descentralizado e a Sociedade propiciariam atualmente inovações sociais através de uma criatividade de movimentos e organizações populares. Isso não acontece, na opinião do autor, por que esses grupos insistem numa prática própria do tempo da ditadura quando buscavam desestabilizar o governo e precipitar crises institucionais ao questionarem sua legitimidade.

Só que agora podem vir a ser governo. Minam, portanto, sua própria legitimidade política. Em grande parte, porque as referências ideológicas desses grupos e dos grupos de mediação que os apoiam e orientam são referências construídas estritamente na suposição de que todos os conflitos são de classes, na suposição simplificadora de que o confronto político da época da ditadura era um grande e final confronto entre o proletariado e a burguesia, entre o bem e o mal (MARTINS, 2000, p. 277).

Neste sentido, Goes (2008) discorda de Martins e afirma que:

Utilizar apenas os termos “grupos de mediação” ou “agentes de mediação” pode não dar conta de qualquer perspectiva de análise a respeito dos movimentos sociais e organizações que atuam na luta pela terra. Essas expressões não abarcam a tensão entre militante e movimento, entre massa e agentes de organização da massa, deixando entender que aqueles que se envolvem com movimentos e organizações são sujeitos passivos, sem voz e sem ação (GOES, 2008, p. 248).

A CPT e outras agências de mediação estariam, segundo Martins (1999, p. 120), se identificando com uma “tradição teórico-ideológica laica e iluminista que são incapazes de lidar com as utopias, com o simbólico e com as crenças”. Isso retiraria “da práxis dos trabalhadores rurais e dos militantes a mística que a anima e que a faz poderoso meio de inovação social”.

Para Boff (1994), a mística tem haver com mistério, algo que ainda não foi descoberto pelo homem no nível da razão. Pela mística,

a pessoa é levada a experimentar, por meio de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realização de gestos rituais, uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado e fechado. (...) Não se trata de ouvir uma catequese sobre uma doutrina de difícil acesso ou de receber lições sobre certa visão secreta das coisas, mas de realizar uma experiência religiosa comunitária (BOFF, p. 33, 1994).

A mística propicia um novo olhar acerca de tudo que envolve o sujeito que a vive e favorece atitudes pautadas por uma consciência trabalhada para se abrir a novas percepções do mundo e da realidade humana segundo Souza (2007). Para ele, a mística contribui para a política ao oferecer um horizonte de valores e uma perspectiva utópica e esperançosa para essa prática que é muitas vezes é marcada por derrotas e por experiências de desalento. A política contribui com a mística à medida que a faz não se instalar apenas no mundo privado, das experiências interiores, repleto de concepções intimistas, mas a lança no espaço da coletividade, do social.

Tendo uma relação direta ou não com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em seus desafios e conquistas, a CPT continuou realizando seu trabalho mediador, pastoral e místico de forma intensa e variada em diversas partes do país, por causa da continua e também variada demanda dos trabalhadores rurais. Ciente disso, o Conselho Episcopal de Pastoral (CEP)

solicitou no ano 2000 à Coordenação Nacional da CPT, a elaboração de um rascunho de um novo documento que tratasse da problemática da terra, numa tentativa de atualizar o documento da CNBB lançado em 1980. Em 2002 a CPT entregou o texto que foi elaborado, mas nenhum encaminhamento concreto foi dado pelo Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB (BALDUÍNO, 2011).

Dessa forma, lançando mão da postura ecumênica intrínseca à CPT desde sua criação, os bispos que acompanhavam os trabalhos da Pastoral da Terra juntamente com pastores de outras igrejas cristãs, principalmente a Igreja Luterana do Brasil, decidiram, a partir do 2º Congresso Nacional da CPT em 2005, que o texto seria assumido como documento pelos bispos católicos e outras lideranças evangélicas que assim o desejassem. Esse documento teve como título: “Os pobres possuirão a terra – Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra”.

Durante a última Assembleia Geral da CNBB realizada em Maio de 2010, também se especulou o lançamento de um novo documento oficial da Igreja Católica sobre a questão agrária atual do Brasil a partir de recentes reflexões trazidas pela CPT. No entanto, o texto “Igreja e questão agrária no início do século XXI” foi lançado como Estudo da CNBB, com a justificativa de que precisa ser mais bem elaborado a partir das críticas de outros bispos e estudiosos no assunto. Isso pode dar a entender que a Conferência dos Bispos do Brasil ainda não apresenta uma postura consensual a respeito da questão agrária no Brasil, apesar de a CPT ter uma frente de trabalho definida e ser a organização da Igreja mais atuante no meio rural brasileiro.

2.4.1 – Estrutura Organizativa da Comissão Pastoral da Terra

A CPT também atua fora da organização diocesana/paroquial da Igreja Católica e segundo Burity (2008), existe um processo de “onguização” de muitas dessas entidades para-institucionais religiosas atuantes na esfera sociocultural das comunidades assistidas. Essas organizações religiosas geralmente assumem um conjunto de práticas de planejamento, monitoramento e avaliação, que fazem penetrar no discurso religioso injunções e formas de raciocínio típicas das estratégias das ONGs e, em alguns casos, do discurso de Terceiro Setor como

profissionalização, gerencialismo, competitividade, eficiência, empreendedorismo e outros.

No início, o trabalho da CPT tinha um caráter majoritariamente voluntário, missionário, itinerante, pouco institucional e sem grandes estruturas nacionais ou regionais. A partir da década de 1980, a presença das equipes regionais em quase todos os estados e a composição de um Secretariado Nacional, passou a constituir a principal estrutura organizativa da CPT, garantindo-lhe uma atuação articulada em todo o território nacional (POLETTTO, 1997).

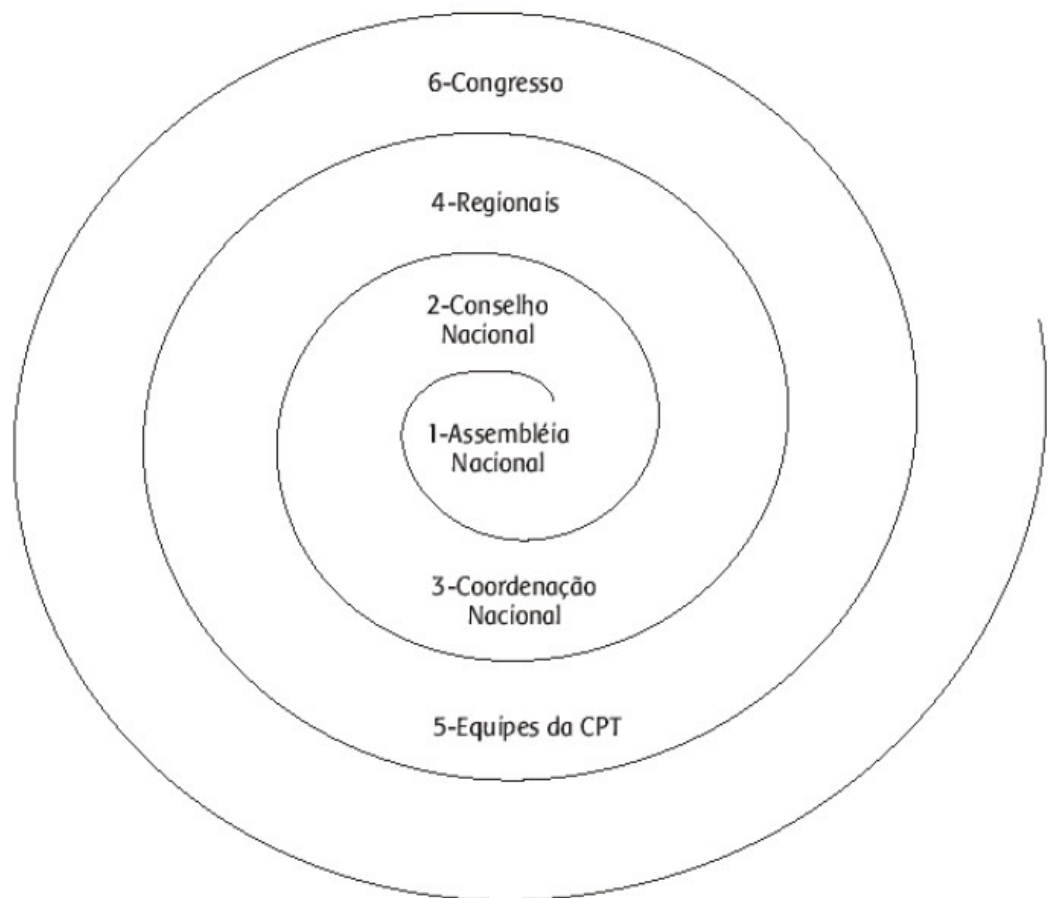


Figura 6 - Estrutura e decisões da CPT

Fonte: Mitidiero Junior (2008)

A Comissão Pastoral da Terra está organizada em todo o território nacional em 21 regionais. Cada regional tem uma coordenação, eleita em Assembleia, de acordo com o regimento interno e um Conselho Regional. Há, ainda, algumas equipes da CPT que possuem uma coordenação ampliada, mas todas se articulam com o Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do qual fazem parte. Elas articulam-se ainda com as diversas

organizações de trabalhadores do campo. Cada CPT regional é composta por equipes de base, ou locais, que fazem o acompanhamento direto junto à população rural e suas organizações. As equipes locais são a célula básica da organização e do trabalho da CPT. Elas acompanham os diversos grupos de trabalhadores rurais e apoiam sua organização. As equipes, em sua maioria, são formadas por agentes voluntários. Muitas equipes ainda estão vinculadas às regionais da CPT e outras são equipes diocesanas, ligadas às pastorais das dioceses. Todas, igualmente, fazem parte do corpo da CPT Nacional, que tem sua sede em Goiânia, GO (CPT, 2011).

Segundo Ivo Poletto (1997),

Essa estrutura organizativa da CPT visa a garantir a participação democrática de todos, especialmente das instâncias locais, por meio dos Conselhos Regionais. Esse modelo referencial, se por um lado pode inspirar uma crítica à estruturação verticalista de algumas organizações do campo, não está, porém, isento de autocrítica, nem deve impedir uma postura profética em relação às estruturas eclesiais, por vezes, tão dominadoras, mas de onde emana parte da legitimação pastoral da própria CPT (...). Há uma reprodução, ao que parece, da estrutura eclesial: um secretariado, um conselho e os microrregionais; ou, ainda, assemelha-se, por vezes, a uma estrutura de ONG, com direção delegada pelos “associados”, e um corpo técnico de intervenção (POLETTI, 1997, p. 181)

Deve-se salientar a ênfase que os agentes da CPT dão no fato de que gestão da organização, como aponta a figura 4, não se dá de forma piramidal ou vertical. No entanto, mesmo propondo um modelo de organização espiral, isso não impede que as diretrizes da Pastoral da Terra sejam advindas do conselho Nacional que não necessariamente tem todos os seus membros envolvidos com o trabalho de base da CPT, como os agentes costumam dizer.

Os eixos de ação da CPT são formalizados em três: Terra, Direito e Água. Seguindo esses eixos e de acordo com a realidade de que cada região em que a CPT atua, o seu trabalho varia de formação espiritual à assistência técnica aos trabalhadores rurais. Na região de Campos dos Goytacazes, por exemplo, a CPT atua mais sobre o eixo Terra, diferentemente da CPT da Zona da Mata Mineira, que mostra uma preocupação maior com a questão da água e apoio ao Movimento dos Atingidos por Barragens.

Variante também é a captação de recursos da CPT que pode ser diretamente das Igrejas (através dos dízimos paroquiais e outras campanhas feitas pelos fiéis), entidades religiosas internacionais e até recursos advindos do Governo Federal, principalmente nos trabalhos de assistência técnica e extensão rural junto aos trabalhadores rurais. De 2003 a 2009, a CPT em todo Brasil recebeu 814 mil reais da União para desenvolver atividades voltadas para o campo, segundo levantamento feito pela ONG “Contas Abertas”.

É importante ressaltar que a Comissão Pastoral da Terra é reconhecida em todo Brasil pela importância de suas publicações anuais chamadas “Conflitos no Campo”, cujo dados são usados em diferentes pesquisas, inclusive é uma referência para o próprio MDA. Outro importante papel da CPT é denuncia de trabalho escravo em diversas regiões do país, postura essa, que também acontece em Campos dos Goytacazes, município cuja realidade agrária será descrita e analisa o capítulo a seguir.

3. A REALIDADE AGRÁRIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

3.1 – A atividade canavieira no norte fluminense

Mesmo com todas as dificuldades atuais, o cultivo de cana-de-açúcar se mantém como a principal atividade agrícola da cidade. Atualmente, observa-se em Campos dos Goytacazes a existência de vastas extensões de terras improdutivas, resultantes da falência de usinas sucroalcooleiras, que durante séculos proporcionaram a concentração fundiária e, por conseguinte, recursos econômicos e poder político neste município.

Embora a urbanização seja marcante no estado do Rio de Janeiro, Alentejano (2003) ressalta que esta não consegue suprimir as contradições presentes na região, especialmente a que diz respeito à resistência dos trabalhadores rurais, que ainda desejam residir no campo, o que é evidenciado pelos inúmeros conflitos agrários ocorridos no Estado, bem como pelos acampamentos e assentamentos espalhados por seu território.

Para Lewin *et al* (2005), a análise do complexo agroindustrial do açúcar torna-se importante para a compreensão das relações políticas na estrutura produtiva e fundiária de Campos dos Goytacazes. Assim, de modo a auxiliar o entendimento de questões relacionadas à estrutura agrária e atuação de grupos, como a Comissão Pastoral da Terra, que visam à reforma agrária neste município, deve-se pontuar alguns marcos da história de atividade canavieira local. Para a autora, isto permite uma análise das repercussões da agroindústria sucroalcooleira no tecido social, o que envolve setores importantes como economia, cultura, política, aspectos que se refletem diretamente na concentração fundiária e na dinâmica da reforma agrária em Campos.

O cultivo de cana-de-açúcar em todo o norte fluminense está extremamente relacionado com a colonização do Brasil. No século XV, o norte fluminense integrava a Capitania Hereditária de São Tomé, também conhecida como Capitania de Paraíba do Sul, e era administrada pelo donatário Pero Góis. As primeiras mudas de cana-de-açúcar foram introduzidas na região a partir de 1538, em uma localidade habitada por indígenas Goitacás, Guarulhos e Puris,

território que, atualmente, compreende o município de São João da Barra (AQUINO, 2008). Para o trabalho na *plantation* da cana-de-açúcar, escravos africanos foram importados e engenhos movidos à água começaram a ser construídos. Mas por causa dos sucessivos ataques dos indígenas¹², Pero Góis abandonou seu projeto de colonização e renunciou aos direitos hereditários que possuía junto à capitania (PARANHOS, 2000).

A pecuária foi introduzida na região em 1627, numa segunda tentativa de colonização por parte da Coroa Portuguesa. A Capitania de São Tomé foi dividida em glebas, doadas a sete capitães portugueses, alguns deles donos de engenho na localidade de Guanabara. Efetivaram a ocupação na região de Campos com a atividade pecuária que atendia a demanda dos senhores de engenho da Guanabara. O gado era utilizado na alimentação, transporte e moagem da cana-de-açúcar (CARVALHO & SILVA, 2004). Para Marafon (2003) *apud* Francisco (2006) a pecuária teria sido o primeiro marco histórico geográfico gerador de uma ocupação mais efetiva da região. Assim, a retomada da capitania se deu em 1667, ano da fundação da Vila de São Salvador dos Campos, atual município de Campos dos Goytacazes.

A atividade canavieira se consolidou no atual norte fluminense mais tarde, no século XVIII. A pecuária foi dando espaço para as lavouras de cana muito por causa da demanda internacional, e a criação de gado foi levada para outras regiões, na maioria das vezes, para o interior do estado do Rio (PARANHOS, 2000). As condições ambientais que eram encontradas na então Vila de São Salvador dos Campos, principalmente no que tange ao solo de massapê abundante em matéria orgânica e constantemente fertilizado pelo rio Paraíba do Sul, favoreceram grandemente o cultivo da cana-de-açúcar na região de Campos dos Goytacazes (CARVALHO & SILVA, 2004).

A introdução da atividade canavieira, segundo Azevedo (2002), estabeleceu, a partir do século XVIII, uma estrutura que ainda hoje manifesta alguns de seus traços no Norte Fluminense. Conforme Carvalho & Silva (2004),

¹² Alguns estudiosos, como a arqueóloga do Museu Nacional/UFRJ Jeanne Cordeiro, afirmam que os índios Goitacás não se relacionavam com ninguém (nem com outros índios e nem com os homens brancos) e, por conta disso, sua memória ficou restrita a alguns lugares onde a presença deles foi muito maior, como em Campos dos Goytacazes. Segundo a arqueóloga, os Goitacás eram canibais e comiam a carne de seus inimigos para obter a força e memória deles. São considerados índios bárbaros, guerreiros, viveram desde 600 A.C até o século XVII (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2012).

foi a partir da consolidação do cultivo da cana-de-açúcar e o modo de produção mercantil exportador, fundamentado na produção açucareira, que se constituíram distintos grupos sociais, a saber: aristocracia rural (os senhores de engenho e que foram chamados barões do açúcar no período imperial); nova burguesia mercantil, responsável por intermediações comerciais e financeiras dos povoados do Norte Fluminense, incluindo o comércio de açúcar e o tráfico de escravos; o clero, que exerceu uma forte influencia socioeconômica na região por também produzir açúcar; os negros africanos, mão de obra empregada no processo produtivo, até o final do século XIX. Com articulação desses grupos sociais, em torno da produção de açúcar, se definiu a base da formação social e econômica do Norte Fluminense.

3.1.1 – A modernização da agroindústria açucareira e suas consequências para o município de Campos

A agroindústria açucareira Norte Fluminense, a partir do século XIX, começou a passar por um processo de modernização de suas atividades que até então eram realizadas de forma praticamente artesanal, nos engenhos com tração animal (PAES, 2000). Tal processo de modernização integrava um projeto nacional de fortalecimento da imagem Brasil no mercado internacional e, por meio de incentivos concedidos por lei, o governo estimulou capitais nacionais e estrangeiros na implantação dos Engenhos Centrais, que diferentemente das Usinas, não possuíam terras próprias cultiváveis (GODOY, 2007).

O Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América Latina, foi criado em 1877. Neste período, Campos dos Goytacazes, cidade vizinha de Quissamã, se despontava no cenário nacional como importante produtor de açúcar. Para Godoy (2007), com o surgimento dos engenhos centrais se estabeleceu um novo conceito de produtividade na região, pois a introdução de tais engenhos na agroindústria canavieira acarretou a redução do preço da matéria-prima e a melhoria da qualidade do produto, que se tornou mais competitivo. Também houve consequências no mercado de trabalho a partir de dessa modernização, pois vários postos de trabalho foram extintos e a oferta de mão de obra ampliada, o que repercutiu numa redução salarial. Lewin *et al* (2005) ressalta que Campos dos Goytacazes conhece a figura do senhor de engenho, grande proprietário de terras e escravos, justamente neste período.

Como mencionado anteriormente, os Engenhos Centrais não detinham o controle sobre a produtividade da cana-de-açúcar, e começaram a ter problemas com o fornecimento dessa matéria prima, uma vez que estavam funcionando com grande capacidade ociosa. Dessa forma, as usinas começaram a ganhar espaço, porque possuíam grandes plantações de cana que garantia o fornecimento de matéria prima.

A Usina do Limão, a primeira que se destinava ao processamento de cana-de-açúcar instalada no Brasil, foi instituída em Campos dos Goytacazes no ano de 1879. Segundo Paes (1999), a indústria de açúcar se encontrava bem desenvolvida ao final do século XIX, sobretudo, em Campos dos Goytacazes. Esta fase é chamada de primeira modernização e neste momento que surge a figura do usineiro que passou exercer grande controle sobre a atividade canavieira.

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos e arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997b, p. 66).

A partir dessa transformação se consolida a inserção do capital financeiro e industrial no meio rural, que passa então a controlar toda a cadeia produtiva açucareira, desde o cultivo até a sua distribuição comercial. Os usineiros, concomitantemente, possuíam fábricas, eram proprietários de grandes extensões de terra, e tinham o controle da mão de obra. Deste modo, a industrialização da produção do açúcar, pelas usinas, contribuiu para o surgimento de novas relações econômicas e de trabalho na região Norte Fluminense. Relações essas, calcadas nos moldes capitalistas que imprimia uma dinâmica econômica concentradora de terras e capital. Conforme Barbosa (2003), a partir desta transição

identifica-se um novo período, em que há: concentração industrial; transformações tardias nas relações de trabalho (da escravatura passou-se às parcerias e à predominância do trabalho assalariado); aprofundamento da divisão social do trabalho; reconfiguração dos atores no processo produtivo, com o empobrecimento dos antigos senhores de engenho que agora passam a serem fornecedores (...). Paralelamente a esta ampliação do número de fornecedores e de área plantada, se desenvolve a concentração de capitais. As áreas em torno

da usina foram sendo adquiridas pelos usineiros numa fase marcante de territorialização do capital (BARBOSA, 2003, p. 113).

Ainda se tratando do surgimento das usinas, Azevedo (2002) acrescenta que neste período

desaparece a classe de senhores de engenho, aparecendo as usinas já como indústria capitalista, que compram os engenhos interessados nas terras que asseguram matéria prima para a indústria. Assim, a então classe de senhores de engenho passam a ocupar a posição de administradores, subordinados a usina ou administradores de propriedades rurais compradas ou ainda mudam para cidade trabalhando em alguma atividade urbana (AZEVEDO, 2002, p. 26).

Já no início do século XX a produção de açúcar era bastante expressiva na região, concentrando-se em Campos dos Goytacazes que possuía neste período vinte e seis usinas em funcionamento (PEREIRA PINTO, 1987). Como o açúcar era um dos itens fundamentais nas exportações brasileiras, em períodos de crise o setor sucroalcooleiro passou a demandar apoio federal.

Em 1929, diante do momento de crise atravessado pelo país, e em virtude das oscilações da produção, da demanda e do preço do açúcar, juntamente com a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura, a indústria sucroalcooleira vivencia um momento crítico. Foram iniciadas, então, as ações do estado intervencionista governado por Getúlio Vargas. Essa intervenção se deu por meio da introdução de subsídios estatais para o setor sucroalcooleiro. O Estado passou a intervir de forma direta na economia açucareira, e visava à expansão e modernização da atividade canavieira.

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi criado em 1933. Dentre as principais atribuições do IAA destacavam-se a de estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e industriais do setor canavieiro e a de controlar a produção açucareira e de álcool, por meio da imposição de cotas de produção (NEVES, 1997a). Este controle fez com que Campos se tornasse o município de maior fabricação de açúcar cristal do Brasil, além de ter incentivado a produção de álcool, por meio da mistura deste produto na gasolina (CARVALHO & SILVA, 2004).

O IAA propôs o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional na década de 1960. Este plano, tendo como ponto principal a mecanização de todo processo produtivo, proporcionou a mudança da base técnica da produção agrícola, compreendendo desde a introdução de insumos importados ao carregamento e transporte automatizados do produto. Em decorrência do Plano de Expansão, foi instituído, em 1971, o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, que tinha por objetivo a modernização das usinas, de forma a aumentar a escala de produção, reduzindo os custos de fabricação (NEVES & BATALHA, 1997).

Esse programa de modernização do complexo agroindustrial canavieiro, implementado pelo IAA, refletiu negativamente nas atividades de várias usinas em Campos dos Goytacazes. Isso aconteceu por que o processo de reestruturação industrial não foi acompanhado das necessárias transformações da base produtiva da cana-de-açúcar que, por sua vez, deveria ter ocorrido na mesma intensidade. Além do mais, as plantações de cana-de-açúcar foram expandidas para terrenos acidentados, de baixa produtividade e deste modo, o parque industrial sucroalcooleiro campista cresceu em uma proporção muito superior à capacidade de expansão da produção de cana-de-açúcar. Muitas usinas, neste período, operavam na maioria das vezes, com ampla capacidade ociosa (NEVES, 1997a).

Segundo Azevedo (2002), o governo concedeu estímulo a processos de fusão, incorporação e realocação de usinas. Elas então se reestruturaram, por meio de projetos parciais, mas o incentivo à modernização não se estendeu às áreas de cultivo da cana-de-açúcar no Estado do Rio.

A Usina São João, onde ocorreu a primeira ocupação do MST em Campos dos Goytacazes em 1997 que resultou na criação do assentamento Zumbi dos Palmares, estava entre uma das grandes beneficiadas pelos incentivos do IAA na região Norte Fluminense. Grande parte de seu crescimento (aumento da participação no mercado devido à expansão de seu parque industrial) deve-se aos inúmeros financiamentos recebidos, *“elevando-a ao posto de grande produtora de açúcar e álcool na região”*. (LEWIN, 2005, p. 69).

A política desenvolvida pelo IAA, como ressaltou Barbosa (2003), não foi aplicada de forma homogênea nas regiões canavieiras do Brasil. Para o autor, o IAA dedicou maior atenção ao Estado de São Paulo, e foi justamente por isso, que

se pode observar, concomitantemente, o atraso tecnológico atravessado pela região Norte Fluminense com a modernidade das usinas paulistas. São Paulo despontou como o maior produtor de açúcar refinado do país e um dos maiores do mundo enquanto Campos dos Goytacazes foi perdendo mercados em virtude de sua defasagem tecnológica. As usinas do Norte Fluminense acabaram por se especializarem na fabricação de açúcar cristal, produto com baixo valor agregado e incapaz de concorrer com o açúcar refinado produzido pelas usinas paulistas.

Em se tratando deste período, Neves (1997a) se atentou para um processo de concentração industrial no setor sucroalcooleiro de Campos coincidindo com a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura, que se esboçava no início da década de 1970. Para a autora, as dificuldades ocasionadas pela competitividade com as melhores condições produtivas das usinas de São Paulo, levaram os usineiros campistas a obter aumento de ganho em escala, fazendo com que houvesse a eliminação das unidades de menor capacidade produtiva.

Para Francisco (2006), a administração das indústrias sucroalcooleiras foi profundamente alterada e a gerência das usinas passou de um modelo tradicional, no qual a família exercia um papel central, para um modelo de empresas geridas por grupos que possuíam investimentos em outros ramos da economia. A consequência disso foi a diminuição do poder local e a articulação da agricultura com o setor industrial, culminando na fusão entre capital agrário e urbano-industrial como afirmou Alentejano (2003).

A partir de tais fatores, se iniciou o processo falimentar de diversas indústrias tradicionais na zona canavieira campista. Nesta ocasião, os problemas do setor sucroalcooleiro já estavam claros e impostos, no entanto, só viriam à tona, ganhando maior proeminência no cenário nacional, quando os investimentos na lavoura canavieira foram extintos juntamente com o IAA, em um momento posterior (AQUINO, 2008).

3.1.2 – As mudanças no setor sucroalcooleiro e no mundo do trabalho em Campos dos Goytacazes

Os problemas atravessados pela atividade canavieira não eram exclusivos de Campos dos Goytacazes. A maior parte do país passava por grandes

dificuldades no cultivo da cana. No ano de 1975, o açúcar brasileiro experimentou um declínio no mercado internacional, pois o preço do produto caiu repentinamente e o valor das exportações brasileiras de açúcar ficou extremamente ameaçado para os anos seguintes. Segundo Szmrecsányi e Moreira (1991), os choques no mercado internacional de petróleo e a decisão do governo federal de promover um aumento da produção de álcool combustível foi o que barrou uma crise nacional no setor sucroalcooleiro neste período. Mas como observou os autores, as consequências negativas dessa situação crítica do setor sucroalcooleiro do Brasil foram apenas adiadas.

O sistema de mão de obra empregado na lavoura canavieira foi diretamente afetado pela crise da agroindústria alcooleira em Campos dos Goytacazes. A reestruturação do parque produtivo fez com que antigas relações de trabalho fossem redefinidas. Antes da modernização iniciada em meados da década de 1960 e intensificada na década de 1970, a usina e seus fornecedores tinham grande interesse em manter trabalhadores em seus territórios por meio do sistema conhecido como morada.

Esse sistema consistia, segundo Neves (1997a), na vinculação do trabalhador ao fazendeiro pela venda da força de trabalho por um salário de menor valor. Isso porque tal salário era acrescido pela complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, moradia, criação de pequenos animais, direito e utilização da lenha do terreno. Pelo reconhecimento de sua dedicação enquanto diarista ou alugado ao fazendeiro, ou de sua boa imagem, os trabalhadores tinham acesso a esta condição de vínculo com os donos da plantação de cana.

O processo de mecanização da agricultura, intensificado na década de 1970, trouxe um ritmo mais acelerado ao plantio e colheitas em Campos, diminuindo, assim, as horas de trabalho e o número de empregados permanentes nas usinas, que foram substituídos pelos tratores e plantadeiras. Inúmeras foram as denúncias e ações trabalhistas contra as usinas em Campos dos Goytacazes, que abrangiam desde a falta de pagamentos até a expulsão dos trabalhadores das casas de morada (LEWIN *et al*, 2005).

Para Neves (1997b), houve uma ruptura das formas de dominação que tradicionalmente eram colocadas em prática pelos usineiros. Esses passaram a não ser mais reconhecidos pelo papel de provedor e patrão dos trabalhadores, que não

mais estavam vinculados por subordinação legal e pessoal, através da condição de morador nas terras pertencentes à agroindústria. Neste sentido, Lewin et al (2005) observou que desde meados dos anos 1960, Campos dos Goytacazes presenciava um processo intenso de migração de trabalhadores da atividade canavieira, residentes no meio rural, para as periferias. Isso acentuou, grandemente, o processo de favelização do município de Campos e até mesmo das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro. Foram mais de 35.000 postos de trabalho perdidos e praticamente o mesmo tanto de mão de obra deslocada para o mercado de trabalho urbano, desqualificada, considerando os baixos níveis de instrução e de educação formal, e das condições precárias de vida (CRUZ, 2003).

As áreas periféricas se formaram em regiões próximas às usinas de cana-de-açúcar, caso observado, por exemplo, nas imediações do Distrito de Guarus, região localizada ao lado da antiga Usina São João em Campos. O que se observa, no entanto, é que os moradores expulsos das fazendas, mesmo morando na zona urbana, continuavam trabalhando nas atividades ligadas à cana-de-açúcar, por meio do trabalho volante, favorecido pela realização de migrações diárias. E desta forma, o trabalho tipo boia-fria, se expandiu em Campos dos Goytacazes na década de 1970 (LEWIN *et al*, 2005).

O boia-fria é um assalariado rural, porém o seu custo de reprodução está determinado no setor urbano. Devido à instabilidade de emprego e à inexistência de um vínculo empregatício formal, esse trabalhador atua no meio rural e também vive a procura de trabalhos alternativos no mercado urbano (NEVES, 1997a). Essa situação de trabalho fez com que o perímetro urbano campista assumisse uma característica de repositório de mão de obra, como explica Grabois (1999). A periferia passou a abrigar uma população que trabalha fundamentalmente no meio rural. Isto se tornou viável por causa da parcial modernização da agroindústria canavieira, ou seja, houve a mecanização do plantio, mas o corte manual do produto foi mantido, o que instaurou o trabalho temporário, o trabalho volante, o boia-fria (NEVES, 1997a).

Como ressalta Almeida (2000), o “morar na cidade” por parte do boia-fria provocou uma ruptura do usineiro com a reprodução da força de trabalho utilizada por ele nas lavouras de cana, e fez com que o próprio trabalhador buscasse outras formas de reprodução da sua força de trabalho. Para o autor, o processo de

desqualificação dos antigos trabalhadores rurais, promovido pelas modificações técnicas, teria transformado-os em trabalhadores braçais livres e disponíveis para qualquer trabalho desqualificado. Além disso, a incapacidade do mercado de trabalho urbano de dar conta dessa abundante mão de obra disponível, seja na safra ou na entressafra, faz com que esses trabalhadores se sujeitassem “às condições de clandestinidade do vínculo” e, ao invés de disputar postos de trabalho caracterizados pela ascensão social ou salarial, disputará “algum” salário, ou seja, viverá no limiar “algum salário /nenhum salário” (CRUZ apud ALMEIDA, 2000, p. 29).

Ainda com relação à atividade canavieira de Campos dos Goytacazes, deve-se atentar para um evento que atenuou aparentemente a crise decorrente do processo de reestruturação da agroindústria sucroalcooleira: a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Em 1975 o governo do Brasil lança tal programa que tinha por objetivo o desenvolvimento de fontes alternativas para a geração de energia líquida. Dessa forma, se pretendia diminuir a dependência que o país tinha de combustíveis derivados de petróleo, sobretudo a gasolina (GODOY, 2007). Segundo Azevedo (2002), com o aumento da produção de álcool esperava-se atenuar os impactos negativos produzidos pelos choques provocados pela crise da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e pela queda de preços do açúcar no mercado internacional.

Outras matérias-primas como a mandioca, a madeira, o babaçu e a batata-doce, foram cogitadas, na época, para a produção do álcool, mas a cana-de-açúcar conseguiu manter-se como elemento privilegiado. Para Szmrecsányi e Moreira (1999), o PROALCOOL foi formulado e estabelecido mais como uma alternativa para a capacidade ociosa da sua agroindústria canavieira do que como uma solução para a "crise energética" do país. E somado ao estímulo financeiro do governo para a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar, o interesse das indústrias automobilísticas em produzir modelos de automóveis movidos por este combustível aumentou, o que também contribuiu para a expansão das atividades produtivas do setor agroindustrial sucroalcooleiro (NEVES, 1997a).

O preço do petróleo no mercado internacional começou a cair a partir de meados de 1980 e o Brasil começou a ser mais autossuficiente nesse produto, sobretudo, em decorrência da descoberta de bacias petrolíferas submarinas na

costa brasileira. Deste modo, houve uma diminuição dos veículos movidos a álcool no setor automobilístico nacional e afetou diretamente o PROALCOOL, que se tornava cada vez mais oneroso e menos necessário para o país (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1999).

Neste período, começava no Brasil, uma das suas mais graves crises econômicas, que gerou um intenso processo inflacionário. A recessão e o desemprego chegaram a patamares até então desconhecidos e abalou ainda mais o setor canavieiro campista, pois inviabilizou a continuidade da produção de álcool e o andamento do PROALCOOL. Assim, depois de sessenta e quatro anos de intervenções do governo federal, a atividade canavieira experimentou, a partir de 1989, uma diminuição dos incentivos governamentais e, no ano de 1990 se deparou com a extinção do IAA e do PROÁLCOOL, pelo governo de Fernando Collor de Mello (AZEVEDO, 2002).

Para Medeiros & Leite (1999), a dependência da atividade canavieira aos subsídios estatais é uma consequência do processo de modernização da indústria canavieira em Campos, que não foi acompanhado pela modernização da produção da matéria prima.

O quadro natural pouco favorável à produção modernizada, dado o estoque limitado de áreas planas e férteis, a inexistência de órgãos de pesquisa que dessem sustentação à introdução das inovações tecnológicas, a presença de mão de obra farta e barata e a falta de uma competição intercapitalista mais acirrada constituíram-se em obstáculos à disseminação da modernização no processo de cultivo da cana na região campista. Isto levou a que as inovações se concentrassem basicamente no setor industrial, tendo as usinas adquiridas uma capacidade de processamento muito superior ao volume de matéria-prima que os produtores da região eram capazes de gerar (MEDEIROS & LEITE, 1999, p. 121).

Com isso, várias usinas se endividaram ao funcionarem em permanente ociosidade e, depois de 1990, deu-se o início da maior crise do setor canavieiro de Campos dos Goytacazes.

3.1.3 – A situação atual do setor canavieiro de Campos

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi de extrema importância para a agroindústria canavieira de Campos, e a partir de sua extinção, foi possível

observar um colapso no setor sucroalcooleiro no Norte Fluminense. A partir da década de 1990, várias usinas sucroalcooleiras faliram principalmente em Campos dos Goytacazes. Das 26 usinas que funcionavam antes dos anos 80 restaram apenas 5 usinas nos dias atuais, o que resultou no desemprego em massa e na formação de diversos latifúndios improdutivos na região (GODOY, 2007).

Neste sentido, pode se observar que no momento de reestruturação das usinas nos anos 1960 e 1970, grande parte dos trabalhadores da atividade canavieira conseguiu manter-se em seus postos de trabalho, por meio da estratégia do trabalho volante como boias-frias, apesar da situação precária de suas atividades e expulsão das casas de morada. Mas com a crise do início dos anos 1990, a situação de desemprego ficou mais grave.

Com a falência de muitas usinas e extinção dos seus postos de trabalhos, os trabalhadores envolvidos na agroindústria sucroalcooleira, foram obrigados a ajustar-se, improvisadamente, aos tipos de trabalhos oferecidos na zona urbana. Mas com desqualificação profissional, os ex-boias-frias passaram a fazer parte da categoria de desempregados que já existia na cidade, e agravaram, ainda mais, o problema da pobreza nas periferias campistas. Segundo os agentes da Comissão Pastoral da Terra de Campos dos Goytacazes, atualmente, existem mais de 8.000 ex-funcionários de usinas fechadas que estão aguardando o recebimento de seus direitos trabalhistas.

A situação das poucas usinas que estão em funcionamento na região não tem melhorado, pelo contrário, está cada vez mais difícil manter a atividade canavieira em Campos. Ainda é expressivo o número de denúncias que apontam graves problemas trabalhistas dentro das usinas. A partir de 1996, a Comissão Pastoral da Terra foi uma das organizações que mais denunciou a exploração de trabalhadores do corte da cana pelos usineiros no norte Fluminense, sobretudo, através do Comitê Popular pela Erradicação do Trabalho Escravo, idealizado e organizado pela CPT de Campos.

No início de 2011 o Ministério Público Federal emitiu notificações para as usinas por causa do uso indevido da chamada cana queimada. Tem-se, portanto, outra situação que demonstra como as usinas em Campos têm sido ameaçadas no seu funcionamento. A predominância do uso do fogo na colheita da cana, ao invés de máquinas ou mão de obra especializada é uma realidade em Campos e

comprova o que já foi apresentado neste trabalho: a modernização da agroindústria sucroalcooleira pode ter se concretizado dentro das usinas, mas não se estendeu como deveria, para o cultivo da cana em si.

Os usineiros têm rebatido às notificações do MPF alegando que se forem impedidos de usar a cana queimada, as poucas usinas que restam em Campos terão de ser fechadas, desta forma, milhares de trabalhadores ficarão sem emprego, e acrescentam que ainda não houve tempo para mecanizar os canaviais, sobretudo, pelas barreiras impostas pela topografia. Para Pedlowski et al (2007), os usineiros esquecem que o município de Campos dos Goytacazes se tornou nos últimos anos o principal foco de trabalho escravo do Brasil, e se realmente estivessem preocupados com trabalhadores desempregados, as providências teriam sido tomadas há muito tempo. Outra informação apresentada por Pedlowski et al (2007) é que, ao contrário do que os usineiros alegam, o relevo campista, quase todo plano, é altamente propício à mecanização dos canaviais.

De acordo com IBGE (2012), em 2010 houve uma queda nas áreas plantadas de cana-de-açúcar do município de Campos dos Goytacazes em relação 2004 como revela a tabela 2. Segundo um extensionista da EMATER esse quadro provavelmente piorou em 2011 e 2012, já que é visível a quantidade de terras que, antes estavam repletas de plantação de cana, hoje estão abandonadas ou produzindo muito menos que a sua capacidade.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ							
Ano	Área	Plantada	Quantidade produzida (t)	Rendimento	médio	Valor	da produção
2004		96.101	4.997.272	52.000			104.943
2010		73.940	3.697.000	50.000			103.516
MORRO AGUDO – SP							
Ano	Área	Plantada	Quantidade produzida (t)	Rendimento	médio	Valor	da produção
2004		90.000	7.920.000	88.000			245.520
2010		96.900	7.945.800	82.000			276.355
RIO BRILHANTE – MS							
Ano	Área	Plantada	Quantidade produzida (t)	Rendimento	médio	Valor	da produção
2004		10.469	1.046.038	99.917			34.519
2010		69.489	6.783.111	97.614			305.240

Tabela 2 - Comparação entre três cidades que tiveram a cana-de-açúcar como lavoura temporária no ano de 2004 e 2012.

Fonte: IBGE (2012)

A realidade da atividade canavieira em Campos dos Goytacazes pode ser dimensionada na tabela 2, que traz uma comparação com os municípios de Morro Agudo e Rio Brilhante, hoje considerados os maiores produtores de cana de açúcar do país.

Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul, é a grande promessa do setor canavieiro na atualidade, como se pode perceber pela tabela 2. Com uma menor área plantada de cana-de-açúcar, tem produzido quase o dobro do que é produzido em Campos dos Goytacazes. Segundo Pedlowski et al (2007), o sindicato nacional das usinas, por meio de suas análises, indica que a fronteira do setor sucroalcooleiro tem se dirigido para o centro-oeste do Brasil. Nessa região já se pode encontrar usinas muito modernas e a prevalência do corte da cana feito por máquinas, ao contrário das usinas campistas. O autor ressalta ainda, que o cultivo de cana de açúcar no centro oeste vem sendo controlado por multinacionais, e isso indicaria o perfil que este setor assumirá nas próximas décadas, bem diferente do que acontece no município de Campos.

3.2 – O conflito fundiário no Norte Fluminense

De acordo com Medeiros & Leite (1999), o meio rural fluminense foi definido, sobretudo, pela atuação do estado, tendo em vista que as transformações nas regiões tanto do cultivo do café quanto da cana-de-açúcar se deram a partir da ação das políticas públicas, sejam elas voltadas para o setor agrícola ou industrial. Mas o que se pôde perceber, com as exposições anteriores, é que essa ação governamental acabou por trazer consequências sérias, também e principalmente para a população rural mais pobre que se sustentava por meio da atividade canavieira nas grandes usinas. Tal população passou a reagir de diversas formas e alguns conflitos começaram a acontecer na região de Campos dos Goytacazes.

No Brasil é possível encontrar três principais frentes relacionadas a Reforma Agrária e conflito fundiário: 1º) Terras públicas, na região da Amazônia; 2º) Terras abandonadas pelo processo de determinados modelos econômicos, como é o caso da atividade cacaueteira no sul da Bahia, atividade canavieira no norte do Rio de Janeiro e o extrativismo da Vale do Rio Doce em Minas Gerais. 3º) Terras valorizadas por novos ciclos de produção agrícola comercial, como é o

caso do noroeste e triângulo mineiro, Pontal de Paranapanema e parte de Goiás e Mato Grosso do Sul.

A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro se deu basicamente a partir de 1950, entretanto, num outro foco. Tratava-se de áreas que se encontravam em processo de reconfiguração territorial, ou nas áreas que eram alvo de uma futura ocupação urbana. Os conflitos se concentraram, principalmente, na baixada fluminense, que presenciava uma resistência dos trabalhadores rurais ao avanço da especulação imobiliária, fruto da urbanização e do desenvolvimento da atividade turística no estado. Este caráter de resistência ao crescimento urbano vai marcar, grandemente, a luta pela terra no estado do Rio, sobretudo a atuação de movimentos sociais como MST e CPT (ALETENJANO, 2011).

De qualquer modo, com um jeito particular, a resistência dos trabalhadores alcançou tamanha dimensão no estado do Rio de Janeiro que apareceu no cenário nacional como uma das regiões onde os conflitos no campo eram mais intensos antes do Golpe Militar de 1964 (MEDEIROS, 1989).

Em abril de 1963 aconteceu uma das ações mais ousadas dos trabalhadores rurais fluminenses: José Pureza, integrante da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), coordenou uma ocupação das terras do Imbé, no município de Campos dos Goytacazes. Um grupo constituído, em sua maioria, por trabalhadores desempregados das usinas de açúcar no norte fluminense montou um acampamento na localidade do Imbé, que se figurava como estatuto de área devoluta no Plano Agrário Estadual. Naquela ocasião, a região estaria sendo apropriada pelos usineiros da cidade (SIGAUD et al, 2008).

Apesar da ampla divulgação em mídia nacional da ocupação do Imbé em 1963, a região de Campos dos Goytacazes não foi conhecido como cenário de grandes conflitos agrários até a década de 1990, diferente da baixada fluminense. A partir de então, o norte fluminense, região que concentra os maiores latifúndios e a maior parte dos trabalhadores rurais do estado, se transformaria em palco de muitos conflitos agrários, uma vez que o poderio secular dos latifundiários da cana-de-açúcar passou a ser, constantemente, colocado em questão (ALETENJANO, 2011).

Um marco para a reforma agrária em Campos é o ano de 1987, data da formação do primeiro assentamento do município: Novo Horizonte. Esse foi organizado a partir do processo de desapropriação da Usina que tinha o mesmo nome, e que privilegiou o assentamento dos seus ex-trabalhadores que permaneciam naquela região. Foram assentadas cerca de 300 famílias, sendo que 250 destas eram antigos moradores e ex-trabalhadores da usina e 50 famílias foram agregadas segundo critérios dos técnicos do INCRA (CORDEIRO, 2010).

Novo Horizonte era considerado, até o final da década de 1980, o maior assentamento do estado do Rio, tanto em termos de área física quanto em número de famílias assentadas e hoje é um dos únicos assentamentos considerados emancipados no Rio de Janeiro, de acordo com os critérios do INCRA. Cordeiro (2010), ainda observa que o Novo Horizonte se diferencia dos outros assentamentos, sobretudo daqueles criados a partir da atuação do MST em Campos, tendo em vista que os seus assentados não compartilharam de uma identidade de “sem-terra” durante o processo de ocupação e em muitos momentos, nem mesmo identificam o Novo Horizonte como um assentamento de Reforma Agrária ou suas propriedades como “lotes”. A explicação para tal acontecimento está no fato de a maioria dos assentados já residirem na região desapropriada e por não terem sido mobilizados pelo MST.

Um detalhe é ressaltado por Neves (1997) no que diz respeito aos moradores de Novo Horizonte, apesar de o assentamento ter sido organizado no Imbé, mesma região do primeiro grande conflito agrário de Campos, os assentados não se identificam com este acontecimento e o tratam como “má reforma agrária”. Para eles, a “boa reforma agrária” é feita de forma pacífica, como se deu o processo de construção do Assentamento Novo Horizonte. Vale salientar também que, atualmente, Novo Horizonte ainda é o assentamento mais contemplado pelas atividades extensionista da EMATER de Campos. Segundo o técnico da organização, isso se deve, principalmente, pela boa aceitação da EMATER por parte dos assentados de Novo Horizonte.

No que se refere às políticas públicas fundiárias no Rio, Medeiros & Leite (1999) ressaltam que o estado foi contemplado pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, e foi definido como área prioritária de

Reforma Agrária considerando a gravidade e dimensão dos problemas gerados pela estrutura de posse e uso da terra no estado.

Segundo os dados do INCRA, no Rio de Janeiro foram criados 76 projetos de assentamento até o ano de 2011, o que corresponde, aproximadamente, a uma área desapropriada de aproximadamente 125 mil hectares de terra. Desses assentamentos, 22 estão localizados na região norte-fluminense, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, onde se encontram dez em diferentes estágios, desde o pré-projeto até à fase de consolidação/emancipação conforme a tabela 3. De acordo com um técnico da EMATER, também existem hoje, na região de Campos, pelos menos quatro ocupações, organizadas pelo MST, em terras consideradas improdutivas.

Apenas dois assentamentos, foram criados antes de 1997 no município e foram organizados pelo STR e FETAG, os outros 9 foram articulados pelo MST com o apoio de outras organizações, como a Comissão Pastoral da Terra de Campos.

ASSENTAMENTO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
Terra Conquistada	211,36	12
Dandara dos Palmares	419,10	21
Santo Amaro	584,38	38
Oziel Alves I	410,73	35
Josué de Castro	611,00	35
Novo Horizonte	4.335,10	265
Zumbi dos Palmares	8.005,29	485
Che Guevara	1.119,66	73
Antônio de Farias	1.221,02	92
Ilha Grande	822,72	58
TOTAL	17.740,37	1135

Tabela 3 - Assentamentos de Reforma Agrária em Campos dos Goytacazes
Fonte: INCRA (2011)

De acordo com os dados mais atuais do INCRA, como mostra a tabela 3, o assentamento Zumbi dos Palmares que tem capacidade para 506 famílias, teria atualmente 485 famílias assentadas. No entanto, os assentados entrevistados nesta pesquisa no ano de 2011 afirmam que não existe nenhum lote sem morador dentro

do Assentamento, o que indica a presença de assentados que não estão devidamente registrados junto ao INCRA.

Vários estudos realizados sobre os assentamentos da região norte-fluminense demonstram que tem sido baixa a taxa de desistência e abandono dos lotes, apesar das dificuldades encontradas pelas famílias assentadas, tais como a monopolização dos canais de comercialização pelos atravessadores (ainda que estejam sendo desenvolvidas estratégias que favorecem a construção de alternativas), a falta de acompanhamento e planejamento técnico para o pagamento dos créditos referentes às culturas existentes, falta de infraestrutura básica como pavimentação de estrada, captação de água, entre outros (MAIA, 2003; ZINGA, 2004).

Deve-se salientar também que houve uma “evolução patrimonial” das famílias assentadas que passaram a dispor de um maior número de utensílios domésticos, a partir de sua inserção nos assentamentos de Reforma Agrária, representando uma melhora na qualidade de vida dessas famílias como afirma Pedlowski et al (2007). Segundo o autor, a explicação para as diferentes mensurações possíveis do sucesso do empreendimento da Reforma Agrária no norte fluminense, a partir de um conjunto de variáveis indicativas, está na confluência de alguns fatores de ordem socioeconômica.

Alguns destes seriam o que Pedlowski et al (2007) apresenta como mecanismos de autofinanciamento para as famílias assentadas, tais como o acesso à aposentadoria de um dos membros da rede familiar ou de membros familiares que permanecem trabalhando no perímetro urbano. Estes mecanismos contribuem para a viabilidade e permanência dos assentados no campo. Outro fator que é destacado pelo autor, são as trocas de mão de obra entre familiares de uma mesma rede ou membros de outras redes as quais os assentados têm acesso: vizinhança, assentamentos vizinhos ou mesmo as relações religiosas. Um terceiro fato seria a iniciativa dos assentados para a viabilização de feiras semanais que promovem o escoamento da produção, que também é apresentado como possibilidade de aumentar as rendas mensais dos assentados e uma alternativa aos canais comerciais monopolizados pelos atravessadores.

A Feira da Roça que é realizada semanalmente na região central da cidade de Campos dos Goytacazes foi uma iniciativa dos produtores do assentamento

Novo Horizonte. Existe também outra feira realizada na cidade por iniciativa de outros assentados e da CPT: a feira agroecológica dos assentados do norte fluminense, que acontece uma vez por semana no campus da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Segundo Pedlowski et al (2007), o maior desafio para efetivação da reforma agrária em Campos é o senso comum de que muitos dos assentamentos estariam fadados ao fracasso considerando o pouco ou nenhum conhecimento prático de agricultura por parte da maioria dos assentados da região, que predominantemente derivam do corte de cana ou da zonas periféricas do município. Para o autor, os assentados têm superado tais limitações a partir de propostas criativas e inovadoras, e que na verdade, o grande gargalo do desenvolvimento dos assentamentos e da efetiva reforma agrária em Campos dos Goytacazes é a falta de vontade política ou a visão estritamente agrícola por parte dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dos assentamentos.

Neste sentido, Alentejano (2011) afirma que existe uma distância muito grande entre o planejado e o efetivado em termos de reforma agrária no estado do Rio, sobretudo no norte fluminense, principalmente durante o Governo Lula. Para o autor, as explicações para o fato remetem a três conjuntos de fatores:

(1) No plano geral da política agrária do governo Lula imperou uma lógica de concentrar os assentamentos na fronteira amazônica, onde as terras são mais baratas, ou públicas, permitindo assentar um número maior de famílias a custos reduzidos; (2) na superintendência do INCRA do Rio de Janeiro houve forte descontinuidade político-administrativa, com a nomeação de três diferentes superintendentes ao longo dos quatro anos de gestão do primeiro governo Lula, cada um apoiado por uma força política diferente; (3) a desestruturação administrativa e operacional do INCRA-RJ jamais foi revertida ao longo de todo este período, com reduzido número de funcionários, um quadro funcional envelhecido e viciado em práticas que mais entavam que fazem avançar as ações previstas no Plano Regional de Reforma Agrária, PRRA-RJ (ALENTEJANO, 2011, p. 47).

De acordo com um técnico da EMATER de Campos, a demanda pela reforma agrária no município está longe do seu fim. Para ele, o trabalho extensionista na região tem revelado que ainda há muita terra improdutiva e muito sem terra no município:

Existe demanda das duas partes... terra e sem terra... Eu não tava vendo isso no governo Lula não, mas no da Dilma tenho visto essa questão de acampamento aí, entendeu? Mas acho que tem muita terra ainda aqui... muita terra mesmo! Apesar de que **se o pessoal souber que eu tô falando isso é capaz de querer matar a gente...** (Técnico da EMATER, grifo de pesquisador).

Essa fala do Técnico da EMATER, também revela que, além da demanda por reforma agrária, ainda existe uma forte oposição à reforma agrária em Campos.

3.2.1 – Histórico do MST-RJ e sua atuação em Campos dos Goytacazes

Diante da grande influência do MST na atuação da Comissão Pastoral da Terra em Campos dos Goytacazes, torna-se relevante apresentar um histórico desse movimento no município de Campos.

É possível apontar duas particularidades na atuação MST no Rio de Janeiro diferentemente de outros estados. A primeira é que o movimento, sobretudo no norte fluminense, foi engrossado pela participação massiva de trabalhadores urbanos na luta pela terra. A segunda particularidade é a ocorrência de um intervalo no processo de formação do MST-RJ, fazendo com que o movimento dos sem terra tenha duas fases distintas no estado.

Entre os anos de 1985 a 1987 aconteceu a primeira fase do processo de organização do movimento, mas sem continuidade. Somente no final de 1993, o MST-RJ voltou a se organizar e desde então começou a se expandir para diversas regiões do estado, como o norte fluminense, sobretudo, em Campos dos Goytacazes (MEDEIROS, 2002).

De acordo com Menezes (1991), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Rio foi composto, na sua gênese, por lideranças da luta pela terra do pré-64, membros da CPT e técnicos da EMATER. O MST, neste período, participou das organizações das famílias e dos processos de negociação com representantes governamentais em diversas disputas. Segundo Fernandes (2000), o movimento apoiou diversas lutas isoladas, contribuindo na mobilização de várias formas de resistência. Dentre elas, os mutirões, assim denominados pelos trabalhadores que se mobilizavam para ocupar uma área. Essas lutas contavam principalmente com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e da

Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu. De acordo com Fernandes (2000),

o primeiro contato entre membros do MST e trabalhadores cariocas que lutavam pela terra aconteceu em abril de 1984. Naquele mês, veio um grupo de sem-terra paranaenses e gaúchos para conhecer o mutirão Campo Alegre, no município de Nova Iguaçu, na região Metropolitana. Esse grupo de famílias era formado por trabalhadores urbanos e por trabalhadores rurais expulsos de outras regiões do Rio de Janeiro, e estavam decididos a permanecer na terra, para garantir trabalho e moradia (Fernandes, 2000, p. 135).

Os membros dos MST, entre os anos de 1985 a 1987, se concentravam em atividades que aconteciam, principalmente, na região metropolitana e não se tem notícias de uma atuação mais contundente no norte fluminense. Como já foi abordado, o primeiro assentamento de reforma agrária de Campos dos Goytacazes, o Novo Horizonte, foi organizado em 1985 e não teve nenhuma participação do MST neste processo.

A década de 1980 no estado do Rio de Janeiro, que é conhecida como a “década perdida” pelo setor sucroalcooleiro, também foi marcada por uma intensa crise dos movimentos em favor da Reforma Agrária, como a Comissão Pastoral da Terra. A tensão entre rural e urbano que permeou a realidade do MST do Rio, segundo Almeida (2010), apareceu antes de tudo no plano político. A luta pela terra deste período foi caracterizada pelo MST como sendo conduzida muito mais por movimentos de “sem teto” e não era possível perceber a formação de uma identidade “sem terra”. Esta avaliação levou o MST a se recuar em 1987 e as mobilizações na luta pela terra passaram a ser coordenadas pelo NAF (Núcleo Agrícola Fluminense), que se tratava de um grupo formado por antigas lideranças da luta pela terra do pré-64. O NAF foi formado com a abertura política, apoiado pela Comissão Pastoral da Terra, como uma alternativa às entidades sindicais da região metropolitana do Rio (GIULINANI & CASTRO, 1996).

Para Alentejano (1997), de um lado o arrefecimento da luta pela terra no estado pode ser creditado à desarticulação definitiva do MST no Rio, pois o NAF e a Comissão Pastoral da Terra não foram capazes de sustentar o movimento em favor da reforma agrária. Para o autor, tratou-se de um desfecho da permanente dificuldade que o MST teve de se estabelecer de forma efetiva e atuante no Rio de

Janeiro e três aspectos que contribuíram para esta desarticulação podem ser destacados: a visão “sulista” da questão da terra que predominava no MST; o confronto entre as antigas e as novas lideranças, e a concorrência do aparato estatal.

A visão da questão agrária “sulista” da origem da maior parte das principais lideranças do MST dificultava sua atuação em áreas onde o contexto e a cultura eram bastante diferenciados, como é o caso do Rio de Janeiro, onde a luta pela reforma agrária era marcada por um caráter urbano. As lideranças sulistas que se deslocavam para o Rio de Janeiro com o objetivo de articular a luta pela terra frustraram-se ao deparar-se com uma série de atritos entre antigas e ascendentes lideranças locais e entre os partidários da implantação no Rio da proposta do MST (ALENTEJANO, 1997).

A ligação entre as lideranças do MST e os sem terra se tornou cada vez mais fraca, uma vez que os trabalhadores rurais passaram a reivindicar seus direitos diretamente com representantes do aparato estatal, que possuíam muito mais recursos para oferecer aos assentamentos. Neste período, o estado do Rio era governado por Leonel Brizola do PDT (Partido Democrático Trabalhista), sendo assim, alguns líderes do MST-RJ acabaram por priorizar a militância partidária e deixaram o controle político do movimento nas mãos do governo estadual que procurava conduzir a luta de acordo com os seus objetivos (MORISSAWA, 2001).

O governo passou então a ocupar espaço entre os assentados, uma vez que passou a existir um vazio de representações. Para Lewin et al (2005), a ação do governador Brizola apresentava um caráter eminentemente político e disputava espaço que monopolicamente desejava para si e seu partido, dessa forma, afastava as organizações como MST e CPT de uma participação mais intensa e garantia novos espaços de determinação política entre os assentados.

No entanto, o MST e CPT do Rio de Janeiro

entendiam que o governo “esvaziava e cooptava” o movimento. Entretanto, não obtiveram eco entre os assentados, porque atacaram o governo no interior de movimentos que não questionavam o papel do estado na questão agrária e cujos objetivos limitavam-se àqueles que o governo de alguma forma atendia (terra, casa, alimentos, etc.). Conforme os entrevistados, 90% dos assentados eram “brizolistas”, o que pode ser atribuído à capacidade do governo eliminar tensões e

capitalizá-las positivamente, criando adesão à forma como intervinha nos conflitos fundiários (NOVICKI, 1994 p. 77).

A ocupação de terras improdutivas não fazia parte dos planos governamentais de reforma agrária no estado e também acabou por influenciar o MST-RJ que priorizou a criação da Comissão Estadual dos Assentados¹³. Segundo Morissawa (2001), a Comissão dos Assentados, que tinha por objetivo a solução para os problemas internos dos assentamentos existentes, acabou fazendo com que o MST abandonasse a formação de grupos de famílias para expansão da luta no estado e isso levou a direção do Movimento a dissolvê-lo no estado do Rio de Janeiro no início do ano de 1987.

Moreira Franco foi eleito governador do estado do Rio em 1986 e a questão agrária perdeu a importância que tinha alcançado no mandato de Brizola. O novo governador passou a utilizar a repressão perante os conflitos e esvaziou politicamente a secretaria responsável pela questão fundiária, fundindo-a com a habitação. À volta do Governo Brizola, em 1990, não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que este se encontrava mais atrelado aos setores mais conservadores, além do enfraquecimento do movimento organizado que lutava por terra (MORISSAWA, 2001).

A rearticulação do MST no estado do Rio se deu em 1993 e foi possível verificar, neste momento, o protagonismo de militantes que vieram de outros estados. Os trabalhos dos sem terra foram retomados através da fundação da Secretaria Regional do MST (1993), com a participação de algumas lideranças locais que antes se organizavam através da Comissão de Assentados (ALMEIDA, 2010).

A partir de encontros estaduais, proporcionados em grande parte pela Comissão Pastoral da Terra, gesta-se a coordenação estadual do MST-RJ. Esta coordenação passa a atuar de forma descentralizada junto aos trabalhadores fluminenses, sendo uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas (GONÇALVES, 2004, p. 95).

¹³ A Comissão de Assentados no estado do Rio de Janeiro estava voltada para o tratamento de questões que afetavam de forma mais imediata esse segmento, tais como escoamento da produção. No entanto, o que se pode constatar dessa experiência foi a incapacidade de uma articulação mais sólida entre as representações políticas dos diversos projetos de assentamento, comprometendo a continuidade do trabalho da comissão (MEDEIROS et al, 1999, p. 142)

As notícias de sucesso de alguns assentamentos administrados pelo MST em outros estados levaram os assentados do Rio de Janeiro, que enfrentavam muitas dificuldades para a produção e comercialização, a se aproximarem novamente do movimento. Foi neste mesmo período, que o setor canavieiro do norte fluminense entrou em sua maior crise e a falência de várias usinas, onde se localizavam os maiores latifúndios do estado, começou a chamar a atenção do MST (MEDEIROS et al, 1999).

Como afirma Medeiros et al (1999), o movimento dos trabalhadores rurais sem terra volta ao Rio trazendo a tese da interiorização das ocupações, iniciativa que até então não havia ocorrido no estado. Nota-se que o cenário da crise na atividade canavieira do norte fluminense levou o MST a organizar ocupações sistemáticas em áreas de usinas falidas, e passou a ter o apoio de muitos boias-frias que estavam desempregados.

Sendo assim, a baixada fluminense, local que se constituiu na área foco da primeira fase das ações do MST no Estado do Rio de Janeiro, cedeu lugar ao norte do estado. Tal região, a partir de 1995, se tornou o epicentro das ações do MST. A segunda fase da atuação do MST se firmou no norte fluminense, mais especificamente em Campos dos Goytacazes e Macaé, as maiores cidades da região.

Com a volta do MST tem-se uma retomada da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro que continuou a se dar em condições diferenciadas em relação ao restante do País, uma vez que a imbricação com o urbano é sua maior marca. Segundo Novicki (1994, p. 14), “é difícil diferenciar a luta pela terra para moradia com a luta pela terra para trabalho, isto é, reforma urbana e reforma agrária se confundem de forma absoluta”.

Como mencionado anteriormente, as primeiras ocupações de terra realizadas pelo MST na região Norte Fluminense, em sua maior parte, foram empreendidas em terras pertencentes a usinas sucroalcooleiras falidas. O Banco do Brasil tinha o controle de algumas propriedades por causa das dívidas contraídas no momento da crise. A primeira ocupação no norte do estado data de 1996 e ocorreu na fazenda Capelinha em Conceição de Macabú, município

vizinho de Campos dos Goytacazes e cuja principal atividade econômica fundamentava-se na agroindústria açucareira (ZINGA, 2004).

A usina Victor Sence havia falido por não ter conseguido se adaptar às reestruturações técnicas e econômicas do setor sucroalcooleiro, e também não havia pagado os devidos direitos trabalhistas. Deste modo, ex-trabalhadores desta usina e trabalhadores sem-terra da região organizaram-se e ocuparam a fazenda da usina. Em 1997, a fazenda Capelinha foi desapropriada, sob a pressão dos trabalhadores organizados pelo MST (GONÇALVES, 2004).

Segundo Pedlowski et al (2007), a partir desta primeira ocupação, membros da organização nacional do MST, representados por um pequeno quadro de militantes advindos dos estados de São Paulo e Paraná, se instalaram na cidade de Campos para organizar o Movimento na região e, iniciar um amplo processo de ocupação de terras parecido com o que havia ocorrido no Pontal do Paranapanema. Alguns militantes do movimento da própria região fizeram cursos de formação oferecidos pelo MST, fora de Campos dos Goytacazes.

A chegada do MST à região e o apoio que recebeu de determinados sindicatos urbanos, como o SINDIPETRO, e outras organizações, tais como a Comissão Pastoral da Terra, provocou a generalização das ocupações como instrumento principal de luta pela terra. Deste modo, abriu-se a possibilidade de agregar no movimento dos sem terra os ex-trabalhadores da cana-de-açúcar e desempregados que viviam nas pequenas cidades das redondezas a partir de 1996.

No dia 12 de Abril de 1997, o MST organizou a primeira ocupação em Campos dos Goytacazes, centro econômico da região norte do estado. Esta ocupação, que deu origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, foi realizada nas terras da Usina São João, situada dentro dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. O planejamento desta ação do MST iniciou-se quatro meses antes, quando algumas lideranças sem terra de outros estados instalaram-se em Campos dos Goytacazes, mapearam a localidade que seria ocupada e realizaram cadastramentos de famílias para a ocupação, apoiados, principalmente, pela Comissão Pastoral da Terra que começou sua atuação na localidade alguns meses antes. Juntos, lideranças do MST e da CPT percorreram toda a área urbana e rural do município e focaram, sobretudo, nas associações de

moradores rurais ou das periferias urbanas e explicaram a proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para o município (LEWIN, 2005).

Com a ocupação da falida Usina São João, e posteriormente, a organização do assentamento Zumbi dos Palmares com mais de 500 famílias, o MST-RJ ganhou uma visibilidade que não teve na primeira fase de sua atuação no Rio. O movimento adquiriu forças e passou a investir em novas ocupações no norte fluminense, como também em outras regiões do estado.

Desde a primeira ocupação organizada pelo MST em 1997, foram criados 9 assentamentos em Campos dos Goytacazes e outros 11 em cidades vizinhas. Antes da chegada do MST, a região contava apenas com 2 assentamentos, o que demonstra que a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem tido grande importância para a efetivação da Reforma Agrária no norte fluminense e sobretudo, na cidade de Campos. Como ressalta Pedlowski et al (2007), mesmo com a falta de investimentos do Estado, os assentamentos criados a partir das ocupações do MST têm trazido mudanças sociais, políticas e econômicas para o município de Campos.

O MST também apoia e integra outras iniciativas populares no norte do estado do Rio, como o movimento pela Educação no Campo e o Comitê pela erradicação do trabalho escravo. Nesses dois trabalhos tem tido uma parceria constante com a Comissão Pastoral da Terra, que esteve junto ao movimento desde o início de sua atuação em Campos.

No entanto, tal engajamento e os sucessos da maioria das ocupações do MST vão de encontro ao diferente cenário encontrado pelo movimento dos sem terra em Campos dos Goytacazes no que concerne, principalmente, ao perfil de seus trabalhadores rurais. Este se distancia do que seria a realidade da base original preconizada pelo MST, os pequenos produtores pauperizados ou expropriados como podem ser encontrados no sul e norte do Brasil. Tal diferença continua sendo o grande desafio para o MST e outras organizações como a Comissão Pastoral da Terra, que trabalham com assistência à população rural no norte fluminense (ALENTEJANO, 2005).

3.2.2 – A criação do Assentamento Zumbi dos Palmares e seu amplo significado para a reforma agrária em Campos dos Goytacazes

Para Lewin et al (2005), o grande diferencial da ocupação na Usina São João, que deu origem ao Assentamento Zumbi dos Palmares, está no fato de que ela significou uma alteração da forma de realização das ocupações pelo MST, que antes se encontrava afastado do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se também de uma inovação no jeito de juntar novos membros para o movimento dos sem terra, sobretudo pelas mobilizações feitas na periferia urbana. Pode-se dizer que esta ocupação significou um novo tempo para o processo de reforma agrária em Campos também no que diz respeito à mobilização e envolvimento de outros atores e organizações como é o caso da CPT, Prefeitura de Campos, UDR, Sindicatos, Direita Católica, entre outros.

A primeira ocupação organizada pelo MST em território campista começou com aproximadamente 200 famílias que, ainda nos primeiros dias, chegou a mais de 700 famílias acampadas. Elas se distribuíram no complexo de nove fazendas da falida Usina São João, que somavam um total de 8.500 hectares. A desapropriação das terras da usina foi concluída em outubro de 1997, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começou a cadastrar os futuros assentados em novembro do mesmo ano. Com isso, novas famílias entraram no assentamento, juntando-se às famílias trazidas pelo MST (PEDLOWSKI et al, 2007).

Dentre as famílias que formaram o contingente inicial de ocupantes encontravam-se também membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana, município vizinho de Campos onde se localizava parte das fazendas da usina. Um terceiro grupo de ocupantes era formado por ex-trabalhadores da Usina São João, que já moravam naquela região e foram orientados por seus advogados a se juntarem aos novos ocupantes. (ZINGA, 2004).

A primeira medição das terras das nove fazendas da Usina São João foi realizada em 1998 pela Escola Técnica local contratada pelas lideranças do MST e CPT. Foi pago o valor de R\$ 50 mil advindo do corte da cana que já havia nas terras das fazendas. De acordo com esse primeiro laudo técnico, seriam beneficiadas 502 famílias, com lotes variando de 10 a 12 hectares. O INCRA, no entanto, se fez presente em relação à desapropriação do imóvel e tentou dividir a área em lotes menores para assentar pelo menos mais 200 famílias. No final,

acabou prevalecendo a medição feita pelos técnicos do Lumiar¹⁴ que dividiu as terras em 500 lotes de 10 a 12 hectares. Atualmente são 506 famílias registradas como assentadas do Zumbi dos Palmares.

Por meio do processo de desapropriação das terras da Usina São João, principalmente com a ocupação feita pelo MST, foi possível perceber a manifestação e posicionamento de alguns atores sociais, que até então não tinham tanta expressividade nos assuntos relacionados à reforma agrária no município de Campos. Dentre esses atores se encontram aqueles que apoiaram a ocupação da Usina São João, a saber: MST, CPT, trabalhadores do corte da cana, prefeitura municipal de Campos, INCRA, Sindicatos urbanos, Universidades e a Presidência da República. Naquele contexto, os opositores da ocupação eram: o movimento católico TFP (Tradição, Família e Propriedade), Usineiros, Bispos católicos de Campos, UDR (União Democrática Ruralista), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (DEW, 2011).

Para João Pedro Stédile, principal liderança do movimento dos sem terra, o resultado final da reforma agrária deveria ser a divisão dos latifúndios em assentamentos caracterizados por unidades coletivas, onde os beneficiários formariam agrovilas que seriam apoiadas por cooperativas destinadas a maximizar a geração de renda e os laços sociais entre os assentados. No entanto, nem todos que ocuparam as terras da Usina São João compartilhavam das mesmas ideias de Stédile, mas apesar das diferenças internas no acampamento, os militantes do MST continuaram trabalhando para mobilizar e treinar os futuros assentados do Zumbi dos Palmares (SILVA, 2008).

Entre as organizações que apoiaram o MST na ocupação da Usina São João, estava a Comissão Pastoral da Terra, parceira de longa data em outras regiões do país. Neste momento, a CPT teve um papel importante de sensibilizar a área urbana de Campos, a partir de escolas e igrejas para, criar um processo de solidariedade no momento da ocupação. Dessa forma, foi possível conseguir doação de roupas, medicamentos, sementes e ferramentas para que os acampados

¹⁴ O Projeto Lumiar foi criado pelo Incra em 1997 como um programa para viabilizar serviços de assistência técnica aos assentamentos. Esse programa possibilitava que os próprios agricultores assentados, por meio de suas associações, contratassem os serviços de assistência técnica. Na prática, como salientou Dias (2004), funcionou como uma terceirização dos serviços de assistência técnica para os assentamentos diante da mobilização e pressão dos movimentos sociais em prol de ações de reforma agrária.

pudessem cultivar as terras que, haja vista, se encontravam um estado bem degradado.

Quando se deu a ocupação das terras da usina São João, somavam-se mais de 30 mil trabalhadores envolvidos com a atividade canavieira no norte fluminense. Como explicado anteriormente, esses trabalhadores passavam por um período crítico devido às sucessivas falências de usinas sucroalcooleiras na região e foram, primeiramente, alvo dos trabalhos da CPT e, pouco depois, passaram a se o foco de atuação também das lideranças do MST. A maioria dos acampados eram boias frias ou ex-trabalhadores das usinas e, naquele momento, depositaram confiança nos militantes do MST, ainda que mais tarde tenham procurado se distanciar do movimento (ZINGA, 2004).

A prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, na figura do então prefeito Anthony Garotinho, contribuiu materialmente para a ocupação e enviou, entre outras coisas, água potável e alimentos não perecíveis para os acampados. Segundo Dew (2011), Garotinho buscou se aproximar dos sem terra para aumentar seu peso eleitoral, tendo em vista que ele estava numa posição chave para apoiar a ocupação, pois era um líder político supostamente progressista que ocupava um cargo executivo.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) compareceu rapidamente no acampamento Zumbi dos Palmares para inventariar o número de pessoas presentes e dar início às ações judiciais necessárias que se estendeu por 5 meses. Para Dew (2011), a ideia de que a situação da Usina São João pudesse ser apresentada como um caso relacionado à questão do trabalho escravo fez com que o INCRA agisse com mais rapidez para realizar o processo de desapropriação, ainda que as terras pudessem ser consideradas produtivas.

Sindicatos urbanos e instituições públicas de educação também se fizeram presentes entre os apoiadores da ocupação da Usina São João. Entre aqueles que se mobilizaram em favor da ocupação estavam estudantes e professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Instituto Federal Fluminense (IFF) e da Faculdade de Medicina de Campos (FMC). Por outro lado, membros do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO) e do Sindicato dos Bancários também se empenharam na ocupação (DEW, 2011).

No dia 18 de Abril de 1997, 6 dias depois do início da organização do acampamento Zumbi dos Palmares houve uma audiência das lideranças nacionais do MST e o presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Para Dew (2011), a rápida resposta oferecida pelo gabinete da Presidência demonstra a significância da ocupação de Terras da usina São João. Nesta audiência, Fernando Henrique cumprimentou os líderes do MST pelo caráter pacífico da ocupação.

Campos dos Goytacazes se configura em uma região cujas raízes históricas apontam para a dominação do espaço e poder por um pequeno grupo de os usineiros e seus descendentes, e por abrigar uma vertente católica tradicionalista, traduzida na organização Tradição Família e Propriedade (TFP), o MST também encontrou diversas resistências, a partir da ocupação das terras pertencentes à Usina São João.

Os dois bispos¹⁵ que representavam ramos diferentes da Igreja Católica em Campos dos Goytacazes, Anthony Palamattah (progressista) e Fernando Rifan (tradicionalista), se opunham à reforma agrária na região. Apenas os membros da Ordem dos Redentoristas¹⁶ apoiavam os esforços locais pela realização da reforma agrária. A TFP, comprometida com a sacralidade da propriedade da terra e amparada por Dom Fernando Rifan, publicava uma série de artigos na imprensa de Campos denunciando o que entendia como caráter comunista da reforma agrária (ALTOÉ, 2006).

¹⁵ Na diocese de Campos dos Goytacazes existe uma particularidade que é a presença de dois bispos. Isso se deu porque Dom Antônio Castro Mayer, bispo da diocese de Campos, foi uma das lideranças católicas que não acataram as diretrizes do Concílio Vaticano II e fomentou o catolicismo tradicionalista no Brasil. O grupo de católicos tradicionalistas em Campos dos Goytacazes, que atualmente somam-se cerca de 30 mil fieis, praticam e acreditam em muitos ou em todas as formas litúrgicas, devoções públicas e privadas e apresentações dos ensinamentos católicos que prevaleceram antes do Concílio Vaticano II. Dom Antônio Castro Mayer é dos fundadores do movimento TFP (Tradição, Família e Propriedade) dentro da Igreja Católica, e no ano de 1988, quando apoiou a ordenação de bispos tradicionalistas na França sem consentimento do papa, foi excomungado da Igreja Católica por João Paulo II. Desde 1965, os católicos tradicionalistas da cidade de Campos não eram reconhecidos pela Igreja Católica de Roma. Em 2002, mesmo depois da morte de Dom Antônio Castro Mayer, o Papa João Paulo II concede o perdão ao até então bispo excomungado e faz o reconhecimento oficial da Igreja Tradicionalista de Campos como parte da Igreja Católica Romana. Desde então, a diocese tem dois bispos católicos oficiais (ALTOÉ, 2006).

¹⁶ A Congregação do Santíssimo Redentor, mais conhecida como Ordem dos Redentoristas, é uma congregação religiosa católica fundada em 1732 na Itália, por Afonso de Ligório. Os Redentoristas dedicam-se fundamentalmente à pregação de missões populares e ao atendimento dos mais desfavorecidos. Está espalhada pelos cinco continentes, presente em 77 países. O número de membros é superior a 6000, o que faz deste instituto religioso um dos dez mais numerosos em todo o mundo católico. No Brasil, entre outras atividades, foram os grandes incentivadores da construção da Basílica de Aparecida.

Os usineiros, proprietários de algumas usinas em condições bastante frágeis financeiramente, contavam com advogados que tentavam defender os interesses da oligarquia agrária. Contudo, o poder de influência política dos usineiros foi se enfraquecendo na medida em que seus débitos começaram a inviabilizar o funcionamento das usinas, uma vez que não podiam contar com o apoio do Banco do Brasil e outras instituições financeiras (DEW, 2011).

Após apoiar outros processos de ocupação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Campos dos Goytacazes, o primeiro sindicato de trabalhadores rurais a se consolidar no país, passou a apoiar os usineiros. De acordo com Dew (2011), naquele período, as lideranças do STR de Campos não viam a reforma agrária como instrumento que necessariamente melhoraria a qualidade de vida dos seus sindicalizados. A recuperação das usinas passou a ser o discurso do STR de Campos, pois acreditavam que, dessa forma, haveria uma retomada do nível de emprego dos trabalhadores rurais.

No contexto da ocupação das terras da usina São João, católicos tradicionalistas da TFP, usineiros, membros da União Democrática Ruralista (UDR) e STR de Campos apontavam para a perda de empregos que a ocupação estaria gerando. Como o nível de apoio que a ocupação tinha era maior que a oposição, tais organizações começaram a argumentar que a opinião pública havia sido manipulada. Entre os oponentes, alguns pediram para a Política Militar desmontar o acampamento, e a UDR sugeriu que os recursos do INCRA fossem cortados. Mesmo sob pressão, em 1 de outubro de 1997, o INCRA iniciou as negociações com os proprietários da Usina São João para realizar o processo de desapropriação e anunciava que 559 famílias receberiam lotes de terra, sendo que 200 delas eram compostas por ex-empregados da usina.

Os líderes do MST organizaram outra ocupação no complexo de terras da Usina São João com o intuito de acelerar a desapropriação das terras onde o acampamento Zumbi dos Palmares estava montado. No dia 12 de Outubro de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto de desapropriação de nove fazendas que compunham o complexo de terras da Usina São João e afirmou que nenhum outro processo tinha sido tão rápido e pacífico como aquele (DEW, 2011).

Depois da desapropriação das terras e o começo da organização do assentamento Zumbi dos Palmares, a UDR e a TFP continuaram se opondo à reforma agrária em Campos e organizaram o movimento “SOS Fazendeiro” para alertar outros usineiros da ameaça permanente que o MST representaria no Norte Fluminense (DEW, 2011).

O assentamento Zumbi dos Palmares é chamado pelos assentados da região como o “pai de todos”. Tem sua relevância não somente por se tratar do primeiro assentamento resultado pela chegada do MST no norte fluminense, mas por ser um dos maiores, em extensão territorial e em número de famílias, que o INCRA estabeleceu no estado do Rio de Janeiro.

Várias instituições têm atuado no assentamento, e isso tem gerado certa indisposição nos assentados para contribuir na realização de novas pesquisas no assentamento nos dias de hoje. Os assentados alegam que muitos trabalhos de extensão e pesquisas não têm trazido retornos para assentamento como é prometido na maioria das vezes e por causa disso estão descrentes nesses tipos de trabalho.

Entre as organizações atuantes no Zumbi dos Palmares se destacam: O INCRA, órgão governamental responsável pela supervisão do assentamento; a COOPERAR, cooperativa que presta o serviço de assistência técnica segundo moldes do Programa de ATEs no assentamento; a EMATER, que tem incluído a região do Zumbi dos Palmares no seu mais novo programa de assistência técnica e extensão rural por meio das microbacias da região; a UENF e outras instituições de ensino superior, que desenvolvem várias pesquisas e projetos de extensão com os assentados; a CPT, que tem a maior parte dos seus trabalhos voltados para os assentados do Zumbi e, inclusive, tem a coordenadora da CPT de Campos morando no assentamento; o MST, que continua orientando os assentados, sobretudo, em suas relações com o INCRA; a prefeitura de Campos que, segundo Pedlowski et al (2007), tem ocupado o lugar do INCRA e se tornado o principal responsável pelo atendimento das reivindicações dos assentados como enfermeiros, médicos, professores, transporte, dentre outros.

A situação atual do assentamento Zumbi dos Palmares, de forma geral, reflete a realidade da grande maioria dos assentados de Campos dos Goytacazes e região. De acordo com Pedlowski et al (2007), desta realidade pode-se destacar: o

trabalho de assentados em áreas urbanas para suportar financeiramente a família; pouca cooperação entre as unidades familiares; pouca credibilidade das associações e cooperativas de assentados; deficiência do apoio técnico e institucional dos órgãos governamentais, sobretudo na realização de uma efetiva assistência técnica; dificuldades no recebimento dos créditos agrícolas; inexistência de infraestrutura necessária para iniciar e comercializar a produção.

3.3 – O papel da Igreja Católica na estruturação agrária de Campos dos Goytacazes

A relação da Igreja Católica com a estrutura agrária de Campos dos Goytacazes teve seu início ainda no período da colonização, como aponta Azevedo (2002):

O General Salvador Corrêa de Sá e Benevides assumiu o cargo de Governador da Capitania do Rio de Janeiro em 1647, e tão logo soube das terras férteis doadas aos capitães, grande parte do que hoje conhecemos como município de Campos dos Goytacazes, por elas cobiçou a tal ponto que forçou por pressão de autoridade, os sete capitães a assinarem uma escritura pela qual o território anteriormente doado ficava dividido em doze partes das quais três para o próprio Governador. A divisão das terras se compôs de quatro partes e meia para os sete capitães e seus herdeiros, três para o General Governador, **Três para os padres da companhia**¹⁷, Uma parte para o Capitão Pedro de Sousa Pereira e **meia parte para os frades de São Bento** (AZEVEDO, 2002, p. 25, grifo de pesquisador).

As terras que foram doadas para os padres da Companhia de Jesus, continuaram sob o controle da Igreja Católica até o ano de 1760, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal. Neste momento, a fazenda pertencente à congregação Jesuíta era uma das maiores da região de Campos e contava com um grande número de escravos (AZEVEDO, 2002).

Não foram encontrados outros relatos sobre a relação da Igreja Católica com a realidade agrária de Campos até o século XX, quando as afirmações são de

¹⁷ A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma congregação religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e começaram sua catequese erguendo um colégio em Salvador da Bahia, fundando a Província Brasileira da Companhia de Jesus. Tiveram uma participação efetiva no processo de colonização do Brasil (CAMARA, 1957).

que o então bispo da diocese de Campos, Dom Castro Mayer, era proprietário de terras na região e, também por isso, teria se tornado um exímio defensor da propriedade privada no movimento Tradição, Família e Propriedade (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Alguns autores questionam como foi possível, numa região, como o norte-fluminense, detentora dos maiores latifúndios e onde se abriga a maior parte da população rural do estado do Rio de Janeiro, a mobilização efetiva pela reforma agrária ter acontecido tão tarde, somente no final da década de 1990. Neste sentido, pode-se perceber a concretização do pensamento de Novaes (1997), ao afirmar que a Igreja Católica, em suas diversas “faces”, pode fornecer, simultaneamente, parte significativa de sustentação da estrutura de legitimidade às desigualdades sociais e formas de dominação, quanto elementos contraditórios e de resistência que permeiam o sistema de dominação tradicional.

Na diocese de Campos dos Goytacazes, o tradicionalismo conservador da Igreja Católica, em sua defesa radical da propriedade privada, foi um dos sustentáculos da estrutura latifundiária do município, uma vez que

Campos, por muito tempo, seguiu e apoiou esse ideário que beneficiava sua elite conservadora, formada por usineiros e grandes e médios proprietários, que se perpetuou no poder durante anos, ideologicamente estruturada por um pensamento cristão conservador, que prosperou na região, representado pela Tradição, Família e Propriedade – TFP (LEWIN et al, 2005, p. 93)

Outra observação relevante é que muitos dos proprietários das grandes fazendas e usinas sucroalcooleiras eram católicos tradicionais e, segundo Altoé (2006), eram adeptos e patrocinadores do movimento TFP, liderado pelo Dom Castro Mayer em Campos.

Os movimentos ou pastorais sociais, não foram apoiados pela diocese de Campos, mesmo depois da separação da Igreja tradicionalista e a chegada de um novo bispo considerado progressista.

A diocese de Campos, mesmo depois da ruptura com a Igreja tradicionalista no seu discurso incentivador da ordem social e repúdio às iniciativas revolucionárias, continuou com um caráter extremamente tradicional e as pastorais sociais, principalmente os movimentos sociais, não encontraram apoio por parte da hierarquia

católica. Em Campos, essas pastorais e movimentos foram encontrar refúgio nos padres redentoristas¹⁸ (Padre Redentorista, Campos dos Goytacazes, 2012).

A chegada da Comissão Pastoral da Terra não foi aprovada pela hierarquia católica de Campos. Os agentes da CPT foram, inclusive, convidados a se retirarem da diocese. No entanto, CPT de Campos acabou buscando apoio de outros bispos de Niterói e Friburgo e decidiu se fixar no município mesmo sem a aprovação do bispo local.

O MST, como foi mencionado anteriormente, também não foi apoiado pela hierarquia católica e pelo então bispo da diocese de campos, Dom Roberto Magalhães. Pelo contrário, membros da TFP se juntaram à UDR e usineiros da região e mobilizaram uma ação contra o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra e a Reforma Agrária na cidade.

No início de 2011, foi nomeado um novo bispo para a diocese, Dom Roberto Francisco Ferreira Paz, considerado, pelos agentes da CPT, mais aberto aos movimentos e pastorais sociais e que, inclusive, foi assessor da pastoral da educação política em Niterói no ano de 2008.

No final de 2011, pela primeira vez desde a chegada da CPT e do MST, foi sinalizado um apoio da Igreja Católica de Campos, na figura do bispo diocesano. Aconteceu no assentamento Zumbi dos Palmares, a comemoração¹⁹ ecumênica dos 15 anos da Comissão Pastoral no dia 18 de Novembro de 2011. Esse encontro

¹⁸ Em janeiro de 1923 os Missionários Redentoristas chegaram a Campos, pregando as Santas Missões. Em 1945, os superiores redentoristas de Roma enviaram ao Brasil um ultimato aos redentoristas holandeses presentes na cidade: “construir um convento ou deixar Campos”. Então, em pouco mais de dois anos, os holandeses ergueram o “Convento dos Redentoristas”. O início da construção se deu em 1947 e em 1950 os padres se mudaram para a nova casa e a inauguraram com a bênção de Dom Antônio Castro Mayer. Apesar de ter tido a bênção do tradicionalista Dom Castro Mayer, são conhecidos como os grandes apoiadores das pastorais e movimentos sociais em Campos.

¹⁹ Também tiveram importante participação no encontro o agricultor Cícero Guedes, a professora Ana Maria Almeida, da UFF, D. Noêmia Magalhães, representante dos pequenos produtores do 5º distrito de São João da Barra, a professora Norma do SEPE, o professor Marcos Pedlowski, da UENF, e a vereadora Odisséia Carvalho (PT). As primeiras palavras de Dom Roberto Francisco foram de encontro aos anseios daquela comunidade e mostraram uma nova ótica da igreja local sobre a questão do direito a terra: “estou muito contente por estar aqui pela primeira vez, neste lugar de trajetória, do primeiro assentamento. Um lugar para debate em defesa da terra para preservação do planeta. Sem dúvida o lugar mais adequado para esta celebração. Então, gostaria que fôssemos uma família unida hoje para defendermos a vida do planeta, para defendermos a terra como dom de Deus e nosso direito a ela, mas também a nossa visão. A terra é algo rico, é algo que nos dá a vida. Por isso, então, sintam-se todos bem vindos e da mesma família, a família humana sem fronteiras” (FOLHA DA MANHÃ, 2011).

comemorativo contou com a presença de várias lideranças religiosas como Dom Roberto Francisco Ferreira Paz, bispo de Campos, Pastor Fernando, da Igreja Batista do Eldorado, o Pastor Carlos William da Igreja Batista de Jacarandá, o Padre Geraldo Lima, da Diocese de Nova Iguaçu, o Padre Luciano da Diocese de Campos.



Figura 7 - Encontro Ecumênico comemorativo dos 15 anos da CPT no Assentamento Zumbi dos Palmares

Fonte: Jornal Folha da Manhã *online* (28/11/2011)

Outro momento que pode servir como ilustração de uma nova postura da Igreja Hierárquica de Campos se trata da presença de Dom Roberto Ferreira Paz e sua manifestação de apoio à Caminhada da Terra que ocorreu em São João da Barra, município vizinho de Campos dos Goytacazes em Janeiro de 2012. Segundo a coordenação da Comissão Pastoral da Terra, esse evento organizado pelos pequenos produtores e pescadores de São João da Barra foi incentivado pela CPT e outras organizações com objetivo de denunciar as injustiças cometidas pela empresa LLX para a implantação do Porto do Açú²⁰ na região.

²⁰ O Superporto do Açú, ou simplesmente Porto do Açú, é um empreendimento logístico da empresa LLX Logística S.A. Faz parte de um projeto maior do grupo EBX, controlado pelo bilionário Eike Batista, e prevê um modelo de condomínio industrial/logístico sem precedentes no Brasil. Sua localização é estratégica para a indústria do petróleo, por ser próximo às bacias de Campos e do Espírito Santo, podendo ser utilizado de base também a operação da Bacia de Santos. O porto foi concebido com o objetivo de funcionar como centro logístico de exportação e importação para as regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. No entanto, esse empreendimento tem sido causa de muitos conflitos com famílias de agricultores de pequena produção que moram



Figura 8 – Presença de Dom Roberto F. F. Paz na Caminhada da Terra, São João da Barra, RJ.

Fonte: Pedlowski (2012)

Segundo a coordenadora da CPT em Campos, as expectativas para uma maior aproximação entre os movimentos sociais do campo e a Igreja Católica de Campos, são boas, mas para outro agente da CPT,

Não se muda uma realidade construída em anos, de uma hora pra outra. O bispo tem dado bons sinais de mudança da postura da Igreja Católica, mas nós da Pastoral da Terra não acreditamos que as coisas serão tão fáceis e rápidas. Tem muito usineiro e latifundiário ligado a Igreja e daqui a pouco eles vão começar a dar os gritos de insatisfação. Nossa luta pela reforma agrária em Campos vai continuar. (Agente CPT 3, Campos dos Goytacazes, 2011).

Realmente, apesar de o poder de influência da Igreja Católica ter diminuído consideravelmente na sociedade moderna, a religião cristã católica, especialmente em sua vertente mais conservadora, continua oferecendo elementos

na região destinada para a construção do porto e não querem ser desapropriadas do local. Vários estudos socioeconômicos e ambientais têm sido feita na região de Campos e São João da Barra, e as expectativas são que o Porto do Açú trará consequências não previstas pelos idealizadores do maior porto do Brasil. Recentemente houve um grande reboliço entre os assentados do Zumbi dos Palmares, pois se especulou que, dentre as obras do Porto do Açú, haveria a construção de um mineroduto que cortaria o assentamento e dessa forma, mais de 100 famílias teriam que ser reassentadas.

que servem de argumentos para a manutenção da estrutura latifundiária de algumas regiões do Brasil, como é o caso de Campos dos Goytacazes.

Como se pode perceber na fala do agente CPT 3, ainda é possível encontrar proprietários de grandes quantidades de terras, herdeiros da visão do movimento ultraconservador católico Tradição, Família e Propriedade no município de Campos.

4. A ATUAÇÃO DA CPT EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

4.1 – A fixação da CPT em Campos dos Goytacazes

No Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Pastoral da Terra é composta, na sua estrutura organizativa, por duas equipes de base. Uma equipe desempenha seu trabalho em Campos dos Goytacazes, região norte, e a outra equipe se concentra em Nova Iguaçu, região da baixada fluminense. A coordenação geral bem como a administração e contabilidade são realizadas em Campos. Tanto a equipe de Campos quanto a de Nova Iguaçu fazem parte da Regional CPT ES/RJ, que tem seu escritório na cidade de São Mateus, no estado do Espírito Santo.

A sede da CPT no Estado do Rio de Janeiro está localizada em Campos dos Goytacazes. Apesar de a maioria dos trabalhos rurais estado estarem concentrados nessa região do estado, o norte fluminense não foi a primeira localidade a ter trabalhos desenvolvidos pela Comissão Pastoral da Terra. Podem-se encontrar registros das primeiras atividades da CPT na baixada fluminense desde o ano de 1977, mas em Campos dos Goytacazes essa atuação começou quase que vinte anos mais tarde, em 1996.

Segundo Novick (1992), a CPT se fortaleceu no estado do Rio a partir do ano de 1979, principalmente por causa do apoio que recebia das paróquias da diocese de Friburgo, no sul do estado. Já no norte fluminense, esse apoio não acontecia principalmente pelo caráter tradicional da Diocese de Campos dos Goytacazes. Não existia um efetivo apoio por parte dos bispos às iniciativas da chamada Igreja Libertadora naquela região.

No início da atuação da CPT no sul do Rio é possível observar uma relação estreita entre a Pastoral da Terra e os Movimentos Sindicais naquela região. A CPT se empenhou na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu, mesmo existindo certa “disputa” com a FETAG na condução do movimento sindical.

A noção de direito, mais ampliada e fundada numa concepção de busca de uma nova identidade para trabalhadores levava a FETAG e a

CPT a discordarem sobre a legitimidade do trabalho com trabalhadores de perfil mais urbano. A CPT ganhava espaço com áreas de conflito em Nova Iguaçu e Caxias, consideradas urbanas e o presidente da FETAG acusava a CPT de incentivar “trabalhador de favela” a se tornar agricultor. (BARCELOS, 2007)

A CPT também lançou mão desse apoio aos trabalhadores de perfil mais urbano quando começou suas atividades no município de Campos. Como já foi abordando anteriormente, ao lado do MST, os agentes da Pastoral da Terra visitaram a periferia da cidade com o objetivo de mobilizarem os trabalhadores, que viviam em condições precárias, para uma grande ocupação na falida Usina São João.

O trabalho no norte do estado do Rio de Janeiro também foi pensando como tentativa de superar um período de desarticulação da equipe CPT na baixada fluminense:

É..., a pastoral chega aqui em 1996, com a chegada de M.I (primeira coordenadora da CPT em Campos) e a A.C, duas mulheres que foram chamadas para reestruturar a CPT no Rio de Janeiro. E a CPT tem uma trajetória, teve uma trajetória no estado do Rio mais na baixada né, e aí teve, ela foi desarticulada, fechou, a CPT tinha parado de funcionar exatamente neste período. (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Os primeiros agentes da CPT se fixaram em Campos dos Goytacazes em 1997 com a intenção anteriormente programada de trabalhar com os assalariados do corte da cana no município e região, mas também iniciaram uma atuação junto aos moradores do Novo Horizonte, o primeiro assentamento de reforma agrária do norte fluminense, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

Observa-se que a criação da Pastoral da Terra em Campos não foi uma iniciativa da população rural ou membros ligados à Igreja Católica do município. A primeira coordenadora da Equipe CPT do norte fluminense se deslocou da cidade de Cascavel no estado do Paraná, ou seja, de um contexto agrário distinto do Rio de Janeiro. Isso pode explicar a atuação e projetos da Pastoral da Terra em Campos que, na maior parte das vezes, se deram de forma programada e não construída com a população cujos trabalhos foram desenvolvidos.

As primeiras atividades da CPT tiveram como objetivo a aproximação do público alvo da Pastoral, ou seja, os assalariados do corte da cana e os assentados

do Novo Horizonte, que, em sua maioria, também eram trabalhadores da atividade canavieira. Os dois eixos que basicamente orientaram os trabalhos da CPT nesse momento foram a saúde e a educação como se pode observar nas falas de dois agentes que acompanham a pastoral desde o início de suas atividades em Campos:

Saúde na verdade foi o grande carro chefe, que era trabalhar com as plantas medicinais, e através disso organizando os grupos das pessoas reivindicando os direitos, é... falta escola, falta... o transporte está ruim, então a CPT ficou fazendo um pouco disso. (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Com relação aos trabalhadores rurais no corte de cana foi diferente um pouco, a CPT já trabalhou numa aproximação diretamente com os trabalhadores no corte da cana, já foi, começou com a alfabetização. Essa foi a melhor forma de se aproximar dos trabalhadores e aí, fazer esse trabalho de apoio, né... com os trabalhadores assalariados. (Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Junto aos cortadores de cana que moravam nas periferias de Campos e também com os assentados do Novo Horizonte foram promovidas “oficinas de saúde” que tinham o objetivo de conscientizar a população acerca das plantas medicinais e terapias alternativas. Nesses encontros, os assistidos eram incentivados a construir uma horta medicinal coletiva. E como relata os agentes, tais oficinas também se tornavam oportunidade para formarem politicamente esses trabalhadores.

Outro meio de se chegar até o público alvo foi pela alfabetização de adultos. Com essa atividade a CPT conseguiu se aproximar de muitos cortadores de cana. Naquele momento, a maioria dos assalariados da atividade canavieira era analfabeta ou tinha pouquíssima educação escolar, relatou um agente pastoral.

Nessas e outras atividades, a CPT não teve nenhum apoio da hierarquia da Igreja católica em Campos. Segundo os agentes, tentaram várias aproximações com o bispo da diocese, que chegou ao ponto de enviar uma carta à coordenação nacional da CPT e CNBB, pedindo o afastamento da Pastoral da Terra da cidade de Campos:

A pastoral quando veio pra Campos ela tentou várias aproximações, vários momentos com o bispo, mas o bispo não aceitou a pastoral, a ponto de mandar uma carta para o presidente nacional da CPT convidando a CPT a se retirar de Campos. Teve alguns momentos

conflituosos com a Igreja, então a Igreja não aceitou que a CPT fosse uma das pastorais sociais daqui (Agente CPT e Assentado, Campos dos Goytacazes, 2011).

Quando a pastoral da terra chegou aqui em Campos, o bispo não aprovou, então não é aprovada pela Igreja Católica. Então o que a M.I. (fundadora da CPT em Campos) falou pra ele, ela me contou isso, o que ela falou para o Dom Roberto da época, “olha a Pastoral da Terra, não é só Igreja Católica, ela é ecumênica, **então nós vamos procurar outra Igreja que nos apoie, seja anglicana, luterana, mas nós vamos ficar aqui.**” Enfrentou o bispo e ficou, e pronto acabou, mesmo sem autorização do bispo. Mas como é pastoral, tudo precisa de autorização de um bispo, aí me parece que era o bispo de Friburgo que dava um apoio aqui. Então sem aprovação da igreja católica da diocese, eles instalaram aqui (Professor da UENF, Campos dos Goytacazes, 2011, Grifo do pesquisador).

Pelos discursos acima apresentados, é possível perceber que a fixação da CPT em Campos reflete a existência de conflitos de posturas dentro da Igreja Católica. Tanto é que para a CPT a atividade pastoral por eles realizada teve maior peso do que a obediência à hierarquia da Igreja, postura essa que, inclusive, é valorizada no meio católico. A última fala, sobretudo indica, por meio do realce de que a CPT tem uma postura ecumênica, que a atuação dos agentes seria alternativa e independente da diocese de Campos.

No entanto, mesmo lançando mão de sua postura ecumênica, em Campos dos Goytacazes a CPT também não conseguiu apoio de outras Igrejas Cristãs, até porque em Campos, não foi possível encontrar naquele momento igrejas evangélicas²¹ que se sensibilizarem e se mobilizassem para causas e movimentos sociais, como foi o caso da Equipe CPT do Espírito Santo, que faz parte da Regional CPT RJ/ES. Lá, a Pastoral da Terra tem grande incentivo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

O apoio de membros da Igreja Católica que a CPT recebeu no município de Campos dos Goytacazes ficou por conta de alguns padres redentoristas, como fora relatado.

A CPT em alguns lugares ela é mais **igrejeira**, aqui como não tem uma igreja parceira, nunca teve, talvez agora que o bispo está sinalizando um pouco, então a gente sempre caminhou como **pastoral independente da igreja**, pelo contrário, até bem via diferente...

²¹ Na história da CPT no Brasil, as duas Igrejas Evangélicas mais envolvidas com as atividades da Pastoral da Terra são a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Igreja Anglicana, mas nenhuma dessas tem sede em Campos dos Goytacazes.

porque **se fosse com o apoio da igreja daqui não tinha progredido tanto...** em alguns lugares você até encontra grupos e alguns padres libertadores com uma perspectiva, mas aqui seria terrível, a gente sempre teve o apoio do convento dos padres redentoristas que é o padre Fonseca que estava aqui até o ano passado, que era nosso parceiro de Campos, então no despejo, como já teve várias vezes, cachorro, spray de pimenta e ele tava lá na frente, e dizia “se tiver de passar em cima de alguém que seja primeiro em cima de mim” então ele nunca falhou, seja numa ocupação de madrugada, ele é bem idoso, mas a gente teve essa relação aqui com a Igreja, nesta perspectiva da pessoa dele né? e aí lógico dentro do convento, ele abria algumas portas, conseguia alguns apoios, as vezes era um recurso, as vezes era um espaço físico pra fazer algum encontro, mas a diocese aqui não. (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011. Grifo de pesquisador)

O fato de a CPT em Campos não ser “igrejista”, como relatou um agente pastoral, ou seja, não ter uma vinculação direta à cúpula diocesana, traz um caráter de independência da Pastoral como, por exemplo, a fixação da CPT em Campos mesmo sem autorização do bispo diocesano. Além disso, o distanciamento da estrutura formal da igreja é enxergado pelo entrevistado como algo positivo, sendo o aspecto que confere êxito às atividades realizadas pela CPT.

No entanto, essa postura de estar “desligada” da hierarquia católica de Campos foi vista de forma negativa por outras organizações religiosas e dificultou algumas parcerias como observa um padre redentorista:

É bem verdade que a Igreja de Campos tem um pé na tradição que dificulta o relacionamento com a Pastoral da Terra, que tem um caráter mais social e libertador. Mas também o pessoal da CPT, às vezes, não colaboram muito por causa do discurso extremamente marxista. A parceria dos Redentoristas acho que veio pra resgatar um pouco esse sentido de igreja do grupo, senão fica só num discurso político. Foi o padre Fonseca que começou a trabalhar mais essa questão dos sacramentos, batismo, primeira comunhão nos assentamentos e foi tentando trazer de volta o pessoal da CPT para a realidade de Igreja (Padre Redentorista, Viçosa, 2012. Grifo de Pesquisador).

O fala do padre parece apontar para duas críticas. A primeira se relaciona ao tradicionalismo da Igreja Católica e a outra crítica ao viés ideológico da CPT. Neste sentido, Martins (1994) afirma que grupos políticos de esquerda impuseram uma visão de mundo que acabou convencendo os agentes da CPT que seu trabalho deveria ir além dos limites da Igreja e da evangelização, estendendo-se além dos seus espaços de atuação. Para o autor, isso fez com que, gradualmente, o trabalho

realizado pelos agentes em algumas localidades rurais passasse a ter uma conotação de um momento do “processo político”, mas objetivo maior estaria numa transformação política. Isso explicaria o trabalho da CPT na organização de sindicatos, do partido dos trabalhadores e pela consolidação do MST, como caminhos para viabilizar a transformação maior que era almejada pelos trabalhadores rurais.

Também se pode perceber que apesar do peso institucional da Igreja Católica e a busca por um discurso comum, algumas relações entre as organizações religiosas com trabalhos sociais de visão libertadora ou progressista, como é o caso da CPT, e as lideranças católicas de Campos se dão a nível mais pessoal do que institucional. Uma ilustração disso é que quando perguntado se os religiosos Redentoristas vieram a receber alguma notificação do bispo por terem alguns membros da congregação apoiando a Pastoral da Terra em Campos, o padre entrevistado disse:

Não, o não apoio do bispo de Campos não quer dizer que todos os religiosos e leigos católicos da cidade também não devem apoiar as iniciativas sociopolíticas como da CPT. **Essa era uma postura dele, do bispo**, e está certo que isso influenciou muita gente próxima dele que estava mais ligada na administração da diocese, mas também muitos religiosos e outros leigos foram influenciados pela postura mais aberta do padre Fonseca, redentorista. Nós também **temos nossa autonomia** e tentamos usar para **edificar os trabalhos da Igreja** (Padre Redentorista, Viçosa, 2012. Grifo de pesquisador).

Essa fala também revela que a dinâmica de conflitos internos e posições divergentes sobre determinados assuntos que ocorrem dentro da Igreja Católica também se confirma na realidade da atuação da Comissão Pastoral da Terra em sua mobilização pela reforma agrária em Campos. Existe um grupo católico que repudia a atuação da CPT, enquanto outro apoia e até se dispõe a participar assiduamente das atividades da Pastoral da Terra no município.

A autonomia da congregação também foi realçada pelo padre redentorista, mas num sentido distinto da autonomia atribuída aos agentes pastorais da CPT. Por mais que os padres redentoristas possam se posicionar diferentemente do bispo diocesano de Campos, a preocupação última é a edificação da Igreja, discurso este que não aparece junto aos agentes da CPT.

O fato de ser reconhecida e ter uma autonomia concedida pela instância máxima da Igreja no Brasil, a CNBB, fez com que a Comissão Pastoral da Terra se tornasse um órgão de fronteira eclesial, conforme Mitidiero Junior (2009). Neste sentido, nota-se que a própria Igreja Católica cria, sem prévia intenção, mecanismos que permitem sua chegada até mesmo aonde ela “não quer chegar”, ou seja, a instância maior da Igreja, CNBB, acaba concedendo que a CPT, também representando a Igreja, chegue a lugares que a instância menor, diocese, não chegaria por conta própria, como a situação da diocese de Campos e os assentamentos da região.

Ser ecumênica em sua concepção e estar entre uma eclesialidade ecumênica faz da CPT uma pastoral que se coloca também entre igrejas e religiões e dessa forma, o seu arcabouço simbólico e de ideias, de acordo com Geertz (1989), se torna ainda mais capaz de ultrapassar os limites institucionais católicos. Sendo assim, a aparência ideológico/religioso da Pastoral da terra é plausível de ser absorvido, por exemplo, tanto por um católico praticante quanto por um não cristão que relacione prática religiosa com conquista de direitos e cidadania. Enfim, não é preciso ser católico para ser membro da CPT e isso acaba por limitar a autonomia eclesial de um bispo diocesano, como aconteceu em Campos dos Goytacazes.

4.2 – Agentes da CPT e as fontes de recursos para a atuação em Campos

A equipe da CPT de Campos é composta em sua estrutura organizativa de 7 agentes pastorais envolvidos diretamente nos trabalhos da Pastoral e outros 3 agentes que dão suportes em determinadas atividades. Apenas a coordenadora da equipe é o que a CPT denomina de um “agente liberado”, ou seja, recebe uma ajuda de custo para se dedicar de forma integral às atividades da Pastoral da Terra como planejar, organizar e prestar contas dos eventos e atividades realizadas pela CPT em Campos e região.

Dentre os agentes pastorais mais envolvidos e outros colaboradores das atividades da CPT, encontram-se trabalhadores rurais assentados, filósofo, fisioterapeuta, geógrafo, assistente social, universitário, professor, funcionário público da prefeitura de Campos e outros. A partir dos relatos coletados, pode-se considerar que essa equipe de agentes da CPT de Campos está em sua segunda

geração de corpo voluntário. A grande maioria começou a trabalhar na Pastoral da Terra a partir do ano de 2006 e somente um agente atua junto a CPT desde sua criação em Campos em 1996.

A CPT tem alugado um escritório/sede com telefone e internet que fica em Travessão, distrito de Campos e também dispõe de um carro para locomoção dos agentes pastorais e/ou pessoas que participam de algumas atividades promovidas pela Pastoral da Terra. Portanto, é mantida uma estrutura que despense gastos fixos mensais e sobre a captação de recursos para funcionamento da CPT, tem-se:

Basicamente o nosso trabalho tem apoio solidário de entidades internacionais religiosas. Igrejas principalmente da Alemanha, Áustria e Holanda. Essas igrejas fazem arrecadações solidárias e comunitárias que são enviadas logo após aprovação dos projetos da CPT que enviamos para eles. Também captamos alguns recursos públicos, mas para projetos culturais. Nós não captamos recursos públicos para manter estrutura, por exemplo, pagar gente, nada disso. Isso é uma definição política que a Pastoral da Terra tem aqui em Campos (Agente Pastoral 5, Campos dos Goytacazes, 2011).

Ainda sobre a captação de recursos para execução de diversos projetos da CPT, observa-se que a equipe em Campos tem passado por uma crise:

a maior parte dos projetos nossos, o forte, digamos assim... o recurso maior, digamos assim vem de fora e com a questão do Brasil ter superado algumas questões financeiras que eram muito fortes, então essas instituições internacionais estão deixando de apoiar, e falam "bom agora a gente vai pra outros lugares que estão precisando, tipo a África". Então a Pastoral tem diminuído assim, drasticamente seus recursos (Agente Pastoral 3, Campos dos Goytacazes, 2011).

Quanto ao fato de não acessar recursos públicos, observar-se que além de ser uma opção da CPT também apresenta outros aspectos interessantes, como esse discurso de autonomia ou crítica ao estado:

A CPT tem uma linha e algumas até pegam recurso público, mas no geral, não sei como está nacional, mas aqui a gente sempre teve uma posição, pra garantir uma autonomia, a gente não pegar recurso do governo, a gente até incentiva pra que sejam criadas as associações e cooperativas pra que elas busquem, porque é direito (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Eu vejo a Pastoral, como todos os movimentos, vamos dizer assim... Ah, a pastoral é um movimento, o que que ela é? É difícil até dizer o que é a Pastoral, entendeu? Se isso aqui é ONG, porque ela tem CNPJ, alguém pode entender que seja uma ONG, mas não é uma ONG. Também não é uma Consultoria, também não é um Movimento, entendeu? Então hoje, ela pode até ter CNPJ, mas eu vejo que a CPT hoje são pessoas, são cidadãos críticos, pessoas que tem uma visão de libertação. E como nós temos essa visão de libertação, nós temos aquela autonomia de criticar, e quem que você mais critica hoje? É o estado, é a inoperância do Estado. Como que você vai acessar política pública, com que você vai acessar recurso público se... ah mas é um direito! Pode ser um direito acessar recurso público pra denunciar o estado, é você acessar e ser cortado, rsrs... e ser cortado... então... e às vezes esses projetos de manutenção eles já vem com a regrinha. Olha, você acessa para o curso de formação, pra isso e aquilo outro, você pode neste momento ter uma certa autonomia de criticar o estado, e aí você faz uma reforma e depois faz outra, você cria perspectiva, você cria demanda e depois não pode dar continuidade (Agente CPT e Assentado, Campos dos Goytacazes, 2011).

Para além da estrutura hierárquica da Igreja Católica, a autonomia para os agentes da CPT também é relativa ao Estado, principalmente no sentido de criticar a forma como são instrumentalizadas as políticas públicas.

Outro agente pastoral se remete à limitação de conhecimentos técnicos por parte dos agentes da CPT:

Quanto aos recursos do governo, a pastoral da terra tem um pouco de... é... alguns núcleos da pastoral da terra não acessam recursos do governo por questão política né... entendem que essa questão do recurso público... assim... essa questão de recurso de governo eles não acessam... Aqui em Campos acessou em 2006, acessou um recurso que veio a partir de um projeto com a Petrobrás, que é projeto balcão de direito, esse projeto ajudou muito nesse sentido, mas aí assim, tem uma dificuldade também na prestação de contas, com essa questão de... exige muito conhecimento de economia, questões mais burocráticas e os agentes da pastoral tem essa dificuldade né, de administrar isso... embora agora todas as instituições tem exigido mais essa questão de uma prestação de contas que exigem outros conhecimentos né... (Agente Pastoral 4, Campos dos Goytacazes, 2011).

Nota-se que, apesar de ter um corpo de voluntários que, em grande parte, tem ensino superior e outras formações acadêmicas e profissionais, a CPT em Campos não passou pelo processo de “onguização”, como definiu Burity (2008). Ao contrário de muitas ONGs ligadas à Igreja Católica, a CPT em Campos não se preocupa com uma boa administração, no sentido financeiro, mas privilegia o caráter militante e ideológico da Pastoral da Terra. A partir da análise de alguns

projetos da CPT, pode-se verificar que o planejamento das atividades e prestações de conta se dão de forma bastante simples, sem muita estratégia ou postura empreendedora. Neste sentido tem-se a fala de um agente:

A nossa equipe CPT aqui de Campos é... tem optado por fazer um trabalho mais de base mesmo, a gente tenta seguir as diretrizes propostas no ultimo congresso nacional da CPT. Estamos voltando ao trabalho de base, ao “cara a cara” com o trabalhador do rural e assim percebendo melhor suas necessidades. Algumas vezes a gente consegue ajudar, outras nem tanto. Não a gente não fica muito preocupado com essas questões burocráticas não (Agente CPT 6, Campos dos Goytacazes, 2011).

A diminuição drástica de recursos, como foi apontada por todos os agentes entrevistados, tem inviabilizado algumas iniciativas e a participação de alguns trabalhadores rurais em determinadas atividades da Pastoral, o que tem gerado certo desânimo na maioria do corpo voluntário:

A pastoral pagava a alimentação e o transporte para alguns assentados e acampados participarem da escolinha²². Isso facilitava muito a chegada dos companheiros, pois a escolinha acontecia na UFF, no centro de Campos (...). Depois o recurso da Pastoral começou a diminuir e a pastoral não tava tendo condições de bancar a alimentação e transporte e então preferimos ficar com a questão da alimentação e aí alguns já não conseguiram chegar por não terem condições de pagar o transporte... (Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Percebeu-se que com relação à falta de recursos ou acesso a recursos públicos não se encontra um discurso comum entre os agentes pastorais. Para um agente CPT, ter muitos recursos para execução de “mega projetos” como ele chamou, pode ferir a militância de organização política e social, que, para esse agente, seria um dos princípios da CPT:

Na verdade, **eu defendo que quanto menos recurso a gente trabalha melhor**, não pra assistência técnica, que é uma coisa que a pessoa precisa de emprego, estou falando na linha da militância de organização política e social, entendeu? Eu estou esses anos todos como voluntária e eu defendo que essa militância, quanto menos se profissionalizar neste sentido. Conheço projetos elefantes brancos, com muito dinheiro, que ficaram parados. O próprio INCRA, se vc for

²² Refere-se à “Escolinha de Agroecologia”, uma iniciativa da CPT juntamente com o MST em Campos. Esse tema é mais bem abordado ao longo deste capítulo.

lá no Novo Horizonte, tinha toda uma bolandeira lá que ficou 15 anos lá e nunca fez um grão de farinha, então isso que é construindo de uma forma meio assistencialista, ou sem luta, eu não levo fé (...) Eu acho que é buscando outras formas alternativas de romper com o assistencialismo, por que já são assentamentos antigos, então os assentados tem condições de bancar com o transporte por exemplo de 1 real, tem como organizar um caixa, se vc for em Minas, o pessoal vai para o encontro com seu próprio recurso em grande partes das comunidades que a CPT trabalha né... ou no Espírito Santo, e aqui que se criou, porque como era realmente muito pobre, os assentados também tinham uma dificuldade muito grande, numa extensão territorial enorme, acesso difícil de transporte coletivo, então várias atividades ficaram garantindo isso, o transporte, então tem um ônibus pra buscar, levar em casa, alimentação garantida, então as pessoas levavam uma fruta ou uma coisa, ah não, mas o grosso a CPT tinha que financiar, então foi criado um vínculo, na minha perspectiva, muito assistencialista (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011. Grifo de Pesquisador).

A partir da fala deste agente, também é possível apreender o caráter mais ideológico da Comissão Pastoral da Terra que insiste no distanciamento do sistema capitalista.

Verificou-se que entre os agentes pastorais e em seus planejamentos, existe uma preocupação muito grande em não desenvolver projetos assistencialistas. Procura-se incentivar a autonomia dos assentados ou outros públicos com os quais a CPT tem desenvolvido algumas atividades. No entanto, não existe um consenso do que vem a ser assistencialista ou não. Por exemplo, para alguns agentes o fato de a CPT pagar o transporte para os assentados participarem da escolinha de agroecologia não se constitui num assistencialismo, enquanto que para outros, como exposto na ultima fala, isso acabou criando um vínculo assistencialista entre a CPT e os assentados e prejudicou a autonomia dos assentados.

De fato, existem distintas perspectivas e visões dos agentes sobre os trabalhos dentro da Equipe CPT de Campos, no entanto uma perspectiva é com: a grande maioria dos voluntários da Pastoral em Campos se engajou no trabalho por causa do “movimento”, pela militância, pelo “prazer da luta” como um agente disse:

apesar de toda falta de recursos, a CPT não parou com suas atividades em Campos, porque nós ainda acreditamos nessa luta (Agente CPT 6, Campos dos Goytacazes, 2011).

Alguns agentes não têm ligação direta com a Igreja Católica e conheceram a CPT nas diversas manifestações como relatou um deles que é funcionário da prefeitura municipal de Campos:

Eu conheci o trabalho da Pastoral quando eles organizaram junto com o MST uma ocupação na sede da Secretaria de Educação da Prefeitura de Campos, onde eu trabalho. Desde desse dia que me simpatizei com o trabalho do pessoal que me tornei voluntário. (...) vou com meu carro mesmo pro Zumbi, não ganho nada... (Agente CPT 5, Campos dos Goytacazes, 2011).

Mesmo tendo um quadro diversificado de agentes e perspectivas de trabalho, a equipe da CPT de Campos procura sempre estar de acordo com as diretrizes advindas das assembleias regionais que acontecem a cada dois anos, assim como as orientações da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra.

Atualmente a CPT de Campos se faz presente em diversas iniciativas no município como: Movimento pela Educação do Campo, Comitê de erradicação do trabalho escravo, Acompanhamento de comunidades quilombolas²³, Movimento Fé e Cidadania dentre outros. No entanto, os trabalhos que mais destacam a atuação da equipe da CPT em Campos são aqueles desenvolvidos juntos aos assentados de reforma agrária na região, principalmente do assentamento Zumbi dos Palmares, que a Pastoral da Terra tem atuado desde o primeiro dia da ocupação que deu origem ao assentamento.

4.3 – A relação entre CPT e MST em Campos

Não é possível contar a história da CPT no norte fluminense não se remetendo à sua relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro. Segundo os relatos dos agentes pastorais, a chegada do MST em Campos dos Goytacazes, logo depois da Comissão Pastoral da Terra, não foi um combinado entre as organizações, mas teria se dado de forma

²³ A região norte-fluminense possui dez comunidades de remanescente quilombola com processo de regularização aberto no INCRA, seis delas se localizam no município de Campos: Conceição do Imbé; Gleba (Aleluia, Batatal e Cambucá); Sossego, Lagoa Feia, Morro do Coco e Quilombinho de Conselheiro Josino (BASTOS, 2011). O trabalho com os Quilombolas tem crescido na CPT de Campos, e por vezes são analisados como público mais próximo das ideias da CPT, sobretudo por não possuir uma visão capitalista da terra.

coincidente e profética. Para os agentes, a chegada da CPT teria sido um plano de Deus para denunciar as injustiças que aconteciam naquele município.

Casou aqui na região norte, de a vinda da CPT cair no mesmo período do MST, não foi uma coisa combinada não, foi uma coisa muito interessante né... parece que questão de um mês de diferença do outro, a CPT veio, e um mês ou dois, o MST se instalou também aqui, então parece que estava profeticamente falando, parece que estava escrito esse encontro histórico do Movimento Sem Terra com a Pastoral CPT. (Agente CPT e Assentado 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Coincidentemente, sem combinar a CPT com o Movimento, o MST está organizando uma grande ocupação aqui, exatamente neste período, não sei se você já pegou toda essa história aí do Zumbi, quando o MST chega, então aí sabem da Ínes (coordenadora da CPT naquela ocasião), procuram, começam uma conversa e logo em 98 sai o Assentamento Zumbi dos Palmares. (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

A atuação da CPT em Campos dos Goytacazes passou a ter uma nova cara a partir da parceria entre os agentes pastorais e das lideranças do MST na organização do acampamento na Usina São João, que mais tarde se tornou o Assentamento Zumbi dos Palmares. Se por um tempo a Pastoral teve uma atuação pontual junto a pequenos grupos de assalariados do corte da cana e assentados, ao lado do MST atingiu um público muito maior e contribuiu, de forma significativa, na formação sociopolítica dos cortadores de cana e outros trabalhadores rurais ou urbanos sem terra do norte fluminense.

Foi com o apoio e indicação da Pastoral da Terra, que já tinha um prévio conhecimento da realidade agrária de Campos, que o MST fez uma grande mobilização junto aos cortadores de cana e demais trabalhadores que se encontravam numa situação crítica nas regiões periféricas do município. Como foi apresentado, foi por meio dessa mobilização que veio a acontecer o primeiro acampamento de trabalhadores rurais organizado pelo MST no estado do Rio de Janeiro.

A gente fez algumas reuniões com o MST em comunidades periféricas, em favelas mais rurbanas, mas que eram assalariados da cana que estavam lá. Como aqui em Travessão (distrito de Campos) que é rurbano, um polo importante que a CPT trabalhou bastante a conscientização pela reforma agrária no município (Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Antes de fazer a ocupação, primeiro foi, eu fui, o pessoal da CPT foi, mais diversas pessoas do MST fomos lá na Usina pra sondar, pra saber, porque eles não botam o povo em qualquer situação. (Assentado 3, Campos dos Goytacazes, 2011).

Em relação à mobilização da população urbana Dom Balduino (2011), um dos fundadores da CPT, não demonstra preocupação, ainda que ela apresente um caráter religioso diferente da tradição da população rural. Para ele, a proposta do MST passa também por ocupar as cidades, pois a maior parte da população seria moradores urbanos e estariam vivendo à margem, desempregados. Seriam pessoas que foram expulsas de sua terra e, assim, o MST deve levar a discussão da reforma agrária para estes setores urbanos.

Como observa Lewin (2005), a CPT tem sido a parceira mais constante do MST no norte fluminense. A autora relata que a chegada do movimento dos sem terra em Campos também teve a ajuda de partidos políticos e sindicatos, mas foi o apoio da Igreja, ainda que pequeno, pois na época tal apoio era exclusivo da Pastoral da Terra e de alguns padres da Congregação Redentorista, que mais contribuiu na mobilização dos cortadores de cana e para a grande ocupação da falida Usina São João. A CPT continuou muito atuante no acampamento, que depois viria a se tornar o grande Assentamento Zumbi dos Palmares, e ajudava principalmente na área da saúde. A Pastoral mantinha um ambulatório médico dentro do acampamento e ensinava os acampados a manejarem uma horta de plantas medicinais. Algumas lideranças da CPT também participavam da coordenação geral do acampamento.



Figura 9 - Acampamento Zumbi dos Palmares, parceria entre MST e CPT.
Fonte: Escritório da Equipe CPT de Campos

A Comissão Pastoral da Terra também procura fazer-se presente em outras ocupações organizadas pelo MST. Mas, segundo os agentes pastorais, atualmente o envolvimento da CPT é menor quando se trata de novos acampamentos e assentamentos na região e a justificativa é a redução no quadro de agentes e recursos da Pastoral bem como o tempo despendido nas outras atividades já assumidas. No entanto, se tratando da parceria entre CPT e MST em Campos dos Goytacazes, pode se afirmar que ela não se restringe a organização de acampamentos e assentamentos na região, mas se estende também para outras iniciativas como é o caso do Comitê de erradicação do trabalho escravo do norte fluminense e a mobilização para se implementar o projeto Escola do Campo na região.

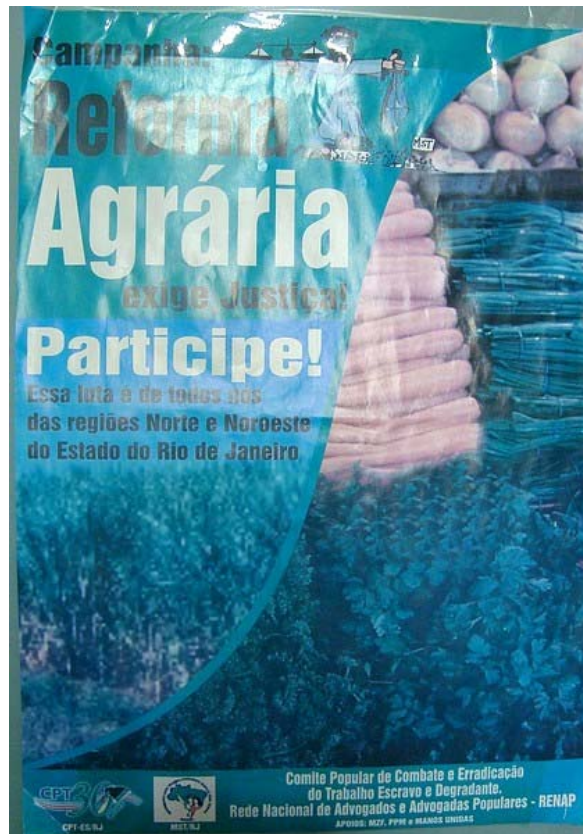


Figura 10 - Cartaz do Comitê de Combate a Erradicação do Trabalho Escravo. Parceria CPT-ES/RJ e MST/RJ

Fonte: Dados da Pesquisa

Apesar da forte ligação entre a CPT e o MST em Campos dos Goytacazes, a relação entre tais organizações, como era de se esperar, não está isenta de conflitos como se pode perceber a partir da fala de um agente pastoral:

Alguns militantes do MST aqui em Campos que não conhece a história da CPT e por ela estar envolvida com o trabalho de apoiar os trabalhadores rurais sem terra, e ela não abre mão disso do seu foco de trabalho, acaba alguns militantes não entendendo isso, e vê ela como uma concorrente, e na verdade ela não é. (Agente CPT 3, Campos dos Goytacazes, 2011).

Mesmo com essa observação do agente CPT, o que prevalece em Campos dos Goytacazes é uma parceria constante entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Equipe da Comissão Pastoral da Terra do norte fluminense. Tanto isso verdade, que muitas vezes os próprios agentes da CPT se referem a outros agentes pastorais ou militantes do MST como sendo “do movimento”. Ao que tudo indica, ser do movimento é estar junto, é poder contar com a pessoa, é

ser do movimento a favor da reforma agrária, sendo da CPT, do MST, assentado, professor, etc.. Em Campos, a CPT e o MST são as duas organizações que apresentam um histórico coincidente de luta pela reforma agrária na região, e os militantes e agentes pastorais acabam se identificando e se apoiando muito no trabalho com a população rural.

Outra possibilidade que pode ter ajudado a consolidar essa parceria constante do MST e CPT em Campos é o fato de a Pastoral da Terra não ter tido a aceitação da diocese e não ser tão “igrejeira” em seus princípios de atuação, como relatou um de seus agentes. Isso poder ser uma explicação porque, como observou Zander Navarro²⁴, a valorização dos princípios religiosos e missionários também pode ser considerado como um elemento que favoreceu a ruptura entre lideranças da CPT e do MST que nos anos 90 teriam conquistado maior autonomia e já não precisam da mediação dos militantes de ideologia religiosa.

4.4 – A CPT no Assentamento Zumbi dos Palmares

A equipe da CPT de Campos dos Goytacazes tem no Assentamento Zumbi dos Palmares o lugar onde foram “inspirados” a grande maioria dos seus trabalhos desenvolvidos desde sua fixação no município no ano de 1996. Não se trata do único assentamento na região em que CPT realiza suas atividades, mas no Zumbi nos Palmares é possível perceber e avaliar os ideais da CPT concretizados na sua atuação junto aos assentados da região.

A CPT e o MST, como foram relatados anteriormente, se apresentam como entidades marcantes no processo de organização social do Assentamento Zumbi dos Palmares e, por vezes, são também percebidas, por alguns assentados, como sendo do mesmo “movimento”. A identidade de sem terra do acampamento Zumbi dos Palmares e posteriormente de assentado de reforma agrária foi e continua sendo construída a partir da soma principalmente da CPT e do MST, que hoje são reconhecidos como maiores articuladores do “movimento” pela reforma agrária em Campos.

Mas apesar desses reconhecimentos, atualmente, tanto a CPT quanto o MST não têm encontrado uma recepção favorável dentro do Assentamento Zumbi

²⁴ Notas de aulas que o professor Zander Navarro ministrou para alguns alunos do mestrado e doutorado em Extensão Rural da UFV durante o mês de Maio de 2012.

dos Palmares, por parte de alguns assentados, principalmente aqueles mais engajados nas associações do assentamento. Como ilustração tem-se a forma como o pesquisador foi abordado pela presidente de uma das associações no Zumbi dos Palmares:

Você por um acaso é do movimento? Se for do MST ou da CPT eu não tenho nada pra falar não! Às vezes eles ficam querendo saber o que a gente tá tramando, mas agora eu tô ficando esperta, não quero saber deles ficarem fazendo a cabeça dos assentados pra depois ficarem contra mim. (Presidente de Associação no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, 2011).

Segundo um agente da CPT, essa postura de alguns presidentes de associações em relação à CPT e o MST não deve ser generalizada para todos os assentados, mas esse mesmo agente reconhece que o “movimento” tem uma relação frágil com certas lideranças no assentamento. Pelo que se pode observar a dificuldade de relacionamento entre CPT, MST e presidentes de associações se concentra principalmente em dois setores do Assentamento Zumbi dos Palmares. Com as lideranças dos outros três setores, não foi percebida divergência com essas duas entidades.

Para um agente da CPT, a explicação seria a seriedade tanto da Pastoral da Terra como o Movimento dos Sem Terra:

o que acontece muitas vezes é assim... aquela liderança tem dificuldade de relacionar com o movimento, eles acabam não passando as informações que a gente dá pra frente... então a dinâmica agora é outra... ao invés de ir lá no presidente da associação, a gente vai direito em algumas pessoas, e pede pra um avisar o outro... não mais os presidentes. Até porque são presidentes da associação que já estão há muito anos nessa função, e muitos vícios vão sendo adquiridos ao longo do tempo. E esse movimentos a CPT e o MST são grupos assim que pela própria dinâmica né... de construção de denúncia, eles acabam muitas vezes despertando um certo medo de se envolverem porque na dinâmica da vida acabam cedendo por um lado e isso com certeza ficam com medo de serem mascarados. Então a gente olha muito por esse lado, que eles tem essa dificuldade de se aproximar até mesmo pela seriedade desses movimentos né? a CPT e o MST... a gente percebe um pouco isso... (Agente CPT e Assentado 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Pode se perceber, pela fala do agente da CPT, que o problema sempre está nos outros, ou seja, para os agentes pastorais a CPT e o MST são instituições

sérias e não precisam passar por um processo de avaliação de suas próprias práticas, pois o que tem dificultado o desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares é a própria reação dos assentados.

Segundo Lewin et al (2005), esse desentendimento entre lideranças do assentamento e lideranças da CPT e MST, tem sua gênese nos primeiros meses do processo de organização do Assentamento após a desapropriação das fazendas da Usina São João. Tendo em vista que o parcelamento dos lotes ainda não era uma questão resolvida pelo INCRA, as lideranças comunitárias do acampamento, por orientação do MST e CPT, decidiu tomar providências neste sentido e contratou os serviços da Escola Técnica do município, pagando pela contratação das tarefas estipuladas com um dinheiro proveniente do corte de cana de uma plantação que havia em uma parte das fazendas ocupadas. Tal corte foi executado pelas famílias recém-assentadas no Zumbi dos Palmares.

No início desse processo não houve conflito entre os assentados, pois as lideranças comunitárias garantiram que o INCRA aceitaria o laudo expedido pelas instituições contratadas, o que não ocorreu. Lewin et al (2005) afirma que quando os assentados tomaram conhecimento disso, começaram a indagar sobre a validade do pagamento, que estaria nas mãos das líderes comunitários juntamente com o MST e a CPT. Também começaram a discutir sobre a origem do dinheiro que certamente poderia ter sido mais bem aproveitado pela comunidade assentada. Desde então, alguns assentados recebem com desconfiança atividades desenvolvidas ou reuniões informativas do MST ou CPT no assentamento Zumbi dos Palmares.

Por maiores que fossem os esforços empreendidos pelo MST e a CPT na tentativa de convencerem os assentados para aderir ao sistema das agrovilas, acabou por ser implantado o modelo do parcelamento de lotes individuais (LEWIN et al, 2005). Mesmo com todo esforço para despertar uma coletividade e maior cooperação dentro do assentamento, esse empreendimento não alcançou os resultados esperados, pelo contrário, acontecem muitos desentendimentos no Zumbi dos Palmares e isso já causou até mortes²⁵.

²⁵ Segundo alguns moradores do assentamento, o Zumbi dos Palmares tem se tornado um lugar perigoso, de brigas constantes entre os assentados e isso, já resultou em algumas mortes e muitos “sumiços” de pessoas. Essa tem sido uma das causas de desistência de alguns assentados.

A partir das entrevistas com os assentados e agentes pastorais, notou-se que a CPT não se envolve diretamente nesses conflitos internos que acontecem no assentamento. Essa postura pode ser percebida na seguinte fala de um assentado agente CPT:

aí que surge essa visão que eu tenho, é uma visão pessoal que eu vejo, que quando as pessoas se tornam assentados, por mais que o MST tenha trabalhado junto com a Pastoral da Terra de trazer formação, **mas os vícios continuam**, um ou outro você consegue avançar um pouco no entendimento político e interno da organização, e esses conflitos surgem porque fulano entende de uma forma, o outro entende de outra. Você vê várias, tem pessoas que são de origens de associações de moradores de comunidades, então veio **pra cá cheia de vícios, cheia de problemas**, mas eu vejo que a culpa não é do MST nem da CPT, é uma culpa de toda a sociedade brasileira, é do estado. O estado se não cumpre com sua função, né... deixa de cumprir sua função, **vai deixando a sociedade viciadas em outras questões**, O movimento não é um movimento que exclui ninguém, é um movimento que agrega, então... a pastoral tem dificuldade, o MST também tem dificuldade, qualquer outra organização de apoio vai ter dificuldade, porque é um problema de estado, não é um problema desse movimento. Então algumas dessas pessoas assumem um cargo de liderança, e aí começa o racha, se não vai com a cara do modo da CPT atuar ou do MST, começa a surgir os problemas, os **conflitos**, porque ele não entendeu o objetivo das duas entidades, não entendeu que é... **esses conflitos eu vejo muito o individualismo**. Se você desencarnar o individualismo, partir para uma visão mais social, uma visão mais socialista, você vai entender, você vai superar esse conflitos, se não tiver esse, se a pessoa não avançou nesse sentido, vai ter sempre conflito, e aí eu acho que a entidade não deve entrar nesses conflitos né... ela deve tentar resgatar os que estão mais próximos de entender o processo, porque se entrar nesse conflito piorou, né... vai virar... então eu tive essa visão pelo seguinte, em todos os momentos que a gente está atuando convocado pela pastoral ou pelo MST, você está ali como a entidade, então você não pode tomar partido nesses conflitos, a gente pode ser o moderador em determinadas situações, “para pra pensar, vai refletir” mas tomar partido numa situação esse conflitos não, é melhor chamar para uma conversa, pra refletir, pra que cada um passe a entender o processo (Assentado e Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011).

Percebe-se claramente na fala do agente CPT uma associação entre vício e conflito, que por sua vez seria decorrente da vivência do individualismo, característica que distante da coletividade preconizada pela Igreja é remetida atualmente como consequência do capitalismo na sociabilidade dos assentados.

Vale ressaltar, como mencionado anteriormente, que dois agentes pastorais são assentados no Zumbi dos Palmares, inclusive a atual coordenadora da Equipe da CPT de Campos. E neste caso, estando constantemente no assentamento, se

envolver diretamente em determinados conflitos internos se torna até mesmo uma atividade de sérios riscos²⁶ como observou um dos assentados:

Aqui tem gente que mata mesmo, tem gente que já matou e o povo não fala quem é... tem gente jurado de morte, é... tem de tudo aqui... não dá pra ficar falando qualquer coisa não, tem que ter cuidado e saber quem são os perigosos... (Assentado 4, Campos dos Goytacazes, 2011).

Ainda sobre os conflitos internos e as dificuldades de cooperação um técnico da COOPERAR²⁷ disse:

Então, lidar com gente é um negócio complicado, vaidade, poder... Geralmente eles abrem uma associação, uma cooperativa, aí não conseguem unir... no núcleo 5, ele é todo picadinho. Imagina, o Zumbi todo, acho que é o maior assentamento no estado no rio de Janeiro. Não conseguem, é essa confusão... (Técnico da COOPERAR, Campos dos Goytacazes, 2011).

Novamente pode ser observado que o “individualismo e a visão mais capitalista da terra de muitos assentados”, são, para os agentes pastorais, elementos que dificultam o discurso e incentivo da coletividade por parte da Pastoral da Terra no assentamento. O comunitário em relação à ocupação de terras e assentamentos, como aponta Martins (1994), tem muito a ver com a própria tradição da Igreja em relação às formas de vida; um pouco a recuperação da tradição das populações rurais que possuem bases do pensamento da Igreja.

A realidade do Zumbi dos Palmares e da grande maioria dos Projetos de Assentamentos no Brasil é que, de fato, cada assentado está preocupado com a produção do seu lote, e em muitas vezes, nem sabe muito bem quem é o seu vizinho, como afirmou um assentado do Zumbi. Essa seria a sociabilidade capitalista, combatida pela CPT, responsável, na visão dos agentes da CPT, pelos conflitos que às vezes culminam em atos violentos por causa do egoísmo e individualismo.

²⁶ Durante a pesquisa de campo, tomou-se conhecimento que um dos colaboradores da CPT no assentamento Zumbi dos Palmares está ameaçado de ter sua casa queimada caso seja encontrada vazia. Com isso o assentado tem se visto impedido até mesmo de “fazer compras na cidade” como relatou.

²⁷ Cooperativa responsável pela assistência técnica no assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, o trabalho da CPT está para além da assistência técnica. Pôde-se perceber por meio das falas dos agentes pastorais que o viés ideológico da organização se mostra como uma tentativa de combater à visão capitalista de vivência na terra. Neste sentido, é possível fazer uma aproximação da visão idealizada do camponês defendida por alguns autores, ou seja, a imagem de um agricultor distante do mercado, vive da subsistência, daquilo que a terra pode lhe proporcionar sem se “contaminar” com o capitalismo.

Vale ressaltar que esse combate ao capitalismo está presente nas publicações da Comissão Pastoral da Terra e é uma fala recorrente dos grandes pensadores dessa organização, como Ivo Polleto e Dom Tomás Balduino, que não poupam esforços para argumentar contra o sistema econômico vigente. No entanto, reconhecem que a CPT, está longe de propor um novo sistema econômico e que a organização não tem essa pretensão.

Essa visão “demonizada” do mercado por parte dos agentes da CPT pode ser considerada a grande responsável pelo descompasso entre as ações da Comissão Pastoral da Terra e as demandas dos assentados da região norte fluminense. Como se conferiu durante a pesquisa de campo, muitos são os assentados que, por não conseguirem tirar seu sustento da produção dos seus lotes, precisam trabalhar na área urbana da cidade durante parte do dia. Isso é outro elemento, segundo os agentes CPT, que dificulta as interações entre os assentados e o trabalho da Pastoral da Terra.

Apesar do discurso ideológico de que o assentado deveria tirar o sustento do próprio lote, a CPT não oferece nenhuma alternativa realmente viável para que os assentados vivam essa realidade. E parece que os agentes pastorais nem tampouco vislumbram tal alternativa, pois, na tentativa de superar a ausência dos assentados em seus lotes durante as visitas, os agentes têm buscado fortalecer vínculos com as chamadas pessoas chaves, que muitas vezes não são os presidentes das associações, pois esses, em sua maioria, não se esforçam para manter relações com a CPT e o MST. Espera-se que por meio dessas pessoas, que não são lideranças formais no assentamento, as informações dadas pela pastoral cheguem a um número maior de assentados.

Apesar de toda crítica que a CPT faz ao mercado e sua dinâmica, parece se contentar em “passar suas informações” por meio das pessoas chaves do

assentamento, o que demonstra uma postura de crítica pela crítica, sem oferecer para o assentamento soluções para seus reais problemas e demandas.

A CPT também apresenta seus limites, sobretudo no número de agentes pastorais e o envolvimento desses agentes que, na grande maioria, não é integral como se percebe na seguinte fala:

a própria dinâmica da vida mesmo dos agentes da pastoral, cada um tem suas funções, compromissos, então tem um pouco mais de dificuldade de assumir efetivamente os trabalhos da pastoral, por causa das atividades que cada um já assumiu ali da vida do dia a dia, então isso daí é uma dificuldade, um desafio grande né... (Assentado e Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

O Zumbi, como muitos chamam o assentamento, é dividido em cinco núcleos, e dois destes núcleos, 1 e 4, continuam, sobre tudo na presidência de suas associações, com um forte repúdio às iniciativas e orientações da CPT e MST juntos aos seus associados. Esse é um dos fatos que explicam por que atualmente os núcleos 1 e 4 estão sem assistência técnica. Segundo um técnico da COOPERAR, a cooperativa que tem prestado serviço de ATES²⁸ no Zumbi dos Palmares, os presidentes das associações dos núcleos 1 e 4, pensam que a COOPERAR tem uma relação direta com o MST, e sobre isso relata:

Acho que o MST não tem uma cooperativa do MST, é uma questão pessoal. Se a maioria das pessoas que compõem a COOPERAR são militantes do MST, mas isso não quer dizer que a cooperativa é do MST. Eu nem sou militante do MST, eu sou simpatizante de algumas coisas do MST, que é o que, essa questão da distribuição melhor de renda e outras coisas (Técnico da COOPERAR, Campos dos Goytacazes, 2011).

Por causa dessa visão por parte, principalmente, dos presidentes das associações dos núcleos 1 e 4 do assentamento, a COOPERAR não apresentou proposta de serviços ATES para esses núcleos no processo licitatório aberto pelo INCRA em 2010. Como o MST e CPT são vistos como sendo do mesmo

²⁸ A ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária), *se constitui num instrumento de detalhamento das ações de governo destinadas a dar suporte administrativo, técnico e legal a prestação de serviços aos beneficiários da Reforma Agrária e ordenamento da estrutura fundiária, em termos de assistência creditícia, técnica, social e ambiental, visando o desenvolvimento rural integrado e sustentado, em bases economicamente sólidas e socialmente justas.* (BRASIL, 2004, p.8).

“movimento” por muitos assentados, então a receptividade às iniciativas e eventos organizados pela Pastoral da Terra também sofrem um efeito direto como consequência da frágil relação entre MST e associações do Zumbi 1 e Zumbi 4.

Com relação à assistência técnica, o Zumbi dos Palmares não apresenta nenhuma novidade de acordo com as considerações de Medeiros (1999):

Uma vez instalados nos lotes já demarcados, inúmeros assentamentos se queixam de que passam um longo tempo sem nenhum apoio. Essa sensação de abandono é percebida com maior força nas situações em que a área do assentamento é isolada e desconhecida por parte das famílias que lá foram alocadas. Em muitos casos, as famílias se sentem desassistidas pelos órgãos diretamente responsáveis pela implementação das medidas e serviços básicos (...). **Um tema recorrente é a falta de incentivo à produção e à comercialização além da ausência de assistência técnica** (MEDEIROS, 1999, grifo de pesquisador).

Segundo o técnico da COOPERAR, se eles seguissem à risca as diretrizes do programa de ATES, que estipula a presença de um técnico para cada para cada 100 famílias assentadas, eles não conseguiriam fazer nem o pouco trabalho que tem sido desempenhado nos dias de hoje. Como a COOPERAR é responsável por três núcleos do assentamento, são responsáveis por cerca de 300 famílias das 506 presentes no Zumbi dos Palmares, mas trabalham com uma equipe maior, cinco técnicos. Segundo o planejamento da COOPERAR, o objetivo dos técnicos é visitar um mesmo lote do assentamento a cada três meses, ou seja, quatro vezes no ano. Sobre isso se tem a falas de dois assentados entrevistados:

ih... tem técnico nenhum não... às vezes eles vão lá, mas não adianta nada não! Eles não ficam lá pra dar assistência pra gente, então não fazem nada não! (Assentado 8, Campos dos Goytacazes, 2011).

O técnico vai lá de vez em quando,, é... falam umas coisinhas lá, mas não acompanham o trabalho da gente. A gente tira as dúvidas é com o pessoal da CPT mesmo, ou os meninos da UENF que fazem um trabalho lá... é mais com eles que a gente conversa (Assentado 9, Campos dos Goytacazes, 2011).

Apesar de a CPT ser uma referência em apoio e assistência técnica para alguns assentados, sobretudo os que participam da feirinha de agroecologia, também se pôde observar outra perspectiva na relação dos assentados do Zumbi

dos Palmares com a Comissão Pastoral da Terra pode ser extraída da fala de um assentado que participa da feira agroecológica promovida pela CPT no campus a UENF:

...então a minha visão sobre a CPT é que ela tem uma grande importância nos acampamentos e assentamentos. Agora o que as outras pessoas acham, a noção que eu conheço de boato, de algumas pessoas falarem pra mim, são as mais horríveis possível. Mas o curioso é o quanto essas pessoas se aprofundaram nessa questão, porque falar que é corrupção, lavagem de dinheiro é fácil, difícil é comprovar (...) “Ah, é grupinho fechado, não serve pra nada...” Então a visão que muitas pessoas têm da CPT é de coisa errada, justamente porque as pessoas estão muito desacreditadas, elas estão muito sofridas, maltratadas. Então quando elas veem pessoas querendo fazer um projeto, e por terem uma visão fechada acabaram destruindo até os projetos da CPT, entende? Então lá em Cajueiro, no Zumbi 5, nós somos um grupo, não diferente de outros locais, mas as pessoas por estarem mal tratadas e sofridas e oprimidas, elas simplesmente não trabalham a própria questão delas, ou seja, elas tentam agredir quem de repente está tentando estender a mão pra eles, “ah não, vai ganhar muito da gente!” (Assentado 10, participante da Feirinha da UENF, Campos dos Goytacazes, 2011).

De fato, mesmo sendo um das poucas organizações que desenvolvem trabalhos constantes dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares, a CPT não consegue atingir a totalidade das pessoas, seja por opção dos assentados, seja pela dificuldade de se abordar uma parte da população residente no Zumbi. Os agentes reconhecem:

É importante frisar que nós não fazemos um trabalho com o Assentamento Zumbi dos Palmares, nós trabalhamos com alguns assentados que participam das atividades e discussões que a Pastoral propõe. (Agente CPT 7, Campos dos Goytacazes, 2011).

Pode ser observado que Sobre a equipe da CPT de Campos, o técnico da COOPERAR se posiciona da seguinte forma:

Eu não conheço a fundo o trabalho do pessoal da CPT... é o M.A que está envolvido né? então... antes de entrar o M.A, o L.C. sempre foi muito parceiro, não sei se ele brigou com alguém. O M.A. é do 4 né? E por ele ser do 4, ele nunca procurou a gente e a gente tem muita tarefa com os assentados lá... (Técnico da COOPERAR 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Neste sentido, realmente percebeu-se pouco interesse e descrédito dos agentes pastorais com o programa de ATES e com a assistência técnica prestada pela COOPERAR em alguns setores do Zumbi. Sobre isso um assentado e agente da CPT se manifestou:

A ATES, ela precisa ser repensada no que diz respeito ao programa na verdade, porque a ideia é boa, mas hoje os técnicos estão muito limitados, não adianta fazer assistência técnica se não tiver recursos para aplicar a assistência técnica, mas no geral mesmo, toda essa problemática que eu vejo é a burocracia de aplicação de ATES é que é complicada. (...) _Então, no meu entendimento, uma boa assistência técnica deveria ser uma assistência que eu chamo, deveria chamar de residente. Você ter um técnico morando no assentamento, uma equipe de técnicos morando dentro do assentamento que ta todo dia ali, porque eu não vejo outro caminho a não ser esse. Porque o técnico, além de ser contratado, ta morando no assentamento pra todo dia vivenciar e ajudar no papel de sua assistência técnica e da extensão, ele tinha que morar dentro do assentamento. Mas não é só morar não, é que os recursos pra que isso seja implementado dentro do assentamento, também estejam desburocratizados, aí a reforma agrária, ela tem um grande chance de dar muito certo. (Assentado e Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Para esse agente, quando remete à necessidade do técnico viver no assentamento, a assistência técnica estaria para além da atividade pedagógica e tecnológica, estaria mais relacionada com a vivência da realidade dos agricultores.

Durante a pesquisa de campo, pode ser conferido que a Equipe CPT se constitui como uma agência de mediação, como define Medeiros & Esterici (1994), principalmente na sua atuação juntos aos assentados do Zumbi do Palmares. O pesquisador teve oportunidade de presenciar um fato que ilustra esse sentido mediador da Pastoral da Terra em Campos dos Goytacazes. Trata-se da presença da CPT numa reunião do Superintendente do INCRA-RJ com os assentados do Zumbi. Sobre isso se tem a seguinte fala:

Hoje mesmo, neste ato que teve aqui, a gente conseguiu mobilizar, chamar algumas pessoas que a gente achava que era importante de estarem aqui, né... então a gente continua fazendo essa interlocução... assim, as pessoas que eu disse que era importante estar aqui, assim... pessoas que trouxessem essa discussão política, que não fosse a questão da política partidária, que logo no início daqui desse ato, a gente percebeu o que... a fala de vereadores, de um vereador bem nessa linha político-partidária (...) depois da fala de uma determinada pessoa... que a gente mobilizou, né... que a gente fez questão que ela viesse, ela veio e a partir da sua fala as coisas foram mudando... o

discurso foi mudando (Assentado e Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011, Grifo do Pesquisador).

Realmente os agentes da CPT não se pronunciaram, mesmo aqueles que além de membros ativos da Pastoral também são assentados no Zumbi dos Palmares.

Várias pessoas vieram até mim e me pediram pra falar, e eu disse: “Não, vocês é que tem de falar!”. As falas de alguns assentados nessa reunião revelam a relação de medos e favores que ainda existe aqui, mas não dá pra esperar outra coisa deles, infelizmente, temos que ter paciência de Jó, mas precisamos respeitar o tempo deles! (Assentado e Agente CPT 3, Campos dos Goytacazes, 2011).

No entanto, eles mobilizaram várias pessoas para participarem da reunião e orientaram determinadas falas e manifestações. Alguns assentados foram convidados foram avisados pelos agentes pastorais nas suas casas sobre a reunião que aconteceria que aconteceria no Zumbi 2, que fica a mais de 30 km do Zumbi 4, por exemplo. Dessa forma, alguns assentados foram buscados pelos agentes da CPT, no carro da organização.



Figura 11 - Reunião do Superintendente do INCRA-RJ com os assentados do Zumbi dos Palmares

Fonte: Dados da Pesquisa

As colocações na reunião, por parte de alguns assentados que foram orientadas pelos agentes da CPT, giraram em torno de reivindicações no âmbito infraestrutura do assentamento, como transporte escolar, iluminação em alguns

núcleos, disponibilidade de água potável, crédito para reparação das casas, que mudou a dinâmica da reunião, tendo que vista a ênfase que outros assentados estavam dando na questão da possível construção de um mineroduto que cortaria o Zumbi dos Palmares.

Neste sentido tem-se novamente a seguinte fala:

Os próprios presidentes das associações, sem exceção, tavam com esse **discurso muito vaselina**, o próprio presidente do sindicato, aí depois da fala de uma determinada pessoa... que a gente mobilizou, né... que a gente fez questão que ela viesse, ela veio e a partir da sua fala as coisas foram mudando... (Assentado e Agente CPT 1, Campos dos Goytacazes, 2011, Grifo do Pesquisador).

O “discurso muito vaselina” que o agente CPT 1 se refere trata-se, dente outros, do foco que foi dado nas possíveis indenizações que os assentados receberiam por terem seus lotes cortados pelo mineroduto que faz parte do projeto maior de construção do Porto do Açú em São João da Barra, município vizinho de Campos. Para os membros da CPT, era um absurdo “perder tempo” com discussões sobre coisas que nem se tinha certeza se iria acontecer, enquanto que as demandas urgentes do pessoal estavam sendo deixadas de lado.

Isso demonstra quão distante está o assentado idealizado pelos agentes da CPT do assentado real do Zumbi dos Palmares. Enquanto os membros da Pastoral da Terra, como afirma Martins (1999), tem uma visão de mundo particular os assentados tem outra. Isso remete a um descompasso que ele chama de anomia dos movimentos sociais, ou seja, a incapacidade das lideranças dos movimentos de lutar pelas reais demandas daqueles que são assistidos por essa organização. Neste sentido o autor deixa clara a inclusão dos agentes da CPT de forma geral nos seus argumentos.

Pode-se perceber, então, esse “descolamento próprio de uma reivindicação mediada por interesses e concepções de uma categoria social” que é diferente da categoria ou das categorias em nome das quais essa reivindicação é feita (MARTINS, 1999, p. 268). Dessa forma, é possível afirmar que a CPT não tem exercido uma postura mediadora, ou seja, de ser ponte, estar entre dois mundos como afirma Novaes (1994), mas, pelo contrário, fica evidente que os agentes pastorais têm buscado afirmar e convencer sobre a sua própria visão de mundo junto aos assentados do Zumbi dos Palmares.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a CPT tem desenvolvido atividades constantes no assentamento ou, melhor dizendo, para alguns assentados, uma vez que determinadas atividades, apesar de se destinarem também para os assentados do Zumbi, acontecem fora do Assentamento como é o caso da Escolinha de Agroecologia e a Feira Agroecológica.

4.4.1 – A Escolinha de Agroecologia da CPT

Segundo os agentes da CPT de Campos, um dos grandes desafios para a sobrevivência dos assentados é a questão da diversificação da produção nos seus respectivos lotes:

Campos dos Goytacazes é terra de monocultura da Cana de Açúcar, essas áreas de Assentamento, a maior parte, eram produção de Cana de Açúcar, eram canaviais, então muitos assentados continuam continuaram com esse mesmo sistema de cultivo, então assim... as pessoas foram para os lotes mas não conseguiam diversificar a produção, um pouco porque estavam acostumadas a plantar cana, trabalhar na cana como assalariado no corte de cana e outro também porque não tinha outra opção também a não ser vender pra Usina (Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Verifica-se que a atividade canavieira, mesmo em sua maior crise, continua interferindo na população rural, sobretudo dos assentados de reforma agrária. A relação com a cana, segundo um agente pastoral, é semelhante um vício, difícil de ser vencido pelos ex-cortadores de cana. A monocultura de modo geral, na visão da CPT, dificulta a difusão de um dos seus mais importantes princípios missionários: a fixação do homem²⁹ na terra:

A pastoral da terra se preocupa muito com isso né? Essa relação do homem com a terra, a questão da alimentação, isso faz parte desse pronunciamento profético da pastoral da terra, a gente trabalha muito essa questão dessa relação né? Do homem com a natureza, dessa questão também da exploração do homem no campo (Agente CPT 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

²⁹ Fixação do homem na terra, apesar de ser um termo de “mau gosto”, tendo em vista que nenhum homem deve ser fixado numa terra, é um termo empregado constante nos textos de lideranças da CPT, como Ivo Poletto. A expressão, que é tida como um dos princípios missionários da CPT, tenta traduzir a visão da Pastoral sobre a agricultura que deveria fornecer todos os principais meios de sobrevivência, sobretudo os alimentos, para os agricultores de pequena produção e traria para esse trabalhadores certa independência em relação aos mercado capitalista.

É interessante observar que a fixação do homem na terra tem sido uma missão constante da equipe CPT em Campos dos Goytacazes. Tal princípio tem orientado o trabalho da Pastoral da Terra desde o início de sua atuação, principalmente no acampamento Zumbi dos Palmares, como revela um assentado que conheceu a CPT antes mesmo da ocupação das fazendas da Usina São João em 1997:

O trabalho delas (agentes da CPT de Campos), o que elas falavam pra gente, é fixar o homem na terra, e fazia de tudo pra gente ali, de ajuda né? para as pessoas não ir embora né? pra ficar ali... (Assentado no Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, 2011).

No Zumbi dos Palmares é recorrente o uso intenso de agrotóxico pelos assentados, principalmente nos lotes que utilizam sistemas mais simplificados de cultivo de abacaxi e cana-de-açúcar (TERRA et al, 2011). Diante desse contexto, a equipe da Comissão Pastoral da Terra de Campos dos Goytacazes criou a Escolinha de Agroecologia, na tentativa de ajudar os assentados a diversificar a produção e diminuir o uso de agrotóxico.

Outro fator que inspirou a criação da escolinha trata-se da “Feira da Roça” que já estava acontecendo no centro de Campos. Alguns assentados levavam o excedente de produção para alguns pontos do centro da cidade e comercializava por meio de feiras. Segundo os assentados, que já estavam naquele momento sendo acompanhados pelo MST e a Pastoral da Terra, começou-se a perceber uma demanda por produtos sem “remédio” como eles denominam, ou seja, sem uso de agrotóxico na sua produção. A partir disso, alguns agentes da CPT de Campos buscaram se formar em homeopatia na agricultura em Muriaé, MG:

A CPT criou a escolinha de agroecologia juntamente com o MST, mas foi iniciativa da Pastoral. Surgiu assim, a partir de um curso de Homeopatia na agropecuária lá em Muriaé, então a partir de deter esse conhecimento né? De homeopatia na agropecuária foi surgiu essa necessidade de fazer esse curso de agroecologia, que deram o nome de escolinha de agroecologia, que as pessoas pudessem ter acesso a esse conhecimento (Agente CPT e Assentado 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

Apesar de os agentes CPT atribuírem a criação da Escolinha de Agroecologia ao contexto agrário de Campos dos Goytacazes e suas dificuldades com a monocultura e o uso intensivo de agrotóxico, sobretudo na realidade dos assentados do Zumbi dos Palmares, Ferreira (1999) afirma que o incentivo à agroecologia faz parte do que ela chama de 2ª fase do projeto agrário da Comissão Pastoral da Terra em âmbito Nacional. Para a autora, a partir de 1990, a CPT não tem preconizado a necessidade de uma posse comunitária de terras como emergencial como fez desde sua criação, mas tem apostado no regime de propriedade familiar, e o incentivo à agroecologia se constituiria como elemento de um projeto maior da Igreja Católica atualmente: a defesa da família.

De fato, foi relatado pelos agentes pastorais que outras equipes da CPT, principalmente em outros estados, tem investido muito na formação e na difusão da agroecologia junto aos agricultores de pequeno produção.

A Escolinha de Agroecologia acontece uma vez por mês e atualmente tem sido realizada no 3º sábado de cada mês no período da manhã, de 8:00h às 12:00h. Segundo o agente da CPT responsável pela “escolinha”, ela tem variado de local de acordo com o tema que se pretende abordar. Algumas vezes acontece no Campus da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), principalmente quando as aulas exigem práticas em laboratórios. Também acontecem no campus da UFF (Universidade Federal Fluminense) que fica no centro da cidade de Campos.

A UENF, por meio de dois professores do curso de Agronomia, apoia a iniciativa da Escolinha da CPT e atualmente concede duas bolsas para o funcionamento do projeto, como relata um dos professores envolvidos:

então a gente conseguiu nesse projeto duas bolsas, uma bolsa para o estudante, uma bolsa de extensão acho que é o Zé Wallace, e uma bolsa universidade aberta, eu acho que é a Viviane, que é a bolsista. Então é um apoio pra fazer acontecer, não tem a verba da universidade pra outras coisas, então tem dois bolsistas nesse projeto que é coordenado na universidade pelo Elias né? mas na verdade é a Pastoral da Terra com o apoio da UENF (Professor da UENF, Campos dos Goytacazes, 2011).

Segundo os agentes da CPT, nos primeiros meses de funcionamento da “escolinha”, o número de participantes chegou a mais 120 que se dividiam em três

turmas no ano de 2006 e 2007. Dentre esses estavam agentes da CPT, assentados, agricultores de pequeno produção, estudantes e outros. Os cursos, que em algumas ocasiões foram ministrados inclusive por um professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), duravam o dia inteiro e a Pastoral da Terra oferecia transporte e almoço para os participantes. Atualmente, os recursos da CPT diminuíram assim como o número de interessados na agroecologia ensinada na escolinha da CPT.

Durante a pesquisa de campo, participou-se de uma aula sobre “Plantas medicinais e uso de medicamentos alopáticos” ministrada por um professor e um mestrando da UENF. A aula aconteceu no campus da UFF e tinha 27 participantes, dentre eles, 10 eram assentados vindos dos assentamentos Zumbi dos Palmares, um público bem inferior ao que já frequentou as “aulas” e era esperado pela equipe da CPT de Campos.

Para explicar essa diminuição de participantes, além do corte do transporte de alguns assentados, existe um desinteresse por parte de muitos agricultores de pequeno produção, inclusive nos assentamentos:

Será que se fosse uma aula aberta no assentamento, será que eles participariam? Não sei... depende muito do presidente da associação convidar, lá é assim... se disser que o Incra vai estar presente, aí eles vão, entendeu? É complicado, mas são luzes que estão assim para os assentados, **mas eles não conseguem captar** (Assentado 11, Campos dos Goytacazes, 2011. Grifo de pesquisador)

A pergunta que deveria ser feita é se realmente os assentados não conseguem captar essas “luzes” da agroecologia, ou não estão interessados, não se sentem motivados, ou não acreditam nelas? De acordo com as entrevistas realizadas, a grande maioria dos participantes da escolinha de agroecologia não tira seu sustento familiar da produção agroecológica e participa da escolinha mais como uma oportunidade de conhecer mais sobre a homeopatia e até mesmo para encontrar os companheiros da escolinha. Isso tudo demonstra, mais uma vez, um descompasso entre os ideais dos agentes da CPT e Campos dos Goytacazes e a real demanda dos assentados, especialmente, do Zumbi dos Palmares.

Durante a escolinha de agroecologia, principalmente na hora do chamado “lanche comunitário”, os participantes da escolinha aproveitam a oportunidade para “trocar receitas” como eles disseram. Notou-se que alguns frequentam a

escolinha de agroecologia muito mais pela homeopatia que é ensinada lá, ou seja, oportunidade de aprender “substitutos” dos remédios alopáticos. Prova disso foi quando alguns vieram me mostrar a suas “colocações de homeopatia” que diziam curar todas as doenças humanas. Quando questionado sobre isso, o agente pastoral afirmou que a escolinha busca abordar a agroecologia por etapas, e que a homeopatia é um dos temas trabalhados na escolinha, mas reconhece que é o que mais chama atenção das pessoas.

Sobre a transição para a agroecologia, segundo um dos técnicos da prestadora dos serviços de ATES no Assentamento Zumbi dos Palmares, os assentados

acham que isso é um risco muito grande, eles não querem pagar pra ver... fazer a transição, eles acham que vai ser um prejuízo, que não vai fazer efeito. Ah essas medidas de controle, de combate, essas pragas, essas doenças não vão funcionar e eles não querem se arriscar. Nós somos contratados pra trabalhar somente com a agroecologia, mas muitas vezes a gente precisa aconselhar os assentados, “olha, então usa esse tipo de agrotóxico, usa essa quantidade”, pois eles vão usar de qualquer forma (Técnico da COOPERAR, Campos dos Goytacazes, 2011).

De forma geral, por maiores que sejam os esforços de divulgação da escolinha e da agroecologia pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra, os assentados não tem respondido de acordo com as expectativas da CPT.

Outra iniciativa da CPT dentro do assentamento Zumbi dos Palmares, inspirada nas aulas da Escolinha, foi a construção de uma unidade de experiência agroecológica. A intenção é, por meio do cultivo de uma horta sem uso de agrotóxico, despertar e conscientizar outros assentados acerca da importância da agroecologia para a saúde do homem.



Figura 12 - Unidade Agroecológica no Assentamento Zumbi dos Palmares
Fonte: Dados da pesquisa

A ideia, segundo o agente pastoral coordenador da unidade agroecológica, é trabalhar com a juventude do assentamento. Atualmente, três jovens são responsáveis pela manutenção da horta, mas esse ofício não tem sido desempenhado satisfatoriamente. Nos dias da pesquisa de campo deste trabalho, na visita à unidade agroecológica, o agente CPT informou que algumas galinhas haviam entrado na horta e comeram mais da metade dos pés de alface que estavam plantados. Relatou o agente pastoral reconhecendo a dificuldade de se trabalhar com a agroecologia e com os jovens:

era para os jovens estarem aqui na hora que as galinhas atacaram os canteiros, mas acho que **eles ainda não compraram a ideia do cuidado com a horta**, mas o trabalho com o pessoal é assim mesmo, bem devagar... (Agente CPT e Assentado 2, Campos dos Goytacazes, 2011).

A fala do agente permite inferir que as atividades de assistência técnica da CPT, por mais que tenham um objetivo de melhorias do assentamento, vem de cima para baixo, de modo que os atores sociais do assentamento teriam que “comprar a ideia” tal qual no paradigma convencional de extensão rural em que os agricultores são meros adotantes das técnicas. Isso produz um descompasso entre o real desejo e demanda da comunidade e as atividades implementadas pela CPT.

Outra grande dificuldade para cultivo de forma geral no assentamento é a escassez de água. Segundo os assentados, as chuvas são muito pouco frequentes e quando acontecem, caem numa intensidade que acaba por devastar a plantações mais sensíveis. Esse também é um dos motivos pelo qual os assentados alegam que não querem arriscar na diversificação da agricultura e adoção da agroecologia no Zumbi dos Palmares, de acordo com o técnico da COOPERAR. Para manter a unidade agroecológica, os agentes da CPT, juntamente com jovens do assentamento, tiveram que construir um poço artesiano próximo à horta.

Ainda sobre a Escolinha de Agroecologia, não se deve desconsiderar que alguns assentados, depois que frequentaram por um tempo os cursos que são oferecidos por professores, estudantes e outros parceiros da CPT, tem obtido êxito e tirado seu sustento da produção agroecológica, mas são poucos. Durante a pesquisa tomou-se conhecimento de três assentados que trabalham com a agroecologia e conseguem escoar toda a produção excedente no Zumbi dos Palmares. Mas surge o questionamento: o que são três assentados tendo em vista as 506 famílias, o que dá em torno de 2 mil pessoas que residem no assentamento?

Neste sentido, os agentes da CPT afirmam que não têm intenção de ser a solução para os problemas que envolvem a agroecologia em Campos, mas esperam que a “escolinha” possa servir de incentivo à discussão ao mesmo tempo em que se torna uma oportunidade para a formação de agricultores de pequena produção que se interessarem pelas práticas agroecológicas.

Por fim, diferentemente de outrora, verificou-se que atualmente a escolinha de agroecologia tem se constituído num espaço para mais informação do que formação política dos agricultores envolvidos. Sempre ao final da “aula”, algum agente CPT faz o que chamam de “panorâmica” das transações políticas que julgam ser do interesse dos participantes da Escolinha. Naquele contexto em que o pesquisador teve oportunidade de participar da escolinha, os participantes foram informados sobre as últimas informações sobre o possível corte do Assentamento Zumbi dos Palmares pelo mineroduto do Porto do Açú. Essas informações foram passadas sempre somadas às análises e visões de mundo dos próprios agentes da Pastoral da Terra.

4.4.2 – A Feirinha da UENF

Como mencionado anteriormente, com o apoio do MST e da CPT, alguns assentados, desde o ano de 2002, juntavam alguns produtos excedentes e realizavam uma feira no centro de Campos, a qual pessoal denominou de “feira da roça”. Essa feira começou a crescer e despertar o interesse de alguns alunos e professores da UENF que passaram a comprar antecipadamente os chamados “sacolões” de produtos dos assentados. Então, além da “feira da roça”, os agricultores do Zumbi dos Palmares e outros assentamentos passaram a mandar produtos encomendados para a comunidade universitária da UENF.

Por questões de infraestrutura, sobretudo a dificuldade com o transporte, muitos assentados ficaram impossibilitados de levar seus produtos para serem vendidos no centro da cidade de Campos. Um dos professores que tinha um contato com os assentados propôs a realização de uma feira no campus da UENF. Pela mediação da CPT, os assentados pediram um apoio da UENF e acabaram conseguindo uma Kombi para transportarem seus produtos e montarem a Feirinha de Agroecologia todas as terças-feiras pela manhã.

A Feirinha de Agroecologia é mais uma parceria da Equipe da CPT de Campos com alguns professores e funcionários da UENF. A UENF concede bolsistas de extensão universitária que trabalham na Escolinha de Agroecologia e também dão um suporte na feira dos assentados, principalmente na questão da divulgação no campus da universidade. Segundo o bolsista de extensão que trabalha tanto na Escolinha de Agroecologia quanto na Feirinha da UENF, o objetivo de todo o trabalho é sensibilizar estudantes, técnicos e professores para as demandas e dificuldades do fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia na região.

Apesar de a feira dos produtos agroecológicos se tratar de uma iniciativa que pode ser considerada uma gota d’água no oceano da questão de comercialização de produção excedente dos assentados em Campos dos Goytacazes, a importância desse projeto tem sido reconhecida, sobretudo no meio acadêmico. Desde 2008 tem aparecido em diversos meios de comunicação da região e em 2009 foi premiada como melhor projeto de extensão da UENF.



Figura 13 - Feirinha da UENF, montagem da estrutura.

Fonte: Dados da pesquisa

A feirinha da UENF é considerada pelos agentes pastorais como uma grande vitória da Pastoral. Atualmente a ajuda da CPT é requerida em alguns momentos e os assentados “já andam com as próprias pernas”, como relatou um agente pastoral. A equipe CPT pretende expandir esse trabalho com feiras agroecológicas em outras regiões da cidade.



Figura 14 - Feirinha da UENF, movimentação no intervalo de aulas.

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Pedlowski et al (2007), a feira da UENF faz parte de um conjunto de estratégias criativas encontradas por alguns assentados do Zumbi dos Palmares para superarem a dependência dos atravessadores, que se constituem no principal mecanismo de escoamento de produção do assentamento. Como relata o autor, outra estratégia que tem sido adotada por alguns assentados do Zumbi é a entrega direta da produção em pontos de revenda na periferia, ou seja, vendas e pequenos mercados que estão mais próximos dos lotes do assentamento.

É interessante observar que a feira agroecológica de assentados não é uma iniciativa exclusiva de Campos dos Goytacazes. Para Mitidiero Junior (2008), que estudou a feira agroecológica idealizada pela CPT na Paraíba, embora sendo uma forma de inserção mercantil de assentados no mercado capitalista, as feiras de produtos agroecológicos possibilitariam a realização de pequenas revoluções nas formas de produção e comercialização de alimentos. Para o autor, o fato de a produção ser realizada livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos prejudiciais à saúde e da comercialização ser feita pelos próprios produtores, eliminando a histórica figura do atravessador e barateando o produto, seria para a CPT uma forma de romper, parcialmente, com a forma de organização do mercado capitalista.

No entanto, esse argumento de Mitidiero Junior (2008) está equivocado, tendo em vista que o mercado de orgânicos se insere, de uma forma ou de outra, no mercado capitalista. Pelo contrário, tem sido alvo de altos investimentos por parte de alguns capitalistas no Brasil.

A proposta de trabalho da equipe da CPT de Campos, desde sua criação, foi um tanto quanto inovadora se comparada à atuação de outras equipes em diversas regiões do país. A mobilização de trabalhadores rurais envolvidos na atividade canavieira e que se encontravam em condições precárias na periferia do município, de fato, representou uma mudança de postura tanto da CPT quanto do MST naquele contexto de 1997 como salienta Lewin et al (2005). No entanto, apesar e uma realidade agrária diferente, se percebe que os princípios de atuação das lideranças da CPT continuaram os mesmo como, por exemplo, o discurso da fixação do homem na terra e propagação da agroecologia.

A partir das conversas com os clientes da feirinha, pode-se verificar que alguns não têm conhecimento de que aqueles feirantes são assentados, e preferem

comprar os produtos oferecidos muito mais pela propaganda da agroecologia que é feita nos panfletos e cartazes de divulgação do que como uma consciência a respeito da reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes.

Neste sentido, o que se percebe, é que tanto a Feirinha da UENF quanto a Escolinha de Agroecologia acabam se tornando também instrumentos para efetivação dos princípios missionários da CPT, neste caso o discurso agroecológico e a fixação do homem no campo. No entanto, essas iniciativas estão aquém das demandas mais urgentes dos assentados, a saber: a falta de assistência técnica e infraestrutura para escoamento de produção excedente.

4.4.3 – Outras atividades da CPT “para/junto/com” os assentados do Zumbi dos Palmares e algumas reflexões

Buscou-se, neste trabalho, apresentar de forma mais detalhada as iniciativas da feira e da escolinha de agroecologia que se fazem as atividades mais “enxergadas” da Comissão Pastoral da Terra em Campos dos Goytacazes. No entanto, a CPT também tem se envolvido em outros trabalhos dentro do assentamento que eles denominam como sendo “mais de base”:

- a. **Oficinas de Saúde** – Frequentemente a CPT organiza as chamadas “oficinas de saúde” que se constitui em pequenos cursos sobre plantas medicinais com grupos de assentados. A tentativa é de fazer um revezamento entre os núcleos do Zumbi pra tentar atingir o maior número de pessoas. Atualmente esse curso tem sido oferecido no distrito de Travessão, que fica próximo ao núcleo 5 do Assentamento e acontece uma vez por semana. Reúne cerca de 8 pessoas além do agente CPT responsável. Funciona como uma “troca de saberes”, relatou um dos agentes pastorais.
- b. **Construção de Cisternas** – Em parceria com o CES³⁰, foram construídas 25 cisternas para armazenamento de água de chuva nos

³⁰ *O Centro de Estudos em Sustentabilidade (CES) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) é um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, engajadas e comprometidas, e com genuína vontade de transformar a sociedade. O GVces trabalha no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão públicas e empresariais para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacional. Seus programas*

lotes do Assentamento. A CPT foi responsável por localizar os pedreiros no assentamento e também ajudou com a questão do transporte e outros tipos de mão de obra.

- c. **Reforma agrária em versos e prosas** – Uma parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF), Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pretende-se lançar um livro sobre a reforma agrária da região norte do estado do Rio de Janeiro. É um projeto que envolve 40 crianças do núcleo 2 do Zumbi dos Palmares. A CPT entra com o papel de mobilizar essas crianças.

- d. **Movimento pela Educação do Campo** – A CPT idealizou no ano de 1998 o *Coletivo Educampo*, que agrega assentados do Zumbi dos Palmares e de outros assentamentos para reivindicarem, junto ao governo municipal e estadual, políticas públicas para implementação de uma Escola do Campos em Campos dos Goytacazes. Como resultado conseguiram no ano de 2009 em parceria com o IFF um curso de extensão intitulado: Educação do Campo e tecnologias agroambientais, voltado, especialmente, para educadoras/es da rede pública municipal, que atuam em escolas na área rural. Atualmente acontece pela Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC³¹) o primeiro curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, voltado para a formação de professores nos anos finais do Ensino Fundamental. Cinco jovens, filhos de assentados do Zumbi, foram mobilizados pela CPT, e estão cursando a graduação.

Além da Feira e da Escolinha de Agroecologia, essas são as principais atividades, voltadas para os assentados, que têm sido desenvolvidas pela

são orientados por quatro linhas de atuação: (i) formação; (ii) pesquisa e produção de conhecimento; (iii) articulação e intercâmbio; e (iv) mobilização e comunicação. (FGV, 2012)

³¹ A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), oferece educação profissional gratuita, em diversos níveis de ensino, à população do Estado do Rio de Janeiro.

Comissão Pastoral da Terra em Campos dos Goytacazes, mas que não são tão vistas e divulgadas como as outras duas atividades mais exploradas neste trabalho.

O publico de assentados, como foi apresentado anteriormente, ainda é o maior alvo da Comissão Pastoral da Terra no município e região de Campos, no entanto, pôde ser observado um acompanhamento, cada vez maior, das comunidades que são reconhecidas como remanescentes quilombolas e outras que estão em processo de reconhecimento pelo INCRA. Quando questionado quais dos públicos, assentados ou quilombolas, se aproximam mais dos ideais da CPT, um ex-agente pastoral respondeu:

Para mim todos dois (assentados e quilombolas) estão próximos dos ideais da CPT, desde que, aquele grupo aonde se organizarem esteja respeitando... a terra, o meio ambiente, trabalhando de forma organizada, de forma aonde você conquistou a terra como espaço de via, de sobrevivência, né? (...) Agora, intimamente, dizendo a maneira pela qual se pensa a terra hoje, qual estaria mais perto daquilo da CPT, depende, de fato **as comunidades quilombolas têm mostrado o jeito de defender sua terra, do jeito que a gente acredita mais, que é não é terra em pedaços, mas a terra...** Não precisa nem coletiva! Talvez o coletivo possa ajudar, mas se você tem uma comunidade quilombola, onde ele tem uma visão integrada do território, do cemitério, daquela mata, nascente, tem a visão das plantas medicinais, você tem a ideia da lagoa, do solo... do todo. O coletivo é um detalhe, né? Mais a visão do território. Então pra nós os quilombolas como eles de fato procuram trabalhar... como uma parte grande deles tem essa compreensão... então pra nós esse é um jeito legal de pensar hoje uma terra de economia sustentável... **Uns movimentos em alguns lugares deixaram a desejar**, fatiou-se a terra, e realmente você tem uma visão um pouco capitalista da terra, **a maioria pode se dizer tem uma visão capitalista da terra**. Eu tenho propriedades, correto? Tô aqui, participo da economia, mas se puder ocupo meu pedaço, sem a visão do território. Eu quero mais um pedaço, eu quero mais um pedaço... e muitos até... tiraram um bom negócio daquilo ali, pegou um maior. Na questão dos quilombolas os valor da terra não é dinheiro, o valor da terra é histórico, pelo menos uma parte dela, nesse sentido as comunidades quilombolas talvez tenham apostado nisso aí, recuperando sua cultura, seus costumes, e esse jeito de pensar a terra, a partir do território (ex-agente CPT de Campos *apud* BASTOS, 2011, p. 69, grifo de pesquisador) .

Esse relato, por mais que não esteja se referindo diretamente à situação dos assentados do Zumbi dos Palmares e não tenha sido coletado para fins da presente pesquisa, pode ajudar na compreensão da recente relação da CPT com os assentados de Campos de Campos dos Goytacazes, mais especialmente, do Zumbi dos Palmares. Existe uma passagem da visão romantizada da figura do assentado para a figura do quilombola, que segundo a fala do agente, aponta para uma

suposta identificação e indissociabilidade do homem com a terra. Nesta perspectiva, os quilombolas supostamente estariam atendendo mais às características valoradas pela CPT do que os assentados.

Parece que os agentes da CPT, ao invés de olharem pra dentro da organização e promover um processo de autoavaliação em suas diversas atividades para os assentados, preferem tecer críticas dando a entender que o erro maior sempre está na postura dos assentados ou até mesmo do Estado que não “educa” o povo. Ou seja, os agentes CPT sempre jogam “o corpo fora” das situações e não se inserem dentro de todas as coisas que precisam mudar.

Longe de negar a importância dessas organizações para o processo de Reforma Agrária em Campos dos Goytacazes, mas fica evidente que se o sucesso da formação sociopolítica empreendida pela CPT e MST junto aos acampados nas terras das fazendas da Usina São João fosse medido pelo grau de coletividade, cooperação e “visão integrada do território” por parte dos assentados do Zumbi dos Palmares se chegaria à conclusão que esse processo fracassou. Durante esta pesquisa, pode-se comprovar que os assentados não internalizaram ou se identificaram com o discurso “anticapitalista” e “antiliberal e burguês” do MST, como aponta Menezes Neto (2007), e que a Comissão Pastoral da Terra também proferira naquele contexto e, de certo modo, continua proferindo atualmente por meio de seus atuais incentivos, por vezes descabidos diante da realidade e demanda dos assentados, à agroecologia como meio de revolução do sistema econômico, de acordo com Mitidiero Junior (2009).

Essa constatação não reflete apenas a situação dos assentados do Zumbi dos Palmares, mas de tantos outros espalhados no Brasil a fora, que tiveram as lideranças do MST, e em algumas vezes, a CPT como mediadores privilegiados. É bem verdade que em Campos dos Goytacazes a parceria entre Pastoral da Terra e Movimentos dos Sem Terra pode ter se dado de forma diferenciada, mas, ainda assim, apontam para algumas fragilidades nos discursos e atuações dos referidos mediadores e movimentos sociais do campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, embora tenha sido elaborado com o intuito de analisar a atuação da Comissão Pastoral da Terra nos assentamentos de Campos dos Goytacazes, trouxe também algumas reflexões no que se refere ao processo de reforma agrária empreendido no Brasil e que, como salienta Medeiros (2002), assume vários significados a partir dos diferentes atores sociais envolvidos em tal processo.

Ao fazer um levantamento da relação da Igreja Católica e a reforma agrária no país, percebeu-se que, sobretudo por meio dos ideais da Teologia da Libertação, a Igreja se constituiu como um ator social que influenciou grandemente não só os movimentos sociais do campo, mas também a própria forma de ser pensar a questão agrária atualmente, conforme Guimarães (2006). Outra contribuição desse trabalho está justamente na apresentação mais apurada dos conflitos internos e das manifestações de diversos setores da Igreja Católica em Campos.

O fato de se encontrar um catolicismo ultraconservador como é o caso do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) e concomitantemente se deparar com a dinâmica do pensamento progressista da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pôde-se, portanto, evidenciar como a religião católica tem realmente oferecido “parte significativa do cimento que sustenta a estrutura e dá legitimidade às desigualdades sociais e formas de dominação” ao mesmo tempo em que “elementos contraditórios e de resistência que permeiam o sistema de dominação tradicional” em Campos dos Goytacazes (NOVAES, 1997, p. 10).

A Igreja Católica, em sua ala mais conservadora, principalmente por meio do discurso radical da propriedade privada, também se fez suporte para a ação de muitos fazendeiros usineiros e acabou por favorecer a concentração fundiária do norte fluminense, tendo em vista que desde o período colonial a Igreja se relaciona com a estruturação agrária daquela região, sendo, inclusive, um dos grupos majoritários na distribuição de terras pela corte portuguesa.

Por esse e outros motivos, o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra com o processo de reforma agrária em Campos dos Goytacazes se deu de uma forma diferenciada, sobretudo pela valorização do caráter autônomo dessa

organização, ou seja, desligamento da hierarquia católica e pelo embate direto com opositores também católicos. É importante salientar que, não tendo a aprovação da hierarquia diocesana, a Pastoral encontrou apoio de alguns Padres Redentoristas que tentaram relativizar o discurso dos agentes da CPT de Campos que foi julgado por demais marxista pelos religiosos.

Como se percebeu, a CPT em Campos não tem uma ligação direta com as paróquias da diocese, e isso pode ter sido um fator que viabilizou maior aproximação entre a Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que apesar de ter surgido a partir da articulação de muitos membros da CPT, já se considerava um movimento “emancipado” da Igreja quando começou a atuar em Campos no ano de 1997. Essa ruptura entre lideranças da CPT e do MST que, dentre outros, foi causada por conta das possíveis restrições que a ideologia religiosa dos agentes pastorais podia trazer para a atuação e desenvolvimento do movimento dos sem terra no Brasil, pôde ser amenizada diante da pouca interferência direta da hierarquia católica no trabalho da CPT em Campos.

Outro aspecto que deve ser considerado é o fato de o trabalho da CPT em Campos não ter sido uma iniciativa da população local, mas trazido por duas agentes que residiam em outros estados de realidades agrárias diferentes e que, previamente, programaram o trabalho com os cortadores de cana região norte fluminense. Esses, juntamente com assentados do Novo Horizonte, passaram então a ser o público alvo dos primeiros trabalhos da Pastoral, que por meios de oficinas de saúde e alfabetização de adultos, almejou também a organização e formação politicamente com aqueles trabalhadores.

Com isso, constatou-se que os trabalhos desenvolvidos pela CPT em Campos, desde a sua gênese, além de estarem realmente ligados aos assentamentos de reforma agrária, por não emergir da realidade e da base de Campos, se constitui em movimento implantado na região, com o seu viés ideológico. Um dos públicos assistidos se tratava dos primeiros assentados do município, enquanto que os cortadores de cana, outro público alvo da Pastoral, mais tarde se tornara, em sua grande maioria, também assentados de reforma agrária. Desse modo a Pastoral da Terra se fez um mediador constante junto aos sem terra do município de Campos a partir de 1996 e junto com o MST foi

responsável pela formação sociopolítica da grande maioria de assentados da região.

Verificou-se que a CPT tem buscado fazer-se presente também nos novos acampamentos organizados pelo MST, mas tem sido um trabalho menos intenso por causa da recente falta de recursos financeiros e também recursos humanos. Pelo que se tem conhecimento, a diocese de Campos não tem problemas financeiros, pelo contrário, e poderia muito bem sustentar os trabalhos da CPT se ela fosse considerada uma pastoral social da Igreja Católica de Campos.

A maior parte dos trabalhos organizados pelos agentes da Pastoral está relacionada aos assentados do Zumbi dos Palmares, considerado o “Pai de todos” os assentamentos da região. No entanto, ao chegar no assentamento pode ser percebida a realidade de muitos conflitos internos e a falta de organização da maioria das associações de assentados do Zumbi dos Palmares.

Neste sentido, questionou-se, portanto, até que ponto a formação sociopolítica e todo acompanhamento dado pelas lideranças da CPT e do MST que combate à ideia capitalista de reprodução dos meios de vida e de conceber a terra, contribuiu para a organização daqueles assentados. Apesar de se tratar de uma realidade de assentamento que não está distante de outras realidades no país, a situação atual dos assentados do Zumbi dos Palmares, sobretudo em sua desorganização social, demonstra uma fragilidade da formação sociopolítica dos acampados, e depois assentados, empreendida pela CPT e o MST.

Os militantes do MST e os agentes da CPT, que foram responsáveis por toda a mobilização, sobretudo da população de trabalhadores do corte da cana que residiam nas periferias de Campos e deram todo apoio nos períodos de ocupação e acampamento, hoje não são bem recebidos no assentamento, principalmente pelos presidentes de algumas associações de assentados do Zumbi dos Palmares. Isso pode ser considerado como outro fator que coloca em cheque o discurso e o modo do processo de formação política empreendidos pela CPT e pelo MST juntos aos sem terra do município.

O projeto da CPT amplamente divulgado e que tem demandado mais tempo e recursos dos agentes pastorais, é a Escolinha de Agroecologia que, como foi constatado, não tem tido uma boa assimilação pelos assentados, já que de 506 famílias, apenas os 6 participantes da feirinha da UENF, afirmam estar

produzindo agroecologicamente. O discurso da agroecologia, por mais que tenha um esforço por partes dos agentes de relacioná-lo ao prejuízo da monocultura ou ao uso intensivo de agrotóxico, se faz como desvinculado do universo de demandas dos assentados.

Como se demonstrou neste trabalho, os assentados não estão interessados em fazer transição de modelo convencional para modelo de agroecologia em suas culturas, sobretudo, porque estão mais preocupados com assistência técnica, infraestrutura para escoamento de produção excedente, ou créditos para reconstrução de suas casas que estão em situações precárias.

A feira de agroecologia realizada na UENF, idealizada também pela CPT, tem funcionado no atendimento de seis famílias, mas está longe de ser uma solução para os problemas das mais de quinhentas famílias do Zumbi dos Palmares. Juntamente com a escolinha de agroecologia, a feirinha da UENF acaba servindo para a CPT consolidar o discurso da agroecologia que tem sido uma orientação dos coordenadores nacionais da organização, como salientou Ferreira (1999).

Os trabalhos chamados “mais de base”, que vão desde a ajuda na construção de cisternas até o apoio aos assentados na reivindicação por um projeto de escola do campo e que nem sempre são mencionados pelos agentes pastorais por serem considerados pequenos, talvez possam ser apresentados como os melhores trabalhos da CPT em Campos, sobretudo por estarem em maior consonância com as demandas da população de assentados.

Por fim, pode-se constatar um descompasso entre os principais projetos da Comissão Pastoral da Terra para o assentamento Zumbi dos Palmares (feira e escolha de agroecologia) e as principais demandas dos assentados (assistência técnica, escoamento de produção). Isso reflete a atual situação dos movimentos sociais do campo tendente a uma anomia, como chamou Martins (2004). O descaso pelas políticas públicas voltadas para os assentados e agricultores de pequeno produção, afirmam os discursos anticapitalista e anti-estado empreendidos pela Comissão Pastoral da Terra. Tais discursos têm limitado a ação dessa organização numa efetiva contribuição para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária em Campos dos Goytacazes e outras regiões do Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, I. **Atores e relações na ação local do Projeto Lumiar**. In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 37, Foz do Iguaçu, 1999.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, n.52, 2004.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. **Uma Análise da Cadeia Produtiva de cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense**. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense. Boletim Técnico Nº 06. Abr. 2002. Disponível em: <http://www.iff.edu.br/projetos/observatorio-socioeconomico-da-regiao-norte-fluminense/publicacoes> Acessado em 10 de Abril de 2012.

BALDUÍNO, Dom Tomás. **A igreja e a luta pela terra**. Fundação Joaquim Nabuco, Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=7476&date=currentDate> Acessado em 03/05/2011.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro**, 2008, 161p. Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. A Igreja mente, é corrupta, cruel e sem piedade. **Caros Amigos**: as grandes entrevistas, p. 34, dez. 2000.

_____. Que é mística?. In: BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fronteira da Fé – Alguns Sistemas de Sentido, Crenças e Religiões no Brasil de Hoje, In: **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, 2004, p. 282.

BRASIL. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). SAF/MDA. Brasília, 2004.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Organizações religiosas e ações sociais: entre as políticas públicas e a sociedade civil, **Anthropológicas**, v. 18, nº. 1, 2008, pp.7-48

CÂMARA, Jaime de Barros. **Apontamentos de História Eclesiástica**. Ed. Vozes, Petrópolis: 1957

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Prefeitura Municipal. Campos dos Goytacazes: perfil 2005.** Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Instituto Superiores de Ensino do CENSA, FUNDENOR. Campos dos Goytacazes, 2006.

CARVALHO, Ailton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. **Formação Econômica da região Norte Fluminense.** In: Economia e Desenvolvimento da região Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

CARVALHO, René Louis de. O setor sucroalcooleiro e desenvolvimento da região Norte Fluminense. **Revista de Economia Fluminense**, Rio de Janeiro, - Edição nº 3, p. 22-25, jun, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Questão Agrária. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/> Acessado em 09/06/2012.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira Cordeiro. **Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão em Novo Horizonte.** 111 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, José Luis Vianna da. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 29. n. 1. p. 29-39, jan/abr. 2003

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro - 1916/1964, In: **Novos Estudos** - CEBRAP, n. 12, 1975, p. 5-52.

DEW, Edward. Samba revolucionário: A revolta agrária que quase todo mundo apoia. In: PEDLOWSKI, Marcos; OLIVEIRA, Júlio César P; KURY, Karla Aguiar (orgs). **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no norte fluminense.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 212p.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

FAO/INCRA. **Proposta de plano de desenvolvimento do assentamento (PDA) Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro, 1999, 159p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **Agentes religiosos e camponeses sem terra.** Quadro de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar; 1989.

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GIULIANI, Gian Mario. & CASTRO, Elisa Guaraná. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n.6. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. p. 138-169, 1996. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar> Acessado em 15/04/2012

GODOY, Marcelo Magalhães. **Persistência do tradicional o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não capitalistas**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2007.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. **Capelinha: marco e marcas da luta pela terra no Rio de Janeiro**. Vértices, v. 6, n. 2, maio/ago. 2004 CEFET. Campos dos Goytacazes. RJ

GUIMARÃES, J. R. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária In: AULA, D. G. de, STARLING, H. M. M., GUIMARÃES, J. R. (Orgs.). **Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2006.

INCRA. **Relação de projetos de reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/> Acessado em 20/08/2012.

LEITE, S. P. & MEDEIROS, L. S. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Revista Debates CPDA, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1 – 17. dez. 1997.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil - o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. 1. Ed. Rio de Janeiro: FAPERJ / 7 Letras, 2005.

MACEDO, Carmem Cinira de. **Tempo de Gênesis - O povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIZ, Cecília. L. A sociologia da religião de Max Weber. In. TEIXEIRA, F. **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 60-78.

MARTINS, José de Souza. A Igreja face à política agrária do Estado. In PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios da Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a história possível. In: **Tempo social**, USP, 1999, pp. 97-128

_____. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares.** Estudos Avançados 14, n. 38, 2000b.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP), vol 15, nº2, São Paulo. p.141-175, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Conflitos fundiários e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro.** Emater Rio Em Revista, Rio de Janeiro, v. 24, p. 3-6, 2002.

_____. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões.** 1993. In: www.dataterra.org.br, acessado em Março de 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de; ESTERCI, Neide. Introdução. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26

MEDEIROS, Leonilde Servólo; LEITE, Sérgio (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MENEZES NETO, Antonio Júlio de. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Cadernos do CRH** (UFBA), v. 20, p. 331-342, 2007.

_____. **A Igreja Católica e a Luta pela Terra no Brasil.** In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Niterói: SINGA: 1-16. 2009

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba.** Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, 2008.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** Ed. Expressão Popular, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas.** Niterói: EDUFF, 1997a.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: um estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana.** Niterói: EDUFF, 1997b.

NOVAES, Regina Reyes. A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In Paiva, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. A mediação no campo: entre a polissemia a banalização. In: Medeiros Leonilde, et al (Org.). **Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p.177-183.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja ; ESTERCI, Neide e LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos Rurais. Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. 329 p. p. 69-86.

PAES, Margot Wagner. **Articulação e (des) articulação de atores sociais: um estudo de caso da crise do setor canavieiro e a reconversão produtiva de Campos dos Goytacazes**. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2000.

PEDLOWSKI, M. A; CORDEIRO, M. S. S.; RAMOS, V. Q. e TERRA, M. A. C. **Os Limites da Reforma Agrária Desassistida na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Descaso do Estado e a Resistência dos Assentados**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, Pernambuco, 2007.

PESSANHA, Roberto Moraes. **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

POLETTTO, Ivo. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. A terra e a vida em tempos neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

POLETTTO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Rio Canibal**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/c/noticias?id=46102> Acessado em 10/04/2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000 - Todos os municípios do Brasil. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) Acessado em 02/04/2012.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp. 99-128.

SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: Modernidade e Tradição**, São Paulo, Loyola, 1992, p. 33.

SCARAMELO, R. M. et al. **Extensão rural para os agricultores assentados e o perfil dos extensionistas para esse serviço: o Estado brasileiro em novas roupagens**. In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Anales 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, 2009. v. 1.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandes. 2008. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados (Rio de Janeiro)**, vol. 51, pp. 107-142.

SOUZA, Carlos Frederico Barboza de. Mística e Política. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.13-17, dez. 2007

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. **O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial**. Estudos Avançados, v.11, n.5. 1991.

STEDILE, João Pedro. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

TEIXERA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, nº. 67, set/nov, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1987

ZINGA, Miguel Raul Mazissa. **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiários da reforma agrária: um estudo de caso sobre a construção de organizações de base no Assentamento Zumbi dos Palmares, RJ**. UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense (Monografia de Graduação), 2002.

_____. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense (Dissertação de Mestrado), 2004.

ZINGA, M. R. M. & PEDLOWSKI, M. A. **Identificando as causas da permanência e desistência de assentados no P.A. Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia. UNICAMP, Campinas, SP, 2003.